

CARTA SOCIAL DE ALCÁCER DO SAL

Relatório Final

janeiro 2024



(página propositadamente deixada em branco)

Ficha Técnica

Estudo: Carta Social de Alcácer do Sal

Documento: Relatório Final

Data: 11 de janeiro de 2024

Número de páginas: 128

Equipa Técnica:

Coordenação Geral:

Luís Carvalho

Especialistas:

Carla Figueiredo

Gonçalo Caetano

Inês Andrade

Liliana Calado

Pedro Henriques

Sónia Vieira

(página propositadamente deixada em branco)



Carta Social de Alcácer do Sal

Relatório Final

Resumo

O presente documento constitui o Relatório Final da Carta Social de Alcácer do Sal elaborada pela RUR - Estudos e Projetos Urbanos, Regionais e Locais, Lda, para a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral. Este documento tem como objetivos principais caracterizar a oferta de equipamentos e respostas sociais no Município, avaliar a adequação desta oferta à luz da realidade socioeconómica atual e futura do município, e, formular uma estratégia e programa de investimentos a realizar num curto e médio prazo com vista a superar as necessidades identificadas.

novembro 2023

(página propositadamente deixada em branco)

Índice

0. NOTA DE APRESENTAÇÃO.....	15
1. METODOLOGIA.....	17
1.1. Fluxograma metodológico.....	17
1.2. Auscultação de atores.....	18
2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL, POLÍTICO E INSTITUCIONAL	19
2.1. Conceito de coesão social.....	19
2.2. Contextualização da política social europeia e nacional.....	20
2.3. Planeamento de equipamentos sociais e a transferência de competências.....	23
2.4. Quadro institucional de planeamento social e local.....	24
3. QUADRO DE REFERÊNCIA TERRITORIAL.....	27
3.1. Dinâmicas demográficas e sociais.....	27
3.2. Rede territorial e urbana.....	29
3.3. Inclusão e desenvolvimento social.....	32
4. DIAGNÓSTICO DA PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS.....	35
4.1. Caracterização das entidades gestoras dos equipamentos sociais.....	35
4.2. Caracterização dos equipamentos sociais.....	38
4.3. Caracterização das respostas sociais.....	42
4.3.1. Infância e juventude.....	42
Creche.....	44
Centro de Atividades de Tempos Livres.....	46
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.....	48
Intervenção Precoce.....	49
4.3.2. População adulta.....	50
Pessoas Idosas.....	52
Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas.....	52
Serviço de Apoio Domiciliário.....	54
Centro de Dia.....	56
Universidade Sénior.....	58
Centro de Convívio.....	59
Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico.....	59
Centro de Atendimento "Passo a Passo".....	59
4.3.3. Família e Comunidade.....	60
Centro Comunitário.....	62
Ajuda Alimentar.....	63
4.3.4. Família e Comunidade.....	64
Serviços de Apoio à Víctima.....	64
4.3.5. Outras.....	65

Gabinete de Inserção Profissional.....	65
Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes.....	65
5. DIAGNÓSTICO SOCIAL PROSPETIVO.....	67
6. CENÁRIOS DEMOGRÁFICOS.....	69
6.1. Enquadramento.....	69
6.2. Cenarização demográfica (2025 e 2031).....	69
6.3. Cenarização por domínio específico.....	71
7. ESTRATÉGIA E PROGRAMA DE AÇÃO.....	73
7.1. Visão estratégica.....	73
7.2. Critérios de programação.....	75
7.3. Modelo territorial de provisão.....	77
7.4. Eixos de intervenção e tipologias de ações.....	78
7.5. Programa de Ação.....	80
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
ANEXOS.....	85
A.1. Entidades da Rede Social.....	86
A.2. Entidades gestoras dos equipamentos sociais.....	88
A.3. Caracterização dos equipamentos sociais.....	90
A.4. Caracterização das respostas sociais.....	95
Creche.....	95
CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres.....	98
CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.....	101
ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.....	103
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário.....	106
Centro de Dia.....	110
Universidade Sénior.....	114
Centro de Convívio.....	117
Centro de Atendimento*.....	118
Ajuda alimentar.....	119
Centro Comunitário.....	120
Centro de Atendimento*.....	121
B. Normas de Programação.....	123

Índice de Figuras

Figura 1. Fluxograma metodológico	17
Figura 2. Competências da Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral	25
Figura 3. Evolução da população residente, em Alcácer do Sal, entre 1960 e 2021 (INE)	27
Figura 4. Evolução da população residente, nas freguesias de Alcácer do Sal, em 2011 e 2021 (INE)	27
Figura 5. Evolução das taxas de natalidade e mortalidade (%), em Alcácer do Sal, entre 2011 e 2022 (INE)	27
Figura 6. Pirâmide etária, de Alcácer do Sal, em 2011 e 2021 (INE)	27
Figura 7. Índice de dependência total (N.º), em Alcácer do Sal, entre 2011 e 2022 (INE)	27
Figura 8. Localização das principais infraestruturas rodoviárias e ferroviárias no concelho	29
Figura 9. Movimentos pendulares, destino e duração das deslocações, em 2021 (INE)	29
Figura 10. Nível de ensino da população residente (%), em Alcácer do Sal, em 2011 e 2021 (INE).....	32
Figura 11. Taxa de desemprego, em Alcácer do Sal (%), em 2011 e 2021 (INE).....	32
Figura 12. Evolução da população estrangeira, em Alcácer do Sal, entre 2011 e 2021 (INE).....	32
Figura 13. Evolução das pensões da segurança social (€/n.º), em Alcácer do Sal, entre 2011 e 2021 (INE)	32
Figura 14. População residente com dificuldades (%), em Alcácer do Sal, em 2021 (INE).....	32
Figura 15. Equipamentos por natureza jurídica da entidade gestora (n.º).....	35
Figura 16. Localização dos equipamentos sociais no concelho, em 2022.....	38
Figura 17. Ano de funcionamento dos equipamentos (N.º).....	39
Figura 18. Avaliação do nível de conforto (%).....	39
Figura 19. Avaliação do nível ambiental (%).....	39
Figura 20. Avaliação do nível de autonomia (%).....	39
Figura 21. Condições de mobilidade e acesso ao edifício (%).....	39
Figura 22. Fontes de financiamento para o funcionamento dos equipamentos (N.º).....	39
Figura 23. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da infância e juventude, em Alcácer do Sal, em 2023	42
Figura 24. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em Creche (N.º), em 2022	43
Figura 25. Fontes de financiamento específicas para a resposta social Creche (N.º), em 2022	43
Figura 26. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em CATL (N.º), em 2022	43
Figura 27. Fontes de financiamento específicas para a resposta social CATL (N.º), em 2022	43
Figura 28. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em CAFAP (N.º), em 2022	43
Figura 29. Utentes de CAFAP no triénio 2019/2020 a 2021/2022 (N.º)	43
Figura 30. Utentes em Intervenção Precoce, no triénio 2019/2020 e 2021/2022 (N.º)	43
Figura 31. Utentes segundo o grupo etário em Intervenção Precoce (%), em 2022	43
Figura 32. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da população adulta, em Alcácer do Sal, em 2023	50
Figura 33. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em ERPI (N.º), em 2022	51
Figura 34. Fontes de financiamento específicas para a resposta social ERPI (N.º), em 2022	51
Figura 35. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em SAD (N.º), em 2022	51
Figura 36. Fontes de financiamento específicas para a resposta social SAD (N.º), em 2022	51
Figura 37. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em Centro de Dia (N.º), em 2022	51
Figura 38. Fontes de financiamento específicas para a resposta social Centro de Dia (N.º), em 2022.....	51
Figura 39. Evolução do número de utentes em Universidade Sénior (N.º).....	51
Figura 40. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em Centro de Atendimento (N.º), em 2022	51
Figura 41. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da família e comunidade, em Alcácer do Sal, em 2023.....	60
Figura 42. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em Centro Comunitário (N.º), em 2022.....	61
Figura 43. Evolução do número de utentes em Centro Comunitário (N.º).....	61
Figura 44. Utentes e Capacidade Máxima Instalada para Ajuda Alimentar (N.º), em 2022.....	61
Figura 45. Cabazes distribuídos nos últimos 3 anos: pela resposta social Ajuda Alimentar (N.º), em 2022	61
Figura 46. Indicadores de base definidos nas Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos	76
Figura 47. Contributo da Rede de Equipamentos Coletivos Sociais para o Sistema Urbano Policêntrico do Concelho de Alcácer do Sal	78

Índice de Quadros

Quadro 1. Programas de apoio ao investimento nas redes de equipamentos.....	22
Quadro 2. Marcos legais de referência no planeamento de equipamentos sociais.....	23
Quadro 3. Domínios de intervenção por natureza jurídica da entidade gestora (nº).....	35
Quadro 4. Análise SWOT	67
Quadro 5. Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista).....	70
Quadro 6. Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação).....	71
Quadro 7. Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação).....	72
Quadro 8. Objetivos da Visão Estratégica da Carta Social de Alcácer do Sal	74
Quadro 9. Princípios da Visão Estratégica da Carta Social de Alcácer do Sal.....	74
Quadro 10. Estruturação do Programa de Intervenção da Carta Social de Alcácer do Sal	78

Índice de Anexos

Anexo 1. Entidades que integram o Núcleo Executivo, 2023.....	86
Anexo 2. Entidades que integram o Conselho Local de Ação Social (CLAS), 2023	86
Anexo 3. Designação das entidades gestoras dos equipamentos sociais	88
Anexo 4. Equipamentos por entidade gestora e natureza jurídica da entidade (N.º).....	88
Anexo 5. Entidades gestoras segundo o âmbito geográfico de atuação.....	88
Anexo 6. Entidades gestoras segundo o domínio de intervenção	89
Anexo 7. Investimentos programados a curto prazo (2 anos), segundo a freguesia onde estão localizados os equipamentos sociais das entidades gestoras/proprietárias.....	89
Anexo 8. Equipamentos segundo o domínio de intervenção	90
Anexo 9. Equipamentos por freguesia, segundo a natureza jurídica da entidade, em 2021 (N.º)	90
Anexo 10. Equipamentos sociais, segundo o ano de entrada em funcionamento	91
Anexo 11. Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, tipo de construção e regime de ocupação.....	91
Anexo 12. Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento	92
Anexo 13. Condições de mobilidade e acesso ao edifício, pessoas com mobilidade condicionada	93
Anexo 14. Funcionalidades dos equipamentos.....	93
Anexo 15. Estado de conservação dos equipamentos	94
Anexo 16. Fontes de financiamento para a criação/aquisição das instalações.....	94
Anexo 17. Fontes de financiamento para funcionamento	94
Anexo 18. Recursos humanos afetos aos equipamentos	94
Anexo 19. Capacidade de resposta do serviço	95
Anexo 20. Caracterização dos recursos humanos afetos às creches	95
Anexo 21. Evolução do número de utentes	96
Anexo 22. Utentes, segundo grupo etário e sexo	96
Anexo 23. Fontes de financiamento específicas para a valência Creche	96
Anexo 24. Estado de conservação das instalações	96
Anexo 25. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	96
Anexo 26. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	97
Anexo 27. Áreas de investimento	97
Anexo 28. Capacidade de resposta do serviço	98
Anexo 29. Caracterização dos recursos humanos	98
Anexo 30. Evolução do número de utentes.....	99
Anexo 31. Utentes, segundo grupo etário e sexo	99
Anexo 32. Fontes de financiamento específicas para a valência CATL.....	99
Anexo 33. Estado de conservação das instalações	99
Anexo 34. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	99
Anexo 35. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	100
Anexo 36. Áreas de investimento	100

Anexo 37. Capacidade de resposta do serviço	101
Anexo 38. Caracterização dos recursos humanos	101
Anexo 39. Evolução do número de utentes*	101
Anexo 40. Utentes, segundo grupo etário e sexo*	101
Anexo 41. Caracterização dos recursos humanos	102
Anexo 42. Evolução do número de utentes	102
Anexo 43. Utentes, segundo grupo etário e sexo	102
Anexo 41. Capacidade de resposta do serviço	103
Anexo 42. Caracterização dos recursos humanos	104
Anexo 43. Evolução do número de utentes	104
Anexo 44. Utentes, segundo grupo etário e sexo	104
Anexo 45. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	105
Anexo 46. Estado de conservação das instalações	105
Anexo 47. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	105
Anexo 48. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	105
Anexo 49. Áreas de investimento	105
Anexo 50. Capacidade de resposta do serviço	106
Anexo 51. Número médio de refeições diárias servidas*	106
Anexo 52. Caracterização dos recursos humanos	107
Anexo 53. Evolução do número de utentes	107
Anexo 54. Utentes, segundo grupo etário e sexo	107
Anexo 55. Grupos-alvo apoiados.....	108
Anexo 56. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	108
Anexo 57. Estado de conservação das instalações	108
Anexo 58. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	108
Anexo 59. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	108
Anexo 60. Áreas de investimento	109
Anexo 61. Capacidade de resposta do serviço	110
Anexo 62. Número médio de refeições diárias servidas*	110
Anexo 63. Caracterização dos recursos humanos	111
Anexo 64. Evolução do número de utentes	111
Anexo 65. Utentes, segundo grupo etário e sexo	111
Anexo 66. Grupos-alvo apoiados.....	112
Anexo 67. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	112
Anexo 68. Estado de conservação das instalações	112
Anexo 69. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	112
Anexo 70. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	112
Anexo 71. Áreas de investimento	113
Anexo 72. Capacidade de resposta do serviço	114
Anexo 73. Disciplinas lecionadas	114
Anexo 74. Caracterização dos recursos humanos*	114
Anexo 75. Evolução do número de utentes	115
Anexo 76. Utentes, segundo grupo etário e sexo	115
Anexo 77. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	115
Anexo 78. Estado de conservação das instalações	115
Anexo 79. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	115
Anexo 80. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	116
Anexo 81. Áreas de investimento	116
Anexo 82. Capacidade de resposta do serviço	118
Anexo 83. Caracterização dos recursos humanos	118
Anexo 84. Evolução do número de utentes	118
Anexo 85. Utentes, segundo grupo etário e sexo	118
Anexo 86. Capacidade de resposta do serviço	119
Anexo 87. Caracterização dos recursos humanos	119
Anexo 88. Evolução do número de utentes	119
Anexo 89. Cabazes distribuídos nos últimos 3 anos.....	119
Anexo 90. Capacidade de resposta do serviço	120
Anexo 91. Caracterização dos recursos humanos	120
Anexo 92. Evolução do número de utentes	120
Anexo 93. Capacidade de resposta do serviço	121

Anexo 94. Caracterização dos recursos humanos	121
Anexo 95. Evolução do número de utentes	121
Anexo 96. Utentes, segundo grupo etário e sexo, em 2021	121
Anexo 97. Utentes/atendimentos, por tipologia de atendimento, em 2021	122
Anexo 98. Proveniência dos utentes (% aproximada), em 2021	122
Anexo 99. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Local	123
Anexo 100. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade	124
Anexo 101. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Central.....	126

Acrónimos

%	Percentagem
‰	Permilagem
AML	Área Metropolitana de Lisboa
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CC	Centro de Convívio
CD	Centro de Dia
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CIMAL	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
CLASAS	Conselho Local de Ação Social de Alcácer do Sal
CLDS	Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CM	Câmara Municipal
DGOTDU	Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT	Direção-Geral do Território
ERPI	Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
GIP	Gabinete de Inserção Profissional
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
JF	Junta de Freguesia
km ²	Quilómetro quadrado
MTSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAIES	Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PDM	Plano Diretor Municipal
PIDDAC	Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PROCOOP	Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RSESAPA	Rede de Serviços e Equipamentos Sociais Agência Portuguesa do Ambiente
RSI	Rendimento Social de Inserção

RUR	Estudos e Projetos Urbanos, Regionais e Locais, Lda.
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
UE	União Europeia
UF	União de Freguesias
UNIVA	Unidade de Inserção na Vida Ativa
US	Universidade Sénior

0. Nota de apresentação

Este documento constitui o Relatório Final da Carta Social de Alcácer do Sal, realizado pela RUR – Estudos e projetos Urbanos, Regionais e Locais, Lda., para a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral – CIMAL.

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente um instrumento de qualificação e valorização do território e elemento de fomento da equidade no acesso a bens e serviços públicos, indispensáveis para a qualidade de vida das cidadãs e cidadãos.

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), enquanto elemento indispensável na proteção e no desenvolvimento social das comunidades, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas para os mais diversos grupos sociais, com especial relevo para os mais vulneráveis, com um papel determinante no combate à pobreza, bem como na promoção da inclusão social e na conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

Neste contexto, a Carta de Equipamentos Sociais, enquanto ferramenta essencial de planeamento da RSES, apresenta-se como um instrumento central na definição da política social local e no planeamento territorial, permitindo oferecer um quadro de caracterização e análise da oferta e da procura e programar os investimentos a realizar em resultado das carências atuais e futuras que foram identificadas.

Em Portugal, as Cartas de Equipamentos Sociais/Cartas Sociais ganharam visibilidade nos últimos anos no âmbito do planeamento social e territorial a diferentes escalas – freguesia, concelho, região ou mesmo do país –, constituindo um instrumento técnico que está suportado em vários métodos e técnicas, em função dos objetivos pretendidos e dos indicadores e problemáticas com maior relevância em cada território.

A elaboração destes documentos no âmbito local ganhou uma recente importância acrescida, em resultado do processo de descentralização de competências do Estado Central para os Municípios e para as Comunidades Intermunicipais. Nestes termos, o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, relativo à transferência de competências no domínio da ação social para os Municípios, veio consolidar um maior envolvimento das entidades municipais e intermunicipais, na prossecução da política social, estabelecendo que *“cabe aos órgãos dos municípios a competência para a elaboração e divulgação das cartas sociais municipais, para a emissão de parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos, para a coordenação da execução dos programas dos contratos locais de desenvolvimento social, para o desenvolvimento de programas de promoção de conforto habitacional para pessoas idosas, para assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social, para a elaboração dos relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, para a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, bem como para a implementação da componente de apoio à família para crianças que frequentam o ensino pré-escolar da rede pública”*.

Neste quadro, o mapeamento de necessidades locais e sub-regionais surge como uma oportunidade para planear e adequar a rede de infraestruturas sociais à procura existente e previsível nos próximos anos e, complementarmente, dar suporte e enquadramento informado a candidaturas a apresentar aos diversos instrumentos de financiamento.

O documento que agora se apresenta integra as diversas componentes fundamentais da Carta de Equipamentos e Respostas Sociais do Município, designadamente:

- enquadramento concetual, político e institucional

- quadro de referência territorial
- diagnóstico da provisão de equipamentos e respostas sociais
- diagnóstico social prospetivo
- cenários demográficos
- estratégia e programa de ação

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de apoiar a tomada de decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de renegociação de apoios financeiros comunitários), de forma que se consolide uma rede eficaz de equipamentos e respostas de ação social, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes e garanta uma maior integração e inclusão social e territorial.

Para a sua elaboração, foi essencial o envolvimento ativo do Município de Alcácer do Sal e das entidades do setor social que desenvolvem a sua atividade neste território, aos quais a Equipa muito agradece.

1. Metodologia

1.1. Fluxograma metodológico

A Carta Social de Alcácer do Sal tem como objetivos principais: (i) a caracterização da oferta de equipamentos e respostas sociais, atual e prospetiva; (ii) a avaliação da adequação desta oferta à luz da realidade socioeconómica do município; (iii) a formulação de um programa de investimentos a realizar num curto e médio prazo com vista a superar as necessidades identificadas.

O processo de elaboração da Carta está por isso definido por três grandes momentos – caracterização, avaliação e intervenção –, estando estruturado em 7 fases sequenciais (**Figura 1**).

Figura 1. Fluxograma metodológico



Fonte: RUR (2023)

1.2. Auscultação de atores

Para a elaboração deste documento, foram realizadas reuniões com o Município e implementado um processo de inquirição (Anexo A2, A3 e A4) às entidades gestoras dos diversos equipamentos e respostas sociais presentes no concelho. Além das opiniões e informações associadas a esse processo, a elaboração da Carta Social de Alcácer do Sal fundamentou-se em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), ou disponibilizados na Carta Social, elaborada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS).

O lançamento do processo de inquirição ocorreu em janeiro de 2021, coincidindo com a emergência de saúde pública gerada pela pandemia de COVID-19 (oficialmente declarada EM 11 de março de 2020, e que em janeiro de 2021 persistia, inclusive com restrições à circulação). Este facto constituiu um impedimento à celeridade do processo, atendendo aos inúmeros constrangimentos sentidos pelas entidades do setor social durante este período.

O processo de inquirição foi antecedido do levantamento das entidades gestoras dos equipamentos sociais no concelho, com base na Carta Social do MTSS, e em informação local, devidamente validada pelo município. A estas entidades foram enviados inquéritos para resposta online, de modo que caracterizasse a sua atividade. Cada entidade gestora preencheu um questionário respeitante a cada equipamento sob sua gestão, como um questionário de caracterização de cada uma das respostas sociais que presta.

2. Enquadramento concetual, político e institucional

2.1. Conceito de coesão social

O **conceito de coesão social**, tem conhecido recentemente uma evolução significativa decorrente da emergência de novos desafios societais, a par com a persistência de desafios tradicionais na sociedade.

Os **desafios societais mais marcantes** integram os fenómenos do crescimento do desemprego, motivado pelas crises económicas e financeiras cíclicas que têm atingido as sociedades atuais, agravado mais recentemente pela pandemia da COVID-19, atingindo grupos tradicionalmente muito afetados pelo fenómeno do desemprego, como sendo a população adulta ativa em idade avançada e com fracas qualificações, mas também novos grupos de indivíduos – em particular a população jovem com qualificação superior – que se confrontam com crescentes dificuldades de inserção no mercado de emprego.

Mais recentemente, consolidou-se a problemática do envelhecimento populacional (que encerra em si implicações financeiras desconhecidas para o Estado), e emergiram novos desafios como a crescente heterogeneidade de pessoas em situação de dependência, com necessidade de apoio continuado, a emergência de patologias crónicas, que acarretam cuidados sociais e de saúde prolongados.

Destacam-se também as **múltiplas transformações** na família tradicional, marcadas pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, com repercussões nas formas tradicionais de apoio às crianças e idosos, na dificuldade de conciliação da vida profissional e familiar e no aprofundamento de novas desigualdades no mercado laboral.

Cumulativamente, ao longo do século XXI, tem-se assistido à **emergência de outros fenómenos de elevado impacto social**, que importa considerar, com especial destaque para:

- novas perceções sobre os mínimos de qualidade de vida humana, com especial enfoque nos grupos mais vulneráveis ou temáticas mais sensíveis (por exemplo, a pobreza infantil, a violência doméstica, o desemprego de longa duração ou as múltiplas formas de discriminação);
- mudanças tecnológicas potenciadoras de formas inovadoras de desenho e implementação de políticas públicas e de novos métodos de prestação de serviços (por exemplo, o governo eletrónico) e de relações laborais, mas também de novas formas de discriminação no acesso a serviços públicos;
- crescente poder da comunicação social, traduzido em novos níveis de escrutínio e validação de políticas públicas, impulsionando muitas vezes importantes mudanças sociais;
- perda de influência das fontes tradicionais de autoridade e controlo social (por exemplo, família tradicional);
- mudança de expectativas sobre a qualidade e adaptabilidade dos serviços públicos, potenciada pelos processos de globalização, que facilitaram o contacto com outras realidades sociais proporcionando, por essa via, novas possibilidades e termos de comparação;
- preocupação com as questões ambientais, com consequências no aumento da pressão sobre o Estado no sentido de demonstrar o impacto ambiental da legislação produzida, das políticas desenhadas e dos projetos implementados;

- declínio das capacidades operacionais do Estado, nomeadamente no que se prende com os seus recursos financeiros e humanos, possibilitando a emergência de novos atores, com interesses e motivações distintos, assumindo o Estado cada vez mais funções de regulador;
- a própria volatilidade e incerteza dos contextos internacionais, leva a que os instrumentos tradicionais de gestão e controlo do Estado, dos quais são exemplo os normativos legais, apresentem dificuldades evidentes de ajuste a estas novas realidades globais, em que o tempo e o espaço são fortemente relativizados pelos novos meios de comunicação e transporte, pelos mercados únicos e pela abertura de fronteiras) e a crescente complexidade dos fenómenos sociais, a qual exige novas formas de conhecimento especializado, tornando o Estado mais dependente de fontes externas de informação.

Esta complexa *new ecology*, desconhecida e em constante mutação, questiona as políticas, programas e serviços públicos (e privados), na sua substância, mas também na sua geometria de implementação e monitorização, obrigando a um acompanhamento regular, mas também à introdução regular de ajustes e revisões. De igual modo, questiona, em particular, o conceito de coesão social e a forma como o mesmo é apropriado pelos diferentes *stakeholders* (públicos e privados, individuais e coletivos).

Muito embora possam ser considerados diversos conceitos de coesão social na literatura sobre o tema, é aqui adotada a **definição proposta pelo Conselho da Europa**, de acordo com o qual a coesão social traduz “a capacidade de uma sociedade para garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando a polarização, segundo uma perspetiva de responsabilidade partilhada” (*Concerted development of social cohesion indicators - Methodological guide*, 2005). Esta resulta de um processo gradual de evolução e de adaptação aos novos desafios e prioridades emergentes, baseada no conhecimento e na plena consciencialização sobre os efeitos negativos decorrentes da inexistência de coesão social, assente numa valorização e respeito efetivo pelos Direitos Humanos, com responsabilidades partilhadas entre todos os *stakeholders*, independentemente da sua natureza jurídica e área de atuação.

Esta definição adota dois princípios nucleares e complementares, segundo uma abordagem ativa e dinâmica ao processo de coesão social: (i) direito igual de todo e qualquer cidadão aceder ao sistema mais vasto de liberdades, direitos e garantias que possibilite o pleno exercício da sua cidadania; (ii) redução das desigualdades socioeconómicas e o aprofundamento das oportunidades de vida para que todos os cidadãos tenham acesso aos recursos disponíveis e considerados fundamentais para o seu bem-estar e qualidade de vida.

2.2. Contextualização da política social europeia e nacional

Atualmente, a **coesão social constitui-se como um domínio-chave no desenvolvimento humano e social** de cada país, desempenhando uma elevada transversalidade em diversas áreas da vida humana e social. A sua promoção depende da concertação de múltiplos fatores, no entanto, a oferta de equipamentos, serviços e respostas sociais desempenha uma importância nevrálgica para assegurar respostas a segmentos especialmente vulneráveis da população, essenciais para garantir a dignidade humana, o bem-estar social e contínuo processo de desenvolvimento.

Neste contexto, a oferta de equipamentos, serviços e respostas sociais tem vindo a assumir considerável importância na política internacional, europeia, nacional, regional e local.

À **escala internacional**, verifica-se por exemplo, na “Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável”, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas, em 2015, os serviços e as respostas sociais estão subjacentes a muitos dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos, nomeadamente, objetivo 1 erradicar a

pobreza; objetivo 2 erradicar a fome; objetivo 3 saúde de qualidade; objetivo 4 educação de qualidade; objetivo 5 igualdade de género; objetivo 10 reduzir as desigualdades; entre outros.

Ao nível europeu, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais constitui-se atualmente como o quadro de referência para a promoção da coesão social na União Europeia (UE), ao promover e reforçar os direitos sociais dos cidadãos europeus.

O pilar é composto por 20 princípios e direitos que abrangem três áreas principais: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas e proteção social e inclusão social. Esses princípios incluem, por exemplo, o direito a salários justos, à proteção social adequada, à igualdade de género, ao acesso a serviços de saúde e ao apoio à infância.

A relação entre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a coesão social é estreita. A coesão social refere-se à capacidade de uma sociedade manter a equidade, a inclusão e a solidariedade entre os seus membros. O pilar contribui para a coesão social ao garantir que todos os cidadãos europeus tenham acesso a direitos sociais básicos e igualdade de oportunidades. Isso promove uma sociedade mais justa, onde todos podem participar plenamente na vida económica, social e cultural.

Além disso, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais também está relacionado com a oferta de equipamentos sociais. Estes equipamentos são infraestruturas e serviços que visam responder às necessidades sociais dos cidadãos, como creches, centros de emprego ou serviços de apoio à terceira idade. Ao promover a igualdade de acesso aos direitos sociais, o pilar reforça a importância de garantir a existência e a qualidade desses equipamentos sociais.

Através do pilar, a UE procura incentivar os Estados-Membros a investirem em políticas sociais e a cooperarem para melhorar a proteção e os direitos sociais dos cidadãos. O objetivo é garantir uma Europa mais justa e coesa, onde todos possam beneficiar de um elevado padrão de vida e de oportunidades iguais.

À escala nacional, observa-se também um alinhamento das reformas e investimentos com a promoção de níveis superiores de dotação destes serviços e respostas sociais nos vários territórios e regiões, entendidos como cruciais em matéria de coesão social e desenvolvimento regional. Assim, estas reformas e investimentos têm procurado assegurar o devido equilíbrio entre a necessária racionalidade económica dos investimentos realizados com a fundamental equidade territorial da oferta.

Esta é uma evidência transversal aos principais e mais recentes instrumentos financeiros em curso como, por exemplo, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Na sua arquitetura, este instrumento estabelece três roteiros para o reforço da resiliência nacional, um dos quais o roteiro das vulnerabilidades sociais, no qual, a par do Serviço Nacional de Saúde e da Habitação, estão incluídos as respostas sociais e o Programa de Eliminação de Bolsas de Pobreza. Estas componentes são concretizadas por meio de um conjunto de 16 reformas, que enquadram os investimentos a realizar, entre as quais o RE-5 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, que visa a expansão da rede com o objetivo de aumentar a cobertura populacional e territorial das respostas em matéria de envelhecimento e infância (ERPI e creches) e, em simultâneo, a respetiva adaptação estrutural com vista a uma maior resiliência a choques. Na componente C3 – Respostas Sociais do PRR, definem-se como prioritárias as seguintes concretizações:

- requalificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais visando, entre outros, a adaptação das estruturas ao atual contexto sanitário e de transição digital, aumentando a cobertura da população e do território;
- desenvolver soluções de proximidade e inovadoras para melhor responder às necessidades, promovendo-se a autonomia, prevenindo a dependência e retardando a institucionalização, garantindo ainda formas diferenciadas de prestação de cuidados no contexto sanitário atual;

- garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou incapacidade aos diversos domínios da vida em sociedade.

O PRR assume assim como prioritária a implementação de uma nova geração de equipamentos e respostas sociais norteadas especialmente para alguns grupos vulneráveis com expressão quantitativa mais relevante ou que carecem de atenção particular, nomeadamente, as crianças e jovens, as pessoas idosas, bem como para a promoção de combate à pobreza e exclusão social.

Num quadro de promoção da coesão social, decorrente do processo de integração europeia, assistiu-se em Portugal, nas últimas décadas, a um crescimento considerável da oferta de equipamentos sociais, respostas e serviços sociais. Observou-se, assim, uma consciencialização do poder político, com efeitos ao nível da Administração Central e Local, mas também da sociedade, em geral, para a importância que estas estruturas físicas assumem na promoção da oferta de serviços e de respostas sociais, essenciais na promoção do bem-estar e qualidade de vida, bem como de contextos mais integradores e inclusivos. Procurou-se assim intervir em áreas tradicionais centradas na promoção de uma maior equidade, mas também em novos domínios que espelham dinâmicas sociais, económicas, culturais e epidemiológicas emergentes. Consequentemente, o esforço de investimento público nesta área tem sido considerável, possibilitando, simultaneamente uma acentuada ampliação da rede e uma renovação das estruturas físicas existentes, o que em muito contribuiu para a qualificação material da oferta.

As crises económica, financeira e social cíclicas experienciadas ao longo da última década, reafirmaram a centralidade das redes de equipamentos, serviços e respostas sociais na provisão de respostas aos segmentos mais vulneráveis da população, dos mais tradicionais, como as crianças e os idosos, aos novos grupos vulneráveis, como os desempregados, os imigrantes e os que são afetados por quadros de doença e incapacidade inesperada motivados por recentes patologias.

Este quadro social e económico de referência impulsionou, nos últimos anos, as cartas de equipamentos e respostas sociais como importantes instrumentos de planeamento. Ao mesmo tempo que concorrem para a promoção de melhores e mais equitativas redes a múltiplas escalas, capazes de aumentar a resiliência dos indivíduos, famílias e comunidades para fazer face aos novos desafios e transformações emergentes, estas cartas contribuem ainda para promover um melhor ordenamento e gestão do território. Com efeito, a sua integração e articulação com os demais instrumentos de gestão territorial é fulcral.

O esforço nacional realizado nesta matéria, no decurso dos últimos anos, materializa-se numa vasta diversidade de programas de apoio ao investimento nas redes de equipamentos, serviços e respostas sociais, assim como de programas de apoio ao desenvolvimento social. Estes programas nacionais de apoio ao investimento em equipamentos sociais e de desenvolvimento social constituem marcos nevrálgicos da política social promovida no país, sobretudo, no decorrer dos últimos 20 anos, ainda que outros pudessem igualmente aqui ser mencionados.

Quadro 1. Programas de apoio ao investimento nas redes de equipamentos

Instrumento	Descrição
Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)	Criado pela Portaria n.º 426/2006, tem por finalidade apoiar o desenvolvimento e consolidar a rede de equipamentos sociais no território continental. Constituiu-se como um programa de investimento muito abrangente e ambicioso, quer em termos territoriais, quer sociais, que explicam que o Programa tenha já conhecido várias gerações (PARES 2.0 e PARES 3.0, esta última criada por via da publicação da Portaria n.º 201-A/2020, de 19 de agosto).
Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)	No quadro dos objetivos e ações do setor da Segurança Social, com especial relevância para os investimentos em equipamentos sociais, o PIDDC tem como objetivos assegurar às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou entidades equiparadas, apoios financeiros no âmbito dos investimentos, designadamente na criação, ampliação ou remodelação de equipamentos sociais, possibilitando assim melhorar o acesso a esta oferta, bem como promover níveis superiores de qualificação da mesma.

Instrumento	Descrição
Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES)	Criado pela Portaria n.º 869/2006 de 29 de agosto, visa estimular o investimento em equipamentos sociais, apoiando as entidades privadas, nomeadamente a iniciativa privada lucrativa.
Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP)	Criado pela Portaria n.º 100/2017, de 7 de março, o PROCOOP que assenta na abertura de procedimentos concursais com vista à seleção de respostas sociais, regula as regras para o alargamento da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I. P., e as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas, através de novos acordos de cooperação ou do alargamento dos acordos vigentes.
Redes Locais de Intervenção Social (RLIS)	Criada pelo Despacho n.º 12154/2013, de 24 de setembro, a RLIS é um modelo de organização, de uma intervenção articulada e integrada, de entidades públicas ou privadas com responsabilidade no desenvolvimento da ação social e na promoção de uma cultura de inovação social, com um âmbito de atuação que abrange todo o território nacional.
Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	Criados pela Portaria n.º 396/2007 de 2 de abril (com alterações introduzidas pela Portaria n.º 285/2008, de 10 de abril), visa promover a inclusão social multisectorial e integrada dos cidadãos, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. A importância dos CLDS tem-se repercutido na criação de diversas gerações dos mesmos, sendo a mais recente CLDS-4G.
Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais	Criado em 2003, este Programa visa promover a qualidade das respostas sociais de âmbito público, privado e solidário, garantindo a satisfação das suas necessidades e expectativas.
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)	Criada em 2006, resultante de uma parceria entre os Ministérios do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS), visam a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou na necessidade de prevenção de agravamentos de doença crónica.

2.3. Planeamento de equipamentos sociais e a transferência de competências

Mais recentemente, tem-se dinamizado o processo de transferência de competências da Administração Central, para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da ação social, ainda que extensível a outras áreas. Visando o reforço da autonomia e das competências do poder local, este processo assenta no reconhecimento do papel das Autarquias enquanto estruturas fundamentais para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade e, portanto, de uma importância central na promoção de um melhor acesso e atendimento dos cidadãos aos diversos cuidados sociais.

No âmbito deste processo, destacam-se primordialmente os seguintes **marcos legais** sistematizados no quadro seguinte.

Quadro 2. Marcos legais de referência no planeamento de equipamentos sociais

Diploma Legal	Descrição Síntese
Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto	Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelece a transferência de competências para estas entidades, com identificação precisa das competências a atribuir aos órgãos municipais no seu artigo 12.º.
Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto	Concretiza mais uma etapa do processo de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. Na sua Secção II relativa aos instrumentos estratégicos e de planeamento, estabelece um conjunto de orientações para instrumentos como a Carta Social Municipal e a Carta Social Intermunicipal. No seu Artigo 4.º estabelece para a Carta Social, entre outros aspetos, que é o instrumento estratégico de planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais, incluindo o mapeamento das respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais, que prevê a rede de respostas sociais adequada às necessidades e apoia a decisão, devendo estar articulada com as prioridades definidas a nível nacional e regional e que compete à câmara municipal elaborar, manter atualizada e divulgar a carta social municipal. No seu Artigo 5.º relativo à Carta Social Supramunicipal estabelece, entre outros aspetos a considerar, que é o instrumento estratégico para identificação de prioridades de respostas sociais a nível intermunicipal, que compete ao conselho intermunicipal ou ao conselho metropolitano das entidades intermunicipais elaborar, manter atualizada e divulgar a carta social supramunicipal e compete à assembleia intermunicipal aprovar a carta social supramunicipal e as respetivas revisões. Importa ainda referir que no seu Artigo 6.º define que a caracterização dos conteúdos, assim como as regras de atualização e de divulgação das cartas sociais municipais e supramunicipais, são reguladas por portaria

Diploma Legal	Descrição Síntese
	dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais e da segurança social e, por último, importa destacar o seu Artigo 7.º define que, primeiro, compete à câmara municipal emitir parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais financiados através de programas de investimento com apoios públicos, após aprovação da carta social municipal pela assembleia municipal.
Portaria n.º 66/2021, de 17 de março	<p>Relativa à Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entende que a "A Carta Social surgiu como resposta à necessidade de reforçar os mecanismos de planeamento territorial e de apoio à tomada de decisão, pretendendo-se que constituam um instrumento de carácter oficial, global e de fácil acesso, com a informação mais relevante respeitante à rede de serviços e equipamentos sociais de um determinado território", visando assim este instrumento de planeamento a promoção de territórios coesos socialmente, bem como "uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, de forma a responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes, bem como a tentar antecipar aquelas que a um ritmo acelerado vão surgindo, em resultado das transformações sociais, na nossa sociedade".</p> <p>Com a presente portaria criam-se assim as Cartas Sociais Municipais (CSM) e as Cartas Sociais Supramunicipais (CSS), regulando os respetivos conteúdos, as regras de atualização, divulgação, bem como os procedimentos de revisão. No seu Artigo 3.º estabelece o conceito de Carta Social Municipal, no seu Artigo 4.º são definidas as finalidades deste instrumento de planeamento, no Artigo 5.º são definidos os conteúdos da Carta Social. No Artigo 9.º estabelece que a carta social municipal tem uma vigência de 4 anos sendo revista, obrigatoriamente, findo esse período. Este enquadramento legal vem assim reafirmar a necessidade de manter a carta social municipal atualizada, em estreita consonância com o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social municipal, considerando as principais dinâmicas observadas no concelho (em especial, as principais alterações na oferta e na procura de equipamentos, respostas e serviços sociais). A sua monitorização regular constitui uma condicionante central da pertinência e adequabilidade deste instrumento para os órgãos de decisão política pessoal técnico do município, assim como para a promoção efetiva da coesão social e territorial.</p>

2.4. Quadro institucional de planeamento social e local

O município de Alcácer do Sal dispõe de **Rede Social**, criada há aproximadamente duas décadas (7 de dezembro, de 2005), data em que foi realizado o primeiro plenário do Conselho Local de Ação Social de Alcácer do Sal (CLASAS). Em 2023, o CLASAS é constituído por 39 entidades e o Núcleo Executivo por 7 (conforme listagem em Anexo). Porém, ainda não foram criadas Comissões Sociais de Freguesia no município.

No Alentejo Litoral, existe a **Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral** e cuja abrangência territorial se estende para lá do município de Alcácer do Sal, aos restantes municípios da NUTS III Alentejo Litoral (Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines).

Esta Plataforma integra representantes e dirigentes de importantes atores locais em matéria de ação social, nomeadamente, representantes dos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social das áreas territoriais respetivas; representantes dos dirigentes das entidades e serviços relevantes da Administração Pública das áreas territoriais respetivas; presidentes dos CLAS respetivos; assim como representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Organizações Não Governamentais e Associações Empresariais e Sindicais com expressão nacional e com delegações nos territórios respetivos.

De acordo com o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho, Número 3 do Artigo 32º, a Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral agrega um conjunto de cinco competências sintetizadas na figura seguinte.

Figura 2. Competências da Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral



Fonte: Segurança Social (2023)

A elaboração da **Carta Social do Município de Alcácer do Sal** agora em curso constitui-se crucial por quatro razões centrais, apresentadas na figura seguinte.

- o processo de recenseamento das entidades, equipamentos, serviços e respostas sociais que é desenvolvido, exercício basilar da Carta Social e que constituiu um procedimento complexo, nos domínios conceituais e operacionais, permite realizar um retrato exato e atualizado da oferta social existente no território concelhio, com identificação das principais potencialidades e constrangimentos;

- o processo de caracterização económica, social e territorial concelhia e sua inserção e principais dinâmicas regionais e nacionais, tendo por base informação oficial tão recente quanto possível, permite melhor identificar padrões e tendências de procura de equipamentos e respostas sociais no curto e médio prazo;
- a realização de novas projeções demográficas possibilitará perspetivar a procura previsível para os anos de 2025 e de 2031;
- o exercício de programação da oferta social, considerando as três premissas anteriores (oferta existente, dinâmicas económicas, sociais e territoriais em curso e projeções demográficas) possibilitará assegurar uma contínua adequação do esforço de investimento, público, privado e social, às necessidades, assim como assegurar a necessária sustentabilidade dos equipamentos sociais, que por Lei deverá ser revista ao fim de 4 anos (2026), mas que será desenhada para garantir a sua adequação até ao final da década, sendo um instrumento de planeamento de suporte aos investimentos até 2030.

Este processo procura ainda responder a cinco grandes desafios.

- promover um processo de governação ativa, assente na mobilização dos atores-chave ao longo de todo o processo de Revisão da Carta Social;
- compatibilizar a oferta social com o quadro normativo em vigor, que garanta uma efetiva integração das diferentes políticas públicas;
- orientar o desenvolvimento de equipamentos e respostas sociais, num quadro de valorização dos recursos existentes, em estreita articulação com o modelo de ordenamento concelhio e sub-regional;
- promover um processo de monitorização e de avaliação que garanta o devido acompanhamento da Carta Social, com mecanismos devidamente estabelecidos que permitam aceder regularmente a informação crítica, essencial para garantir a flexibilidade deste instrumento de planeamento;
- criar um instrumento de referência concelhio que possibilite uma tomada de decisões informada e adequada, com vista à promoção de melhores condições de vida para os seus residentes, num horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos (aproximadamente 2030).

3. Quadro de referência territorial

3.1. Dinâmicas demográficas e sociais

Figura 3. Evolução da população residente, em Alcácer do Sal, entre 1960 e 2021 (INE)

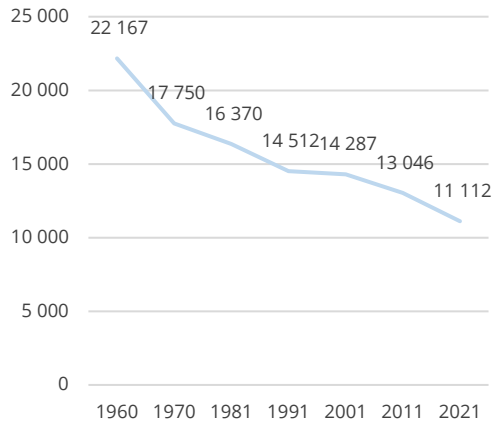


Figura 4. Evolução da população residente, nas freguesias de Alcácer do Sal, em 2011 e 2021 (INE)

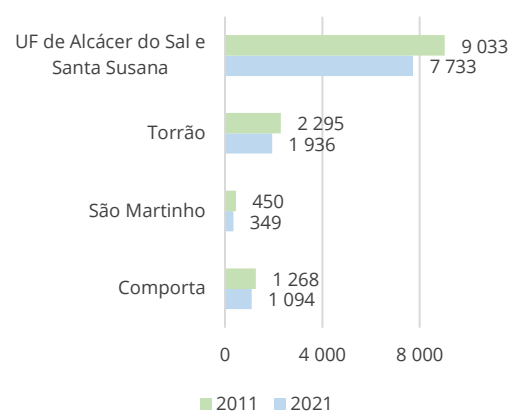


Figura 5. Evolução das taxas de natalidade e mortalidade (%), em Alcácer do Sal, entre 2011 e 2022 (INE)

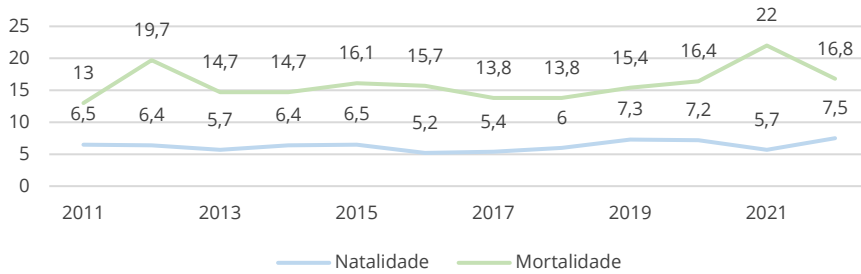


Figura 6. Pirâmide etária, de Alcácer do Sal, em 2011 e 2021 (INE)

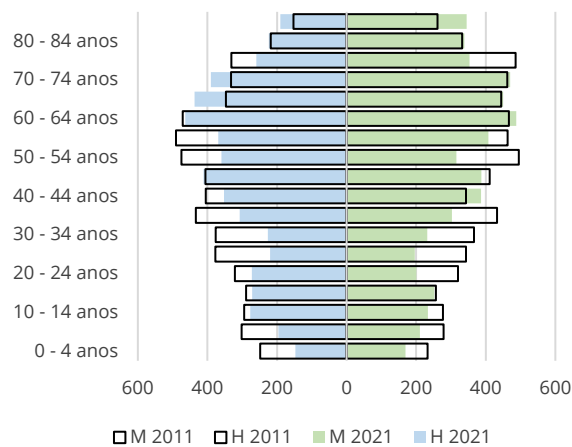
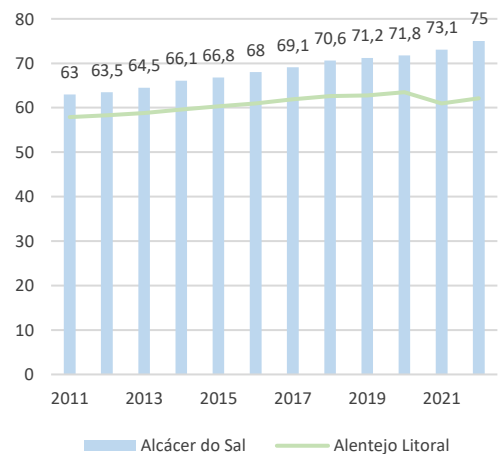


Figura 7. Índice de dependência total (N.º), em Alcácer do Sal, entre 2011 e 2022 (INE)



Em 2021, residiam no concelho de Alcácer do Sal 11.112 pessoas. De um modo geral, **o Município tem vindo a perder população**, tendo-se registado um decréscimo populacional de 49,9%, entre 1960 e 2021, não só em resultado da quebra da natalidade, mas também devido aos fluxos migratórios negativos, com impactes no envelhecimento populacional.

Ao longo da última década, as taxas de natalidade e mortalidade espelharam as tendências demográficas estruturantes. A taxa bruta de natalidade manteve-se relativamente estável, sendo que **no ano de 2022 nasceram cerca de 7,5 crianças por cada 1.000 habitantes** (valores abaixo da média nacional, 8 ‰). Por sua vez, a taxa bruta de mortalidade apresentou oscilações mais vincadas, situando-se nesse ano, nas **16,8 mortes por cada 1.000 habitantes** (valor substancialmente acima da média nacional, 11,9 ‰). **A baixa natalidade tem vindo a reforçar a tendência de envelhecimento do concelho**. Em 2021, **mais de 31% da população residente possuía 65 ou mais anos**. Esta situação é mais gravosa nas freguesias com menor efetivo populacional, como é o caso de São Martinho, cuja população com 65 ou mais anos representava, nesse ano, cerca de 50%. No sentido oposto, **o peso da população jovem (com menos de 15 anos) tem vindo a diminuir, representando apenas cerca de 11% à data do último período censitário**. Em consequência deste aumento do peso da população idosa em relação à população jovem, assiste-se a um **progressivo incremento do índice de envelhecimento que, no caso de Alcácer do Sal**, passou de 205,2 idosos por cada 100 jovens em 2011, para os **286,3 idosos por cada 100 jovens** em 2022 (muito acima da média nacional, 185,6).

A pirâmide etária do concelho descreve um fenómeno de duplo envelhecimento (redução do número de jovens e aumento do número de idosos). Este fenómeno advém das múltiplas dinâmicas já identificadas (redução da natalidade e êxodo da população em idade ativa), mas também revela o aumento positivo da esperança média de vida. Naturalmente, **uma pirâmide etária mais envelhecida comporta desafios socioeconómicos**. Atendendo ao índice de dependência total, tem-se verificado a um aumento gradual ao longo da última década atingindo o valor mais alto, no ano de 2022. Assim, **para cada 100 indivíduos em idade ativa, existem 75 com algum grau de dependência**, quer sejam jovens (19,4) ou idosos (55,6). Estes valores situam-se acima da média nacional, que nesse ano era de 58,4 indivíduos com algum grau de dependência por cada 100 indivíduos em idade ativa.

A distribuição da população no território concelho evidencia assimetrias. No ano de 2021, a UF de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana constituía a freguesia mais populosa do concelho, com 7.733 residentes, seguida da freguesia de Torrão com 1.936, Comporta com 1.094 e por último, São Martinho com 349 habitantes. Ao longo do último decénio, todas as freguesias registaram uma perda populacional acima dos 13%, culminando numa variação de -14,8% na globalidade do concelho de Alcácer do Sal. A densidade populacional por freguesia, em 2021, permite verificar a existência **algum grau de dispersão na ocupação do território**. A UF de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana detém cerca de 70% do efetivo populacional concelho e regista uma densidade populacional de 8,4 habitantes por Km² (a mais elevada do concelho). Comparando com outros âmbitos territoriais, nomeadamente a NUTS II Alentejo (18,2 h/Km²) ou Portugal (112,2 h/Km²), verifica-se que **a grande dimensão territorial e o reduzido efetivo populacional estão na génese desta baixa densidade**.

Caixa 1. Síntese dinâmicas demográficas e sociais

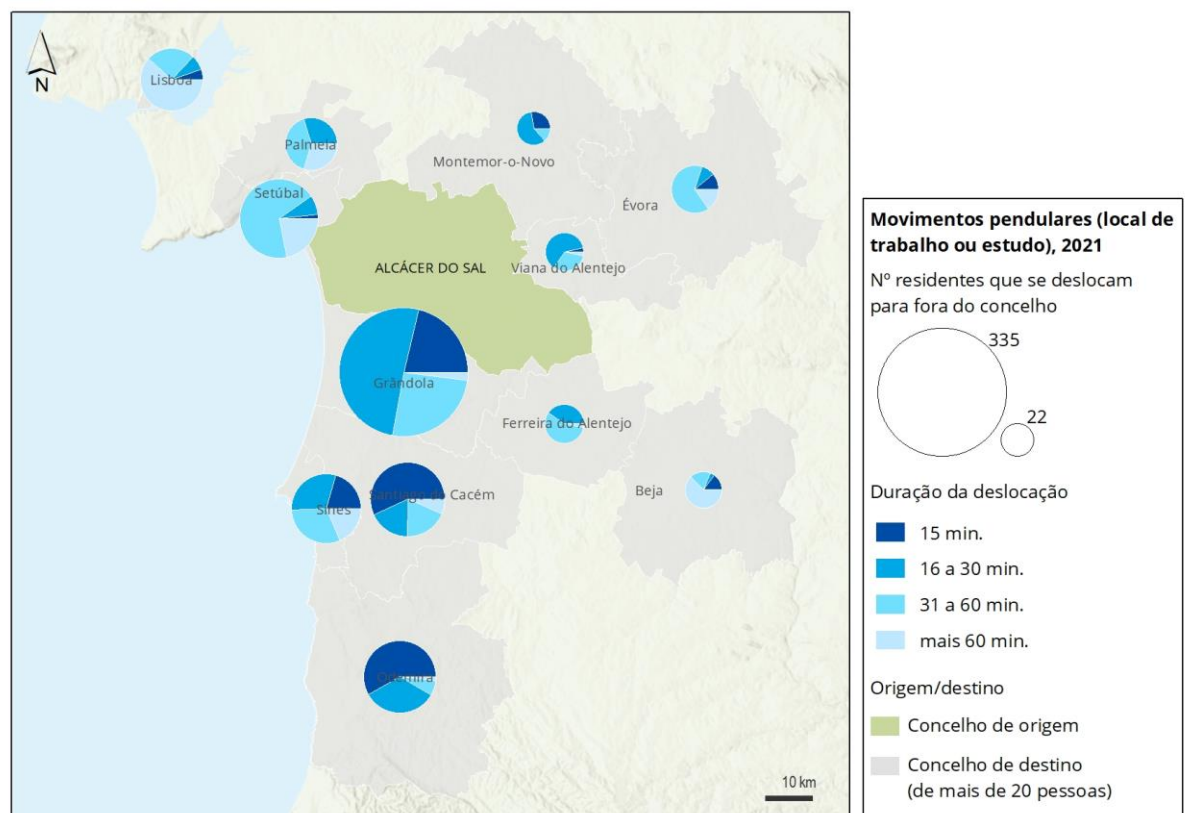
- Decréscimo populacional acentuado ao longo das últimas décadas.
- Distribuição populacional assimétrica, com uma elevada concentração na UF de Alcácer do Sal e Santa Susana.
- Concentração da população nos lugares de 2.000 ou mais habitantes em detrimento dos lugares de menor dimensão.
- Taxa de mortalidade acima da taxa de natalidade.
- Grande peso da população idosa no efetivo populacional concelho;
- Pirâmide etária em envelhecimento (diminuição da população jovem e aumento da população idosa).

3.2. Rede territorial e urbana

Figura 8. Localização das principais infraestruturas rodoviárias e ferroviárias no concelho



Figura 9. Movimentos pendulares, destino e duração das deslocações, em 2021 (INE)



O concelho de Alcácer do Sal constitui um **território de transição entre a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e o Alentejo Litoral**. O concelho de Alcácer do Sal faz fronteira a Norte com Setúbal, Palmela, Vendas Novas e Montemor-o-Novo, a Este com Viana do Alentejo e Alvito, a Sul com Ferreira do Alentejo e Grândola, cujo território se estende pela faixa ocidental de Alcácer do Sal. Quanto à sua organização interna, é constituído por quatro freguesias, Comporta, São Martinho, Torrão e União das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana

O subsistema territorial do Alentejo Litoral é estruturado por **dois eixos rodoviários de importância regional classificados como vitais para a afirmação do Litoral Alentejano** como polo nacional de desenvolvimento regional. Em primeiro lugar, o **eixo longitudinal costeiro que liga Alcácer do Sal-Santiago do Cacém-Sines-Odemira**, estabelecendo, como já referido anteriormente, a interligação com a AML e com o Algarve (materializado sobretudo pelas ER 253 e 261 e pelo IC4). Em segundo, o **eixo transversal de ligação de Odemira ao nó IP1/IP2 em Ourique**.

Para concretizar o modelo territorial do PROT Alentejo, é crucial consolidar e qualificar o subsistema urbano do Alentejo Litoral, de modo a:

- desenvolver e qualificar Sines/Santiago do Cacém/ Santo André como principal polo do litoral alentejano, sendo crucial a qualificação urbanística destes centros, bem como o ordenamento dos espaços intersticiais;
- desenvolver uma matriz urbana qualificada capaz de responder a uma estratégia turística-ambiental de qualidade para o litoral, reforçando a cooperação e a complementaridade urbana.
- afirmar o valor patrimonial de Alcácer do Sal e de Santiago de Cacém em prol de uma maior qualidade e diversidade da atratividade turística.

Com base na rede de infraestruturas de comunicação existentes, em matéria de acessibilidades, a **presença e a proximidade a eixos rodoviários estruturantes, nomeadamente, a A2** que acaba por atravessar o centro do município com uma orientação Norte-Sul, **e o IC1**, com características semelhantes, que oferece uma ligação alternativa entre a AML e a sub-região do Alentejo Litoral. Ao nível sub-regional, destaca-se a ER253, ER2, EN5, a EN120 e a EN383, responsáveis pela distribuição do tráfego pelas 4 freguesias que integram o concelho, estabelecendo as ligações com a rede viária local. Ainda ao nível das acessibilidades, a conectividade ferroviária é definida pela presença da linha do Sul, com a variante de Alcácer do Sal.

As transformações económicas, sociais e culturais ocorridas nos últimos anos em Portugal introduziram, também, modificações relevantes na forma como as populações se distribuem pelo território. As linhas gerais do povoamento apontam para a **concentração da população nos aglomerados de maior dimensão, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica**. No concelho de Alcácer do Sal, ao longo da última década, a população manteve a tendência de concentração nos lugares com 2.000 ou mais habitantes, em detrimento dos lugares de menores dimensões. Assim, **em 2021, cerca de 48% da população residia em lugares com 2.000 ou mais habitantes**.

Tal como consta do PDM, o sistema urbano de Alcácer do Sal é constituído por três níveis de aglomerados urbanos e um quarto nível que integra as áreas classificadas como urbanas. **A hierarquia dos aglomerados foi definida em função de critérios administrativos, demográficos, económicos, de qualificação da população e funcionais, no que se refere à mobilidade e à dotação de equipamentos**. A Hierarquia urbana apresenta a seguinte organização:

- primeiro nível: Alcácer do Sal;
- segundo Nível: Torrão; Comporta; Casebres;

- terceiro nível: Carrasqueira; Quintinha; Santa Catarina; Rio de Moinhos; Palma; Forno de Cal; Arez;
- Quarto nível: Albergaria; Montevil; Castelo Ventoso; Mil Brejos Batão; Foros de Albergaria; Foz; Vale de Guiso; Possanco; Barrancão; Alberge; São Romão; Santa Susana; Monte Novo de Palma; Torre; Brejos da Carregueira de Baixo; Brejos da Carregueira de Cima; Barrosinha.

A separação entre o local de trabalho e a residência é uma das características mais relevantes da sociedade contemporânea. O incremento das deslocações casa-trabalho ganha cada vez mais relevância no território concelhio e regional, contribuindo, por um lado, para a redefinição das necessidades a satisfazer pelos sistemas de transporte e, por outro, para a identificação das relações de complementaridade que a procura de mão-de-obra impõe, enquanto fator produtivo territorialmente localizado.

Segundo os censos de 2021, dos 5.485 residentes em Alcácer do Sal que trabalham ou estudam, **1.169 destes desempenham as suas atividades fora do concelho (21,3%)**. A procura incide com particular destaque nos concelhos de Grândola (335), Setúbal (124), Santiago do Cacém (111), Odemira (105) e Sines (97). **Estes dados revelam um incremento da população que estuda ou trabalha fora do concelho em termos relativos e absolutos, face aos dados de 2011.** É importante reter que os valores de 2011 podiam estar condicionados pelos impactes da crise económica.

Caixa 2. Síntese rede territorial e urbana

- Alcácer do Sal constitui o território de transição entre a AML e o Alentejo Litoral.
- Alcácer do Sal integra um dos eixos rodoviários de importância regional para a afirmação do Litoral Alentejano.
- Proximidade a eixos rodoviários estruturantes, nomeadamente, a A2 e o IC1, que com características semelhantes, oferecem uma ligação entre a AML e a sub-região do Alentejo Litoral.
- Concentração da população nos aglomerados de maior dimensão, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica.
- A hierarquia dos aglomerados de Alcácer do Sal foi definida em função de critérios administrativos, demográficos, económicos, de qualificação da população e funcionais, no que se refere à mobilidade e à dotação de equipamentos.
- Existe uma significativa pendularidade da população ativa no concelho (1.169 residentes trabalham ou estudam em outros concelhos e 976 residentes de outros concelhos deslocam-se a Alcácer do Sal para trabalhar ou estudar.

3.3. Inclusão e desenvolvimento social

Figura 10. Nível de ensino da população residente (%), em Alcácer do Sal, em 2011 e 2021 (INE)

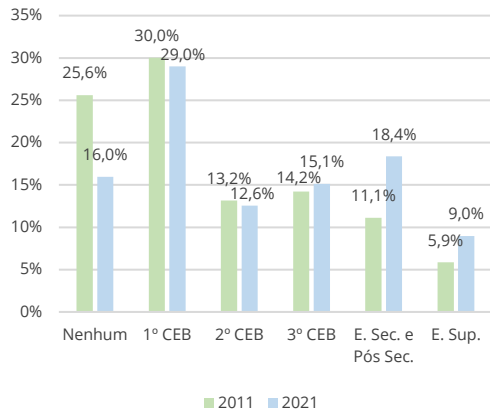


Figura 11. Taxa de desemprego, em Alcácer do Sal (%), em 2011 e 2021 (INE)

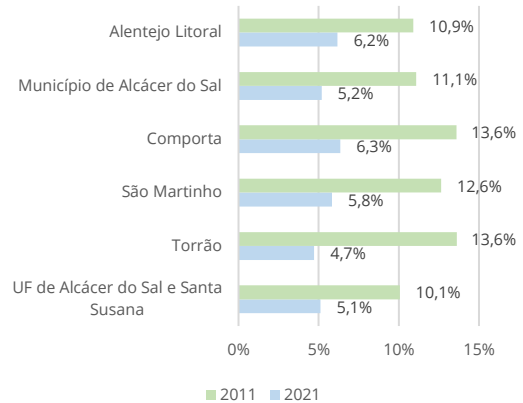


Figura 12. Evolução da população estrangeira, em Alcácer do Sal, entre 2011 e 2021 (INE)

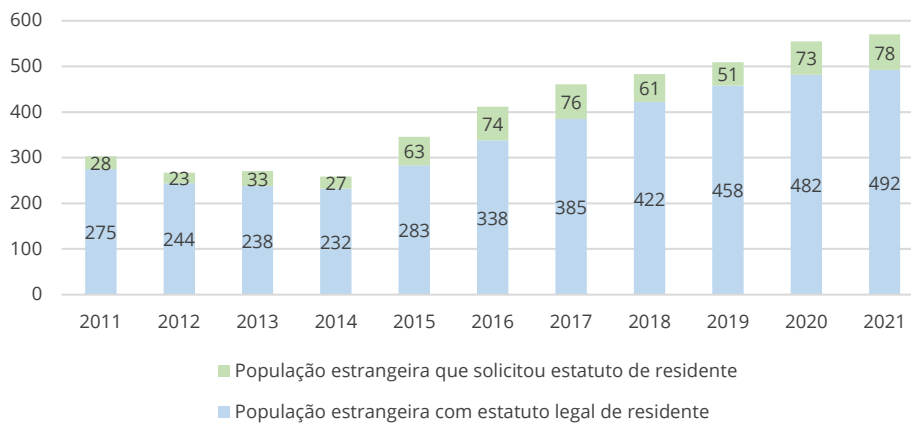


Figura 13. Evolução das pensões da segurança social (€/n.º), em Alcácer do Sal, entre 2011 e 2021 (INE)

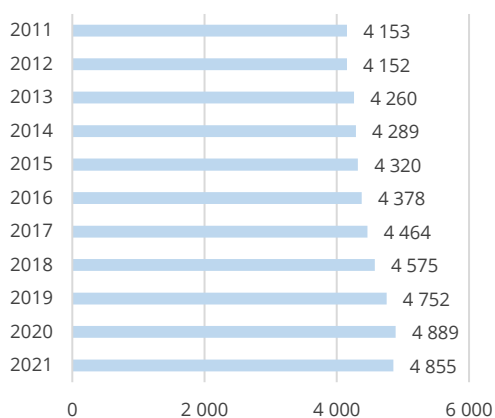
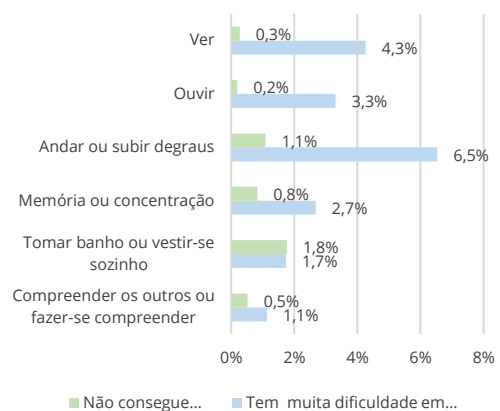


Figura 14. População residente com dificuldades (%), em Alcácer do Sal, em 2021 (INE)



Os **níveis de instrução e qualificação dos recursos humanos constituem uma das dimensões mais relevantes para o desenvolvimento social**, contribuindo **para uma maior coesão e competitividade da base económica**. Ainda que subsistam carências consideráveis neste domínio em Portugal, tem vindo a registar progressos consideráveis.

Alcácer do Sal revelou uma melhoria dos níveis de ensino ao longo do último decénio. A taxa de analfabetismo do concelho caiu para os 16%, mas permanece ainda acima da média nacional (13,7%). Não obstante, ainda **existe uma grande dimensão da população com os baixos níveis de ensino** (45% possui apenas o 1ºCEB, ou é analfabeta). Estes valores constituem uma consequência dos indicadores demográficos já evidenciados, uma vez que a população idosa apresenta níveis de escolaridade mais baixos. Por outro lado, **a população com ensino secundário ou superior registou um aumento expressivo**. Em 2021, 18,4% dos munícipes possuíam ensino secundário e 9% ensino superior.

Atendendo à taxa de desemprego, em 2021, **Alcácer do Sal apresentou uma taxa de desemprego inferior à observada a nível nacional** (8,1%). É relevante sublinhar a evolução face a 2011, ano com valores agravados pelo impacto da crise económica que afetou o país entre 2008 e 2013. Por sua vez, a taxa de atividade em 2021 era de 43,7%, evidenciando um **decréscimo da importância da população ativa face à população total residente**.

Com base na média de indivíduos desempregados inscritos no centro de emprego, em 2019 atingiu-se o valor mais baixo do último decénio, com uma média anual de 190,7 inscritos. Em 2020 verificou-se um aumento, consequência da crise pandémica provocada pela COVID-19. Não obstante, esses impactes foram mitigados no ano seguinte. O universo de inscritos no centro de emprego revelava um **maior peso da população feminina** (cerca de 59%), um **peso significativo de população que se encontrava à procura de novo emprego** (≈91%) e uma **prevalência das inscrições inferiores a 1 ano** (≈64%).

As dificuldades de integração profissional, social, ou no sistema de ensino tornam a população imigrante um grupo particularmente desprotegido. Em 2021, a percentagem de população estrangeira aumentou na generalidade do país, atingindo os 3,2% em Alcácer do Sal, valor particularmente reduzido, comparando com a média do Alentejo Litoral (12,1%). Desde 2014, ano em que se registou o menor número de estrangeiros com estatuto de residente da última década (257), tem-se assistido a um aumento deste indicador. **Em 2021, residiam em Alcácer do Sal 570 indivíduos de origem estrangeira**.

Os pensionistas da segurança social constituem o principal grupo-alvo de apoios sociais, mas há outros que, embora em menor número, necessitam de apoio financeiro para assegurar condições básicas de vida. **Em 2021, residiam em Alcácer do Sal 4.940 pensionistas da segurança social**, o que equivale a 15,3% do total do Alentejo Litoral e a 44,5% da população residente. **Ao longo da última década, o número de pensionistas da segurança social diminuiu em todas as tipologias** (invalidez, velhice, sobrevivência), **a par das dinâmicas demográficas concelhias**. **Não obstante, o montante de pensões pagas pela Segurança Social em Alcácer do Sal aumentou** (de cerca de 22.7 milhões de Euros em 2011 para os 24 milhões em 2021). Este aumento, contrário ao da evolução dos pensionistas, advém das atualizações ao valor das pensões.

No que respeita às prestações familiares, o **número de beneficiários e beneficiários descendentes do abono de família tem vindo a diminuir**. Em 2021, 1.173 crianças e jovens beneficiavam destes apoios, com um valor total atribuído de 762 milhares de euros.

Muito dependente da evolução socioeconómica, **parte da população ativa sofre de problemas sociais de pobreza e exclusão social**. O trabalho precário e pouco qualificado, os baixos salários, o desemprego, associados a menores níveis de instrução e a determinadas tipologias de famílias de maior dimensão, tornam esta população dependente de ajudas e apoios sociais, como o Rendimento Social de Inserção (RSI) ou o subsídio de desemprego.

Em 2021, o ganho médio mensal da população ao serviço em Alcácer do Sal era de 1 082,86€, montante aquém dos valores médios nacionais (1 289,50€) e sub-regionais (1 232,34€). Não obstante, os trabalhadores não qualificados auferiam, em média, 900,92€ por mês, valor a par da média nacional.

Foi neste contexto que a criação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) em 1996, e do Rendimento Social de Inserção (RSI), que o substituiu em 2003, visou o combate à pobreza e à exclusão social, apoiando assim a população mais desprotegida. **O número de beneficiários do RSI em Alcácer do Sal diminuiu na última década**, registando no ano de 2021, 140 beneficiários, face a 568 no ano de 2012. **Os principais beneficiários deste apoio social possuíam menos de 25 anos (44,3%), seguidos da população com 55 ou mais anos (21,4%).**

Noutra vertente, a **população portadora de deficiência é um grupo igualmente vulnerável que deve ser objeto de medidas específicas pela política social local**, cuja condição está muitas vezes associada a outras problemáticas como doença, dificuldades de integração profissional, desemprego, acessibilidade, entre outras, que influenciam negativamente a coesão social dos territórios.

Com base nos resultados dos censos 2021, **aproximadamente 5% da população de Alcácer do Sal não via ou tinha muitas dificuldades em fazê-lo, e cerca de 4% apresentava severas dificuldades de audição.** Atividades motoras, como **andar, ou subir degraus atingiam a maior fatia dos residentes, na medida em que quase 8% da população apresentava graves constrangimentos.** Existem ainda outros problemas que condicionam o bem estar dos munícipes de Alcácer, nomeadamente problemas de memória ou concentração (3,5%), dificuldades em tomar banho ou vestir-se sozinho (3,5%) e compreender os outros ou fazer-se compreender (1,7%). **Face aos dados de 2011, é importante sublinhar que a percentagem de pessoas portadoras das dificuldades acima enunciadas diminuiu ao longo da última década.** Tendência oposta ao que seria expectável com as dinâmicas demográficas já identificadas.

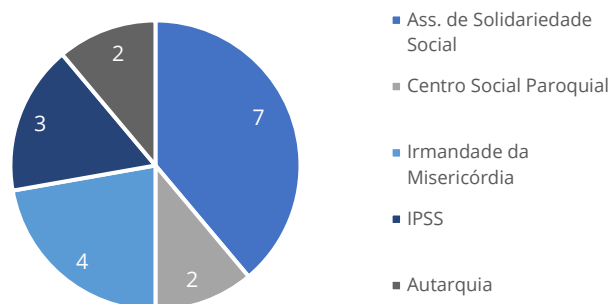
Caixa 3. Síntese inclusão e desenvolvimento social

- Grande peso da população com baixos níveis de escolaridade.
- Convergência dos níveis de ensino secundário e superior com a média nacional.
- Taxa de desemprego inferior à observada a nível nacional.
- Decréscimo da importância da população ativa face à população total residente.
- O desemprego em Alcácer do Sal reflete uma maior procura de novos trabalhos e períodos de espera reduzidos.
- Aumento da população estrangeira residente no concelho.
- Aumento do valor das pensões da Segurança Social, ainda que o número de pensionistas tenha diminuído.
- Diminuição dos beneficiários e montante total atribuído nos abonos familiares.
- Ganho médio mensal da população ao serviço em Alcácer do Sal abaixo da média nacional e sub-regional.
- Diminuição do número de beneficiários do RSI, ainda que o peso da população jovem se mantenha elevado (44%).
- Diminuição da população com dificuldades / deficiências.

4. Diagnóstico da provisão de equipamentos e respostas sociais

4.1. Caracterização das entidades gestoras dos equipamentos sociais

Figura 15. Equipamentos por natureza jurídica da entidade gestora (n.º)



Fonte: Inquérito RUR, 2022

Quadro 3. Domínios de intervenção por natureza jurídica da entidade gestora (nº)

Natureza Jurídica	Total	Privada				Pública
		Ass. de Solidariedade Social	Centro Social Paroquial	Irmandade da Misericórdia	IPSS	Autarquia
I. Infância e juventude						
Crianças e Jovens	5		2		2	1
Crianças e Jovens em situação de perigo	-					
Crianças e jovens com deficiência	1*				1	
II. População adulta						
Pessoas idosas	9		2	2	3	2
Pessoas adultas com deficiência	-					
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	1				1	
III. Família e comunidade						
Família e comunidade em geral	1				1	
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	-					
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	-					
IV. Pessoas vítimas de violência						
Pessoas vítimas **	1				1	
V. Pessoas imigrantes						
Centro de atendimento	1				1	

* Intervenção Precoce – Resposta social desenvolvida pela ADT – Associação para o Desenvolvimento do Torrão, embora centralizada no Centro de Saúde de Alcácer do Sal. ** o concelho tem resposta através da "Desigualdades - Serviço de Apoio à Vítima" da Associação Intervir.com, que embora sediada em Vila Nova de Santo André, concelho de Santiago do Cacém, tem intervenção em 4 concelho do Alentejo Litoral.

Fonte: Inquérito RUR, 2022

A **crescente tendência para a diversificação da forma e natureza das entidades sociais tem vindo a marcar o domínio da ação social**, alicerçada na urgente necessidade de se adaptar à heterogeneidade das problemáticas e desafios que surgem numa sociedade que necessita, cada vez mais, de reforçar as respostas tradicionais, enquanto cria abordagens inovadoras, atendendo ao aumento das necessidades. Desta forma, o conhecimento do perfil das entidades gestoras é particularmente relevante dado que estas configuram os principais agentes de intervenção direta no domínio social daquele território.

Importa neste contexto relevar que **são consideradas entidades gestoras todos os proprietários e/ou responsáveis pela gestão de um ou mais equipamentos, onde se desenvolvam serviços e respostas sociais, bem como os proprietários e/ou responsáveis pela gestão dos serviços e respostas sociais que funcionem sem necessidade de equipamento.**

Foram identificadas um total de 12 entidades proprietárias responsáveis pela gestão de 19 equipamentos em funcionamento no concelho de Alcácer do Sal, dos quais todos responderam ao inquérito realizado. Em Alcácer do Sal, **todas as entidades classificam-se como entidades sem fins lucrativos**, o que constitui uma mais-valia para um acesso mais equitativo aos serviços sociais, que se pretendem universais e ajustados às populações mais vulneráveis. Dentro destas, a tipologia que mais se destaca são as Associações de Solidariedade Social, com 5 entidades. As restantes tipologias distribuem-se homogeneamente entre Centro Social Paroquial, Irmandade da Misericórdia e Autarquia. As entidades com mais equipamentos são a ADT - Associação para o Desenvolvimento do Torrão (3), AURPICAS - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer do Sal (3) e a Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal (3).

Quanto ao âmbito geográfico de atuação das entidades, **a grande maioria atua circunscrita à escala concelhia, sendo 8 as que se dedicam inteiramente a esta escala.** Contudo, existem 2 entidades que desenvolvem a sua atividade numa escala maior – no âmbito nacional, o Centro Social de Rio de Moinhos do Sado e, no âmbito regional, a Associação de Apoio Social de Casebres. A ADT – Associação para o Desenvolvimento do Torrão e o Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado possuem um âmbito de atuação supramunicipal.

As entidades gestoras de equipamentos localizados em Alcácer do Sal cobrem 4 domínios e 6 subdomínios de atuação. Cerca de 10 entidades concentram a sua operação no domínio da População adulta e 5 no domínio da **Infância e juventude**. Apenas 2 entidades especializam-se nos domínios da Família e comunidade e Pessoas imigrantes, operando uma delas no domínio da Família e comunidade em geral e uma outra no domínio Pessoas imigrantes.

Verifica-se que existe maior concentração das entidades no subdomínio das **Pessoas Idosas, pois concentram 9 das 10 entidades no domínio da População Adulta**. Em contraste, apenas uma entidade canaliza a sua resposta para Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico. O segundo subdomínio com maior concentração de entidades é o das crianças e jovens, com 4 entidades. Assim, apenas uma entidade opera sob o subdomínio Crianças e jovens com deficiência. Por conseguinte, é notório que em Alcácer do Sal persiste ainda **uma distribuição das entidades canalizada para domínios mais tradicionais**, em detrimento de domínios como Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias, Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias e para Pessoas vítimas de violência, mas também para subdomínios como Pessoas adultas com deficiência e Crianças e jovens em situação de perigo.

A análise dos investimentos programados a curto prazo (2 anos) em Alcácer do Sal demonstra que 6 entidades (correspondente a 7 equipamentos) mencionaram intenções de realizar intervenções, localizando-se na sua maioria na UF de Alcácer do Sal e Santa Susana (4 equipamentos). Nesta freguesia, os investimentos nos equipamentos têm como objetivo a renovação e remodelação de instalações. Na freguesia do Torrão, foram registadas 3 entidades e equipamentos com investimentos programados, designadamente na ampliação das instalações e na renovação e remodelação das mesmas. Destas 6 entidades, 3 têm como natureza jurídica Associações de Solidariedade Social, 2 são Irmandades da Misericórdia e uma é Centro Paroquial. Assim, **do total das 12 entidades, 50% tem**

investimento programados a curto prazo, existindo 6 entidades que não preveem realizar investimentos nos seus equipamentos. Esta realidade é demonstrativa de uma fraca capacidade de intervenção, sobretudo no contexto pós-pandémico marcado por fragilidades económico-sociais, que reforçam o papel das entidades sociais.

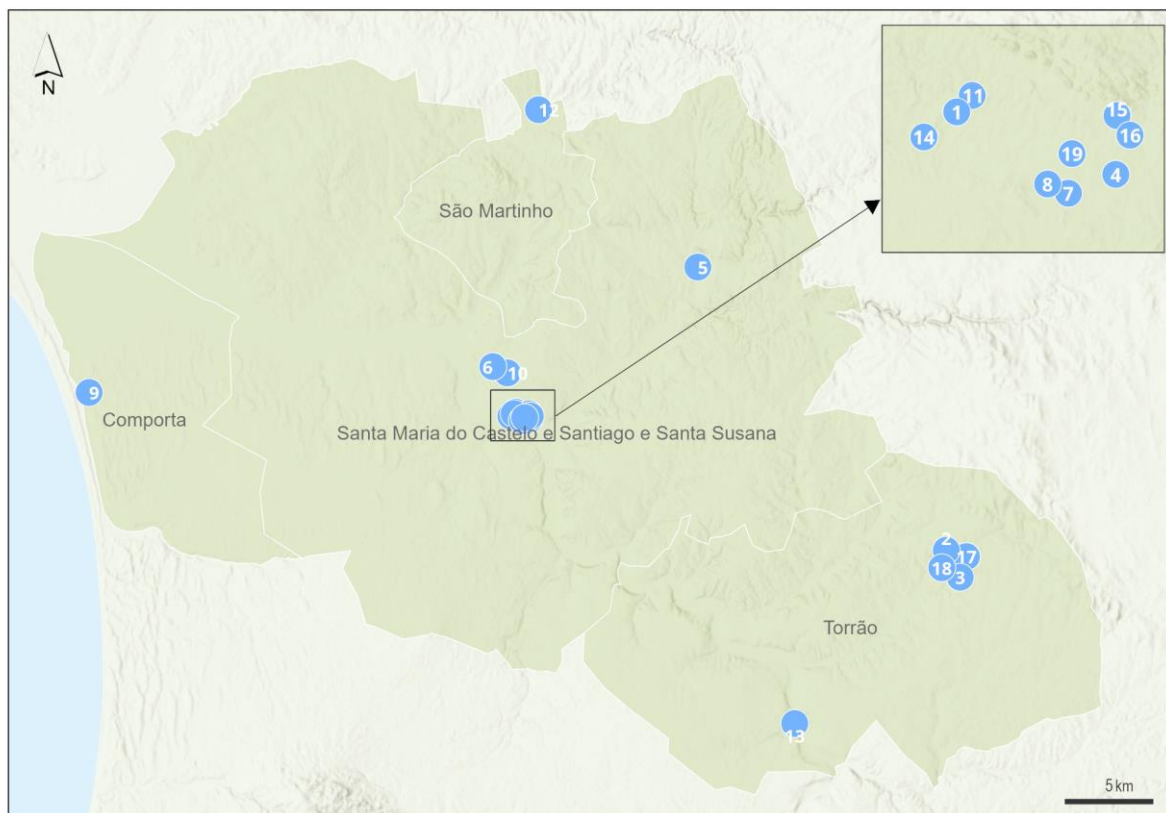
As entidades auscultadas evidenciam a existência de inúmeros constrangimentos que interferem com a sua capacidade de atuação e com o funcionamento dos equipamentos, sendo a grande parte problemas comuns e transversais às entidades. Os problemas mais relatados têm que ver com as **dificuldades financeiras**, tanto da própria entidade em suportar o aumento dos custos de funcionamento que têm vindo a subir no período pós-pandemia, como também relativo aos baixos rendimentos das famílias que resultam em mensalidades muito baixas, dificultando a sustentabilidade financeira da instituição. O segundo constrangimento mais referido está relacionado com **o estado físico debilitado dos equipamentos** e urgente falta de reabilitação resultado da falta de espaço, de falta de eficiência energética, da falta de mobiliário e da rede de águas pluviais. De seguida, encontra-se a **falta de recursos humanos qualificados** devido à falta de atratividade da profissão.

Caixa 4. Síntese das entidades gestoras dos equipamentos sociais

- A totalidade da natureza jurídica das entidades é sem fins lucrativos.
- O âmbito de atuação geográfica predominante é o concelho/local.
- Domínios de atuação mais tradicionais, isto é, vocacionados para a População adulta (população idosa) e infância e juventude (crianças e jovens), são os que apresentam maior canalização de entidades.
- 50% das entidades têm investimentos programados a curto prazo (2 anos).
- Os principais constrangimentos centram-se nas dificuldades financeiras das entidades, no estado físico debilitado dos equipamentos e na falta de recursos humanos qualificados.

4.2 Caracterização dos equipamentos sociais

Figura 16. Localização dos equipamentos sociais no concelho, em 2022



Equipamentos Sociais

1. Centro para a Promoção da Saúde Mental "Passo a Passo" - Delegação de Alcácer do Sal
2. Centro para a Promoção da Saúde Mental "Passo a Passo" - Sede ADT
3. Universidade Sénior
4. Centro Infantil de Alcácer do Sal "Universo da Brincadeira"
5. Centro Social de Santa Susana
6. Residência Jorge Marques
7. Centro de Alojamento de Idosos da AURPICAS
8. Centro de Dia da AURPICAS
9. Centro Social Paroquial de São Pedro da Comporta
10. Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado
11. Universidade Sénior - Alcácer do Sal
12. Associação de Apoio Social de Casebres
13. Centro Social de Rio de Moinhos do Sado
14. Residência Rainha Isabel
15. Residência Emília Matos
16. Residência José Godinho Jacob
17. Centro Social e Paroquial do Torrão
18. Residência João Paulo II
19. Oficina da Criança

Fonte: Inquérito RUR, 2022

Figura 17. Ano de funcionamento dos equipamentos (N.º)

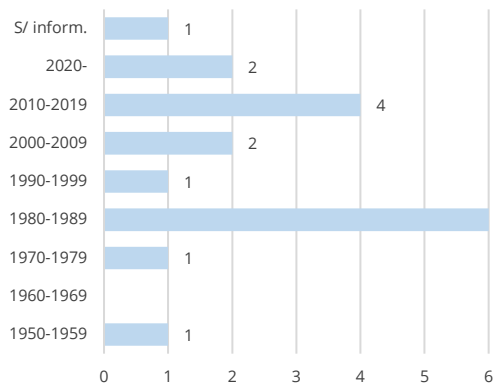


Figura 18. Avaliação do nível de conforto (%)

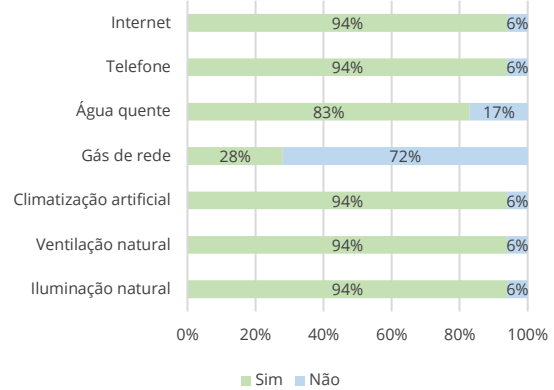


Figura 19. Avaliação do nível ambiental (%)

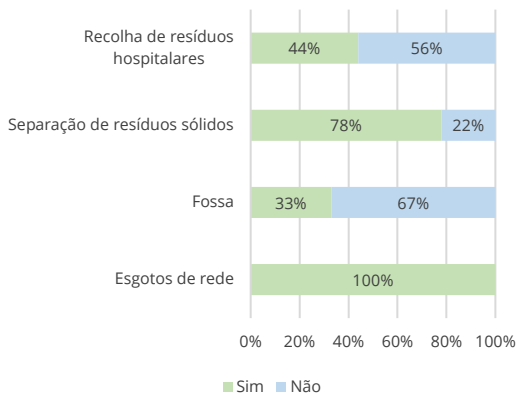


Figura 20. Avaliação do nível de autonomia (%)

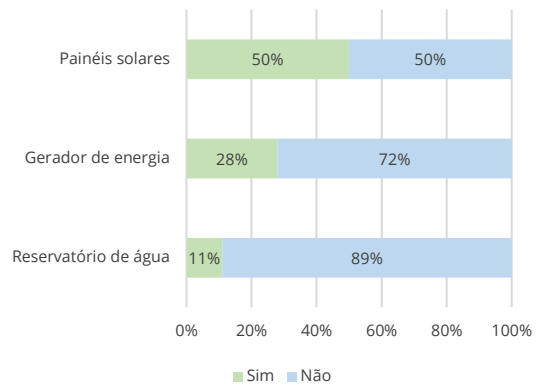


Figura 21. Condições de mobilidade e acesso ao edifício (%)

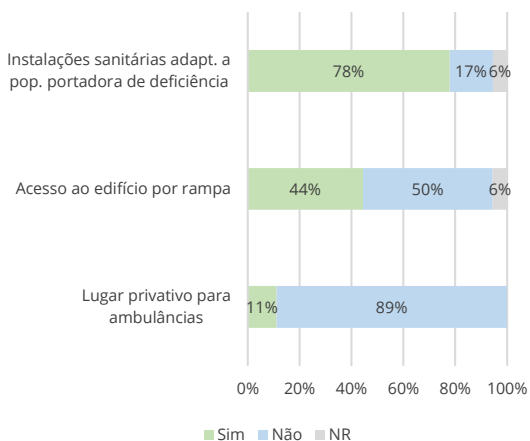
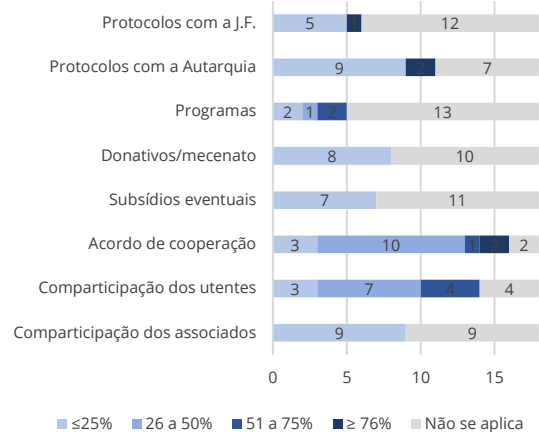


Figura 22. Fontes de financiamento para o funcionamento dos equipamentos (N.º)



Em 2022 existiam no concelho de Alcácer de Sal 18 equipamentos sociais. Destes, 3 equipamentos agregavam respostas sociais de dois ou mais domínios de intervenção.

Neste contexto, 13 equipamentos prestavam apoio às pessoas idosas, enquanto 5 estavam vocacionados para o apoio as crianças e jovens, o que é coerente com a estrutura demográfica do concelho. Os demais domínios de intervenção social eram prestados entre 1 e 2 equipamentos.

A **distribuição territorial dos equipamentos sociais** seguia o padrão da distribuição da população já que na UF de Alcácer do Sal e Santa Susana concentram-se 11 equipamentos (61%), seguida da freguesia do Torrão, com 5 equipamentos (27,7%). Nas freguesias da Comporta e São Martinho localizavam-se apenas um equipamento.

O parque de equipamentos é relativamente novo, verificando-se que **50% da oferta iniciou funções no século XXI.** Contudo, a década de 1980-1989 sobressai por 33% dos equipamentos terem iniciado funções. A segunda década na qual mais equipamentos entraram em funcionamento foi **entre 2010-2019, com a criação de 4 equipamentos (22%),** o que constitui uma mais-valia. Mais recentemente, **desde 2020, iniciaram funções 2 equipamentos,** a Delegação de Alcácer do Sal - "Centro para a Promoção da Saúde Mental - Passo a Passo" e a Sede ADT - Centro para a Promoção da Saúde Mental "Passo a Passo", com intervenção em pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, crianças e jovens e pessoas imigrantes. Ou seja, em 2020, iniciou funções no concelho de Alcácer do Sal a resposta social Centro para a Promoção da Saúde Mental – Passo a Passo, promovida pela ADT – Associação para o Desenvolvimento do Torrão. Esta resposta tem intervenção em pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico. Desenvolve-se na Vila do Torrão, na sede da ADT – Associação para o Desenvolvimento do Torrão e também na cidade de Alcácer do Sal, nas instalações da delegação de Alcácer daquela Associação.

No que respeita ao tipo de instalações dos equipamentos sociais, verifica-se que 15 funcionavam num edifício autónomo e que mais de metade apresentava uma construção adaptada (10). A grande maioria dos equipamentos estão sob regime de propriedade (12), ou seja, pertencem à entidade gestora, enquanto 6 funcionam sobre cedência por outras entidades.

De um modo global, **os equipamentos sociais de Alcácer do Sal apresentam uma avaliação satisfatória do nível de conforto,** sendo que 17 equipamentos dispõem da generalidade dos fatores analisados, com destaque para a ligação à internet, climatização artificial ou ventilação e iluminação natural. Ao nível ambiental, 12 equipamentos funcionam ainda com um sistema de fossa e 10 não faz recolha de resíduos hospitalares.

Em matéria de autonomia, **a maioria dos equipamentos tem níveis limitados,** uma vez que apenas 2 equipamentos dispõem de reservatório de água e apenas 5 dispõem de meios de geração de energia. **Contudo, cerca de metade dos equipamentos dispõem de painéis solares. No domínio da segurança, a maioria dos equipamentos dispõe de simbologia de evacuação, saídas de emergência, sistema de deteção de incêndios, extintores e de um plano de evacuação.**

No que respeita às condições de mobilidade e acesso ao edifício, de um modo geral os equipamentos têm alguns constrangimentos que devem ser retificados. Exemplo disso é o facto de **mais de metade dos edifícios não ter acesso por rampa (50%) nem por dispositivo mecânico para pessoas com mobilidade condicionada (72,2%).** Em matéria de estacionamento, persiste uma maioria de equipamentos que não possui parque de estacionamento privativo para visitantes (72,2%), nem lugares privativos para tomada e largada de passageiros (72,2%), nem lugar privativo para ambulâncias (88,9%). Por outro lado, em questões de mobilidade no edifício e respetivo dimensionamento, **a grande parte dos equipamentos é cumpridora, sobretudo na dimensão das portas interiores e nas instalações sanitárias adaptadas a população portadora de deficiência.**

A perceção das entidades gestoras do estado de conservação dos equipamentos é positiva, já que indicam que 61,1% (11) dos equipamentos se encontra em bom estado.

Quanto ao financiamento dos equipamentos, verifica-se que as entidades gestoras recorreram a diversas fontes, sejam fundos comunitários, privados, ou provenientes da Administração Central ou Local para a aquisição das instalações, mas também para apoiar no funcionamento. **A fonte de financiamento acordos de cooperação é a mais utilizada, sendo utilizada em 16 os equipamentos.** Em 10 dos equipamentos esta fonte financeira representa entre 26 a 50% do total do financiamento do equipamento. **A segunda fonte mais utilizada, é a participação dos utentes, que está presente em 14 equipamentos,** correspondendo a 7 destes entre 26 a 50% do total de financiamento. **A terceira fonte mais aplicada são os protocolos com a Autarquia, sendo 11 os equipamentos apoiados por esta via.** Esta fonte desempenha um papel diminuto na maior parte dos equipamentos visto representar menos de 25% do total do seu financiamento.

Os 18 equipamentos em funções em Alcácer do Sal empregavam 338 trabalhadores (18,7 trabalhadores por equipamento). **Dos 338 recursos humanos, 96,4% eram do sexo feminino,** demonstrativo de uma forte feminização do setor social no concelho. Por outro lado, 28 trabalhadores tinham nacionalidade estrangeira, que representam 8,3% dos recursos humanos. A residência João Paulo II é o que equipamento que concentra maior número de recursos humanos (48), seguindo-se a Residência Rainha Isabel (38) e o Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado (35).

Caixa 5. Síntese da caracterização dos equipamentos sociais

- Elevada concentração da oferta na UF de Alcácer do Sal e Santa Susana e concentrada nos principais grupos-alvo (idosos, crianças e jovens).
- As condições de mobilidade e acesso aos edifícios apresentam constrangimentos tanto no acesso aos edifícios como no estacionamento.
- A esmagadora maioria dos equipamentos apresenta um bom estado de conservação.
- Os Acordos de Cooperação têm um peso muito relevante no financiamento do funcionamento dos equipamentos.
- Elevada feminização do emprego nos equipamentos e crescente presença de trabalhadores estrangeiros.

4.3. Caracterização das respostas sociais

4.3.1. Infância e juventude

Figura 23. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da infância e juventude, em Alcácer do Sal, em 2023



Fonte: Inquérito RUR

CRECHE

Figura 24. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em Creche (N.º), em 2022

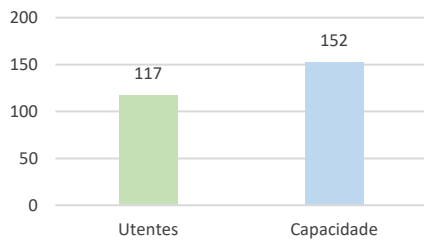
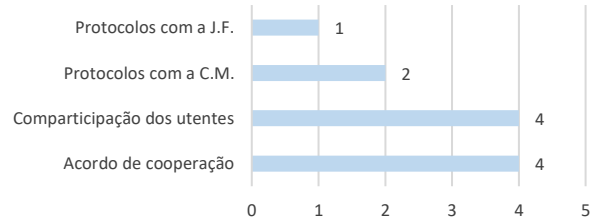


Figura 25. Fontes de financiamento específicas para a resposta social Creche (N.º), em 2022



CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

Figura 26. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em CATL (N.º), em 2022

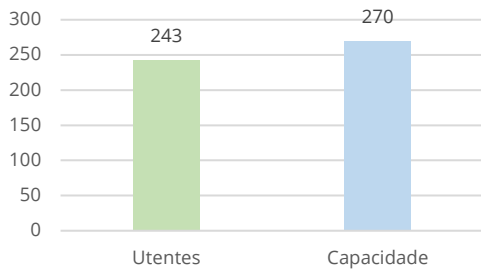
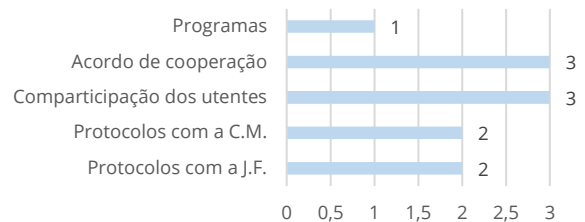


Figura 27. Fontes de financiamento específicas para a resposta social CATL (N.º), em 2022



CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

Figura 28. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em CAFAP (N.º), em 2022

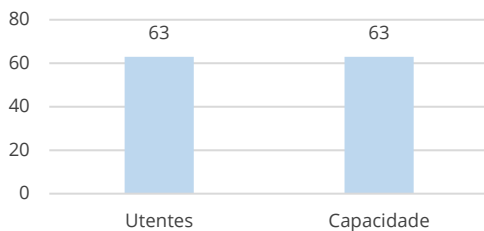
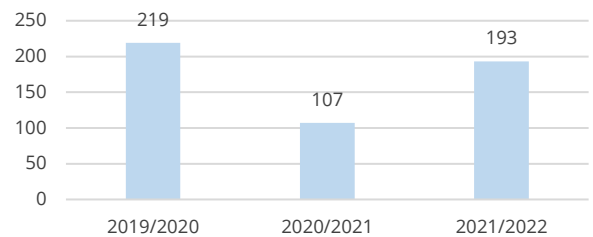


Figura 29. Utentes de CAFAP no triénio 2019/2020 a 2021/2022 (N.º)



INTERVENÇÃO PRECOZE

Figura 30. Utentes em Intervenção Precoce, no triénio 2019/2020 e 2021/2022 (N.º)

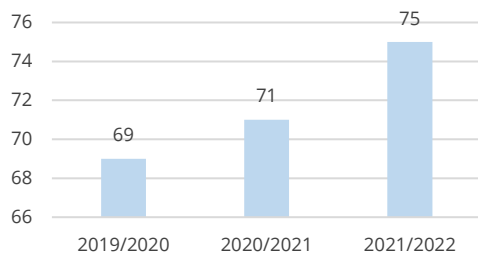
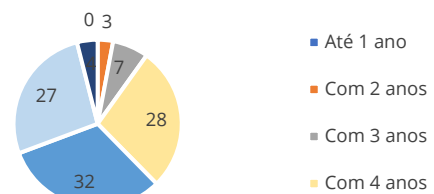


Figura 31. Utentes segundo o grupo etário em Intervenção Precoce (%), em 2022



Creche

Em 2023, **existiam quatro creches** no concelho de Alcácer do Sal, com uma distribuição espacial indicativa de uma ligeira **maior concentração UF de Alcácer do Sal e Santa Susana** (2 respostas). À exceção da freguesia de São Martinho que se encontrava desprovida desta resposta social, as restantes freguesias dispunham cada uma delas de uma creche.

De acordo com o inquérito RUR e a Carta Social do GEP, a capacidade instalada era de 152 lugares, verificando-se que o número de utentes se situava nos 113, o que perfazia uma **taxa de ocupação de 74%**. Assinala-se, portanto, que a capacidade apresenta alguma margem para responder a um incremento da procura, embora, devido à iniciativa do Governo da *Creche Feliz*, estas respostas sociais terem vindo a sentir cada vez maior pressão na sua capacidade de resposta. Esta lacuna estrutural deriva do insuficiente número de equipamentos, acentuado pelo aumento da procura da população imigrante e do ligeiro aumento da taxa bruta de natalidade no município.

Contudo, ao analisar à escala da freguesia, a União das freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana regista uma taxa de ocupação de 100% e, sendo esta a mais populosa, apresenta assim maior dificuldade em responder à procura, resultante da implementação da medida “Creche Feliz” e da crescente procura da população estrangeira. Os 2 equipamentos com creche existentes na sede do concelho, integram a rede social e solidária e têm as suas vagas totalmente preenchidas (2023). No caso concreto do Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado, a capacidade instalada é de 42 lugares (alargamento de 40 para 42 a 01/09/2022) e atualmente (outubro de 2023) verifica-se uma lista de espera para admissão de crianças até aos 3 anos que ascende a 13 lugares. Relativamente ao Centro Infantil de Alcácer do Sal, Universo da Brincadeira, responsabilidade da ADT por protocolo com a Segurança Social, tem as 42 vagas de creche totalmente preenchidas, registando uma lista de espera nos últimos dois anos de cerca de 15 crianças. Na freguesia do Torrão, a taxa de ocupação situa-se nos 61,8% e na freguesia da Comporta nos 38,9%, pelo que apresentam maior margem para responder a um aumento da procura.

A estrutura etária dos utentes evidencia a **prevalência das crianças mais crescidas**, uma vez que 53% dos utentes tem 2 anos, observando-se um declínio à medida que a idade decresce (42% tem 1 ano e 22% tem menos de 1 ano). Este facto decorre em larga medida do primeiro ano de vida da criança ser um período mais exigente em cuidados o que conjugado com o crescente alargamento temporal das licenças de parentalidade leva a que muitas famílias procurem apenas esta oferta após esse período. Em coerência, importa notar que as vagas disponíveis em berçário se apresentam, em geral, inferiores às das restantes salas de creche.

O perfil dos recursos humanos alocados às creches de Alcácer do Sal caracteriza-se pela exclusiva feminização e pela **transversalidade etária**, uma vez que são identificados trabalhadores no grupo dos 29 ou menos de idade até aos 60 ou mais anos. Ainda assim, predominam os trabalhadores jovens com alguma experiência, uma vez que 62% tem entre 30 e 49 anos de idade. No que concerne às habilitações escolares, há uma **primazia dos trabalhadores com ensino secundário**, que correspondem a 58% do total. Não obstante, dois dados complementares igualmente relevantes são o facto de aproximadamente 1/5 dos trabalhadores terem qualificações superiores (18%), enquanto se verifica a coexistência de trabalhadores com os restantes níveis de instrução iguais ou inferiores ao 3º Ciclo do Ensino Básico, associado ao importante recurso destas respostas sociais às funções de auxiliares, ajudantes e cozinheiros.

Relativamente às relações laborais, salienta-se a **elevada prevalência de vínculos contratuais sem termo**, que abrangem 76% dos trabalhadores das creches, muito embora coexistam outras tipologias de vínculos, nomeadamente (18% dos recursos humanos) sintomático de uma certa precariedade laboral.

O segundo aspeto está centrado nas fontes de financiamento, verificando-se que a **totalidade das creches do concelho beneficiam da própria participação dos utentes, mas também de acordos de cooperação**. Os protocolos com a Administração Local desempenham igualmente uma importância significativa, com duas creches

a disporem de protocolos com a Câmara Municipal e uma creche com a Junta de Freguesia. As fontes de financiamento de carácter privado constituem-se fulcrais para garantir a sustentabilidade financeira que permita garantir a missão destas respostas sociais, no entanto, a volatilidade da procura, associada à quebra de natalidade, à inflação, entre outros aspetos, justificam a **necessidade de diversificar as fontes de financiamento** nestas respostas sociais.

Por último, quanto a **investimentos programados a curto prazo, as entidades gestoras das creches no concelho apresentam-se tendencialmente divididas**, com duas delas a terem investimentos programados, enquanto as restantes duas não apresentam perspectivas de investimento, a curto e médio prazo. A incerteza do contexto atual e forte subida dos preços justificam a retração do investimento, no entanto, estes desempenham uma função nevrálgica para assegurar a contínua qualidade do serviço prestado.

Caixa 6. Síntese da Resposta Social Creche

- Oferta concelhia constituída por 4 creches com um padrão de distribuição territorial tendencialmente simétrico à escala das freguesias.
- Taxa de ocupação das creches satisfatória (77%) sintomático de uma disponibilidade da capacidade instalada para responder a potenciais acréscimos da procura, no horizonte temporal de curto e médio prazo. Contudo, a sede de concelho apresenta uma grande dificuldade em responder à procura, resultante da implementação da medida “Creche Feliz” e da crescente procura da população estrangeira, pelo que importará reforçar esta oferta na Cidade. Quer o Centro Infantil de Alcácer do Sal, Universo da Brincadeira, quer o Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado, possuem importantes listas de espera.
- Perfil dos recursos humanos alocados às creches pautado pela exclusividade de trabalhadoras femininas, primazia de níveis de escolaridade de ensino secundário e de vínculos contratuais sem termo.
- Resposta social com diversificação das fontes de financiamento e transversalidade dos acordos de cooperação à totalidade das creches.

Centro de Atividades de Tempos Livres

Em 2023, existiam em Alcácer do Sal **quatro centros de atividades de tempos livres (CATL)**. O padrão locativo desta resposta social para a infância e juventude apresentava uma **concentração na UF de Alcácer do Sal e Santa Susana e na freguesia do Torrão**, onde se concentravam duas respostas em cada uma das freguesias, sendo as freguesias com maiores quantitativos populacionais e maior incidência de população jovem, em 2021. As restantes freguesias encontram-se desprovidas desta resposta social, situação que decorre da menor procura potencial aí residente.

A **taxa de ocupação dos CATL situava-se nos 80%, pelo que 1/5 da oferta existente ainda se encontrava disponível** para responder a eventuais incrementos da procura. Com efeito, a resposta social contabiliza um total de 243 utentes, para uma capacidade instalada global de 270 lugares, em 2023.

No **tríénio 2019/2020 a 2021/2022, a evolução do número de utentes tem demonstrado uma considerável estabilidade**, com variações insignificativas à escala concelhia. Assim, no ano letivo 2019/2020, os CATL contabilizavam 233 alunos, seguido de uma quebra de apenas 4 alunos no ano letivo subsequente, enquanto no ano letivo 2021/2022, houve uma ligeira recuperação com acréscimo da procura em 2 utentes (239 alunos).

A estrutura etária dos utentes sugere uma **maior procura da resposta de CATL pelas famílias quanto mais elevada é a idade**, uma vez que as crianças com 9 e 10 ou mais anos de idade correspondem ao grupo de utentes mais expressivo (42%), o que decalca, de um modo geral, a idade de entrada no 2º Ciclo do Ensino Básico. Assim, a procura mais elevada por volta desta idade está associada às maiores necessidades de acompanhamento educativo que este nível apresenta face ao anterior, mas também à redução das horas da componente letiva, numa idade em que as crianças carecem ainda de algum acompanhamento e supervisão.

Entre as crianças em idade de frequência do 1º CEB a distribuição é relativamente homogénea pelos vários grupos de idades. Com 5 ou menos anos de idade não são registados utentes em CATL, situação que decorre, em parte, do aumento paulatino da idade de ingresso das crianças no 1º CEB, ao longo dos últimos anos, a par com a promoção e implementação de medidas de apoio à família com vista a assegurar-se a escola a tempo inteiro.

O perfil dos trabalhadores de CATL apresenta como principais características dominantes a **forte prevalência de mulheres** (correspondentes 84% do total de 25 recursos humanos); **acumulação de funções com outras respostas sociais/valências do equipamento** (36%); em termos de idades domínio dos indivíduos com idades compreendidas entre os 40 e 49 anos de idade (40%), ainda que coexistindo trabalhadores com idades bastante heterogéneas (desde o grupo etário entre os 30 e os 39 anos de idade até aos trabalhadores com idade igual ou superior a 60 anos de idade); **primazia do ensino secundário como principal nível de escolaridade** (40%), embora não se assinala uma acentuada heterogeneidade neste domínio (apenas crescem o 3º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Superior), e, por último, o **vínculo laboral sem termo**, uma vez que apenas um único recurso humano apresenta outra tipologia de relação contratual.

A sustentabilidade dos CATL depende de diversas **fontes de financiamento**. Contudo, importa notar que 3 CATL auferem comparticipação dos utentes e acordos de cooperação. Entre as restantes fontes de financiamento encontram-se protocolos com a Câmara Municipal de Alcácer do Sal (2 CATL), com a Junta de Freguesia (2 CATL) e ainda um programa (1 CATL).

A **totalidade das entidades gestoras de CATL apresentam investimentos programados a curto prazo (3)**. Este é um dado particularmente relevante, especialmente face ao contexto atual de elevada volatilidade e poli-crisis experienciadas recentemente, que traduz a manutenção dos níveis da procura que a resposta social tem registado, a par com a crescente valorização da instrução e das aprendizagens letivas pela generalidade da população. As **perspetivas de investimento traduzem uma diversidade de áreas** em que estas entidades procuram apostar e

valorizar nos próximos dois anos, nomeadamente, renovação e remodelação (2), aquisição de equipamento (2), identificando-se ainda uma entidade que pretende ampliar as suas instalações. Estes investimentos resultam ainda da necessidade de melhorar os espaços físicos dado encontrarem-se debilitados, designadamente o equipamento "Universo das Artes".

Caixa 7. Síntese da Resposta Social CATL

- Oferta de CATL constituída por quatro respostas sociais, concentradas na freguesia do Torrão e na União das Freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana, um padrão locativo que decalca a distribuição da população residente e da própria população até aos 14 anos de idade no concelho.
- Resposta social com uma capacidade instalada adequada para responder a eventuais acréscimos da procura nos próximos anos. Contudo, no caso da resposta CATL "Universo das Artes", esta não tem instalações dignas, pelo que seria importante o reforço e melhoria dos espaços físicos.
- Preferência das famílias pela resposta de CATL para crianças com 9 e 10 ou mais anos de idade, embora frequentada por crianças de todas as idades entre os 6 e os 9 anos de idade.
- Perfil dos trabalhadores pautado pela forte prevalência de mulheres, com escolaridade ao nível do ensino secundário e relações contratuais caracterizadas por uma maior estabilidade.
- Resposta social alicerçada numa heterogeneidade de fontes de financiamento, ainda que dependente de acordos de cooperação com a Administração Local e da participação dos utentes.

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, adiante designado por CAFAP, rege-se pela Portaria n.º 139/2013 de 2 de abril, na qual define esta resposta social como “um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias.” Por outro lado, é uma resposta relativamente recente no contexto nacional, pelo que nem todos os municípios se encontram cobertos com esta oferta.

O CAFAP “Universo da Família” tem como entidade gestora a Associação para o Desenvolvimento do Torrão (ADT), com Acordo de Cooperação com o Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal, desde 30 de novembro de 2007, tendo sido revisto a 1 de abril de 2015. **Esta resposta está sediada na freguesia do Torrão e com delegações em Alcácer do Sal e em Grândola**, pelo que a sua atuação se torna mais limitada em recursos.

O CAFAP “Universo da Família” tem acordo para a modalidade de Preservação Familiar para 63 famílias, com âmbito de atuação os concelhos de Alcácer do Sal e Grândola. Ao longo dos últimos três anos tem-se mantido o número de famílias contratualizadas no acordo de cooperação (63 famílias), embora o número de indivíduos intervencionados tenha oscilado em função de quem é alvo de intervenção em cada família.

Esta é uma resposta social com **acentuada heterogeneidade de utentes no que trata à estrutura etária**, identificando-se crianças e jovens com idades dos 4 anos aos 20 ou mais anos de idade, sendo este último correspondente aos pais das famílias intervencionadas. O grupo etário mais relevante refere-se aos jovens entre os 15 e os 19 anos de idade (18%), em 2022.

O perfil de recursos humanos caracteriza-se pela **exclusividade de trabalhadoras mulheres**, sendo ainda de salientar que **não se observa qualquer situação de acumulação de funções com outras respostas sociais**/valências do equipamento.

Caixa 8. Síntese da Resposta Social CAFAP

- O concelho dispõe de um CAFAP com sede na freguesia do Torrão e delegação na sede do concelho.
- Capacidade instalada em CAFAP é de 63 famílias.
- Perfil de utentes com prevalência de jovens com 15 ou mais anos, correspondente à fase da adolescência e início da vida adulta e aos cuidadores que assumem o papel parental.
- Resposta social assegurada exclusivamente por recursos humanos do sexo feminino e com alocação reservada ao CAFAP.

Intervenção Precoce

A intervenção precoce é uma resposta social desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social (Carta Social, GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento).

Em 2023, **existia no concelho uma resposta de intervenção precoce desenvolvida pela Associação para o Desenvolvimento do Torrão**. Esta localizava-se na UF de Alcácer do Sal e Santa Susana, uma **inserção territorial bastante central** que responde assim às necessidades de centralidade da resposta.

No triénio 2019/2020 a 2021/2022, a **evolução do número de utentes registou uma procura crescente, ainda que ligeira**, perfazendo uma taxa de variação de cerca de 9%. O acréscimo de utentes observado traduz a atuação cada vez mais estruturada das organizações, assim como a crescente sensibilização familiar para a deteção e apoio das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento. Importa ainda notar que esta trajetória de crescimento da procura verificou-se mesmo em pleno contexto pandémico, enquanto na generalidade das atividades e, em especial, das respostas e serviços sociais desencadeou quebras consideráveis nos níveis da procura.

Considerando a própria designação da resposta social que indica uma intervenção precoce na infância, esta é **dirigida para crianças entre os 0 e os 6 anos de idade**, visando assim assegurar um apoio e acompanhamento da criança tão cedo quanto possível. Sendo este o grupo de idades em que se encontram os utentes da resposta social no concelho, observa-se, no entanto, que se encontram primordialmente em idades compreendidas entre os **4 e os 6 anos de idade (28% tem 4 anos, 32% tem 5 anos e 27% tem 6 anos de idade) que cumulativamente abrangem cerca de 87% do total de utentes**.

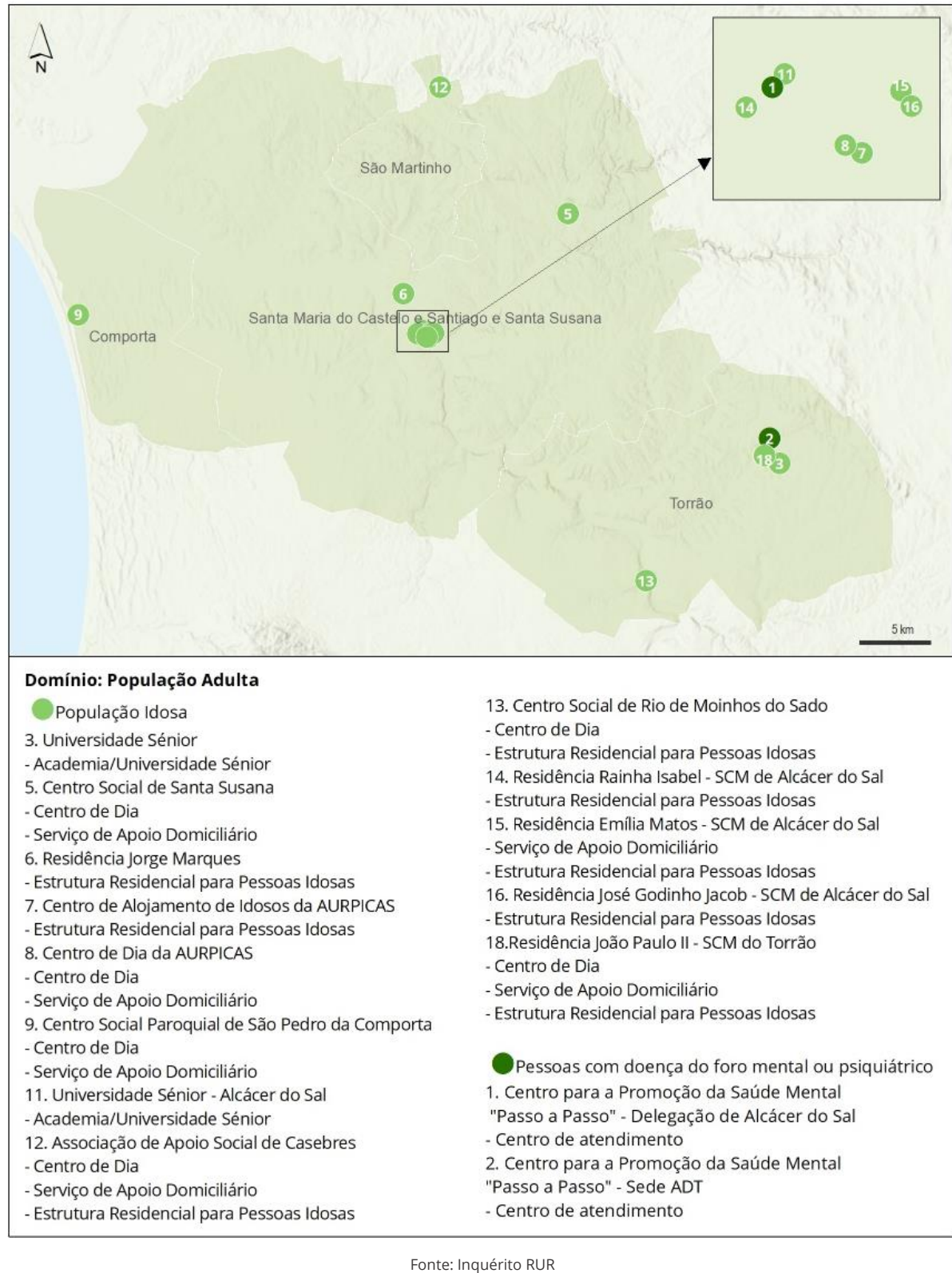
O **perfil de recursos humanos** da resposta social no concelho caracteriza-se por abranger exclusivamente indivíduos do sexo feminino, apresentando como aspeto positivo a salientar o facto de não se registar qualquer situação de acumulação de funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

Caixa 9. Síntese da Resposta Social Intervenção Precoce

- Concelho dispõe de uma resposta de intervenção precoce com localização central na freguesia sede de concelho, o que constitui um aspeto positivo a salientar, por se tratar de uma resposta de escala concelhia.
- A evolução recente do quantitativo de utentes indica um crescimento paulatino da procura.
- Resposta social orientada para crianças em idade pré-escolar, sendo que no concelho a maioria dos utentes se encontra entre os 4 e os 6 anos de idade (87%).
- Perfil de recursos humanos constituído apenas por indivíduos do sexo feminino.

4.3.2. População adulta

Figura 32. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da população adulta, em Alcácer do Sal, em 2023



Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

Figura 33. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em ERPI (N.º), em 2022

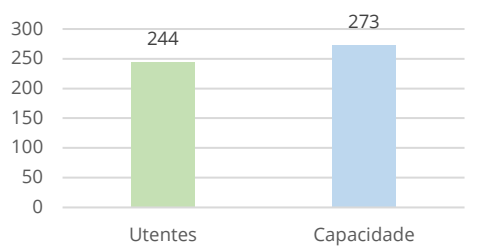
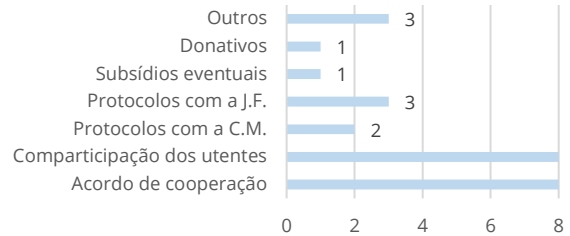


Figura 34. Fontes de financiamento específicas para a resposta social ERPI (N.º), em 2022



Serviço de Apoio Domiciliário

Figura 35. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em SAD (N.º), em 2022

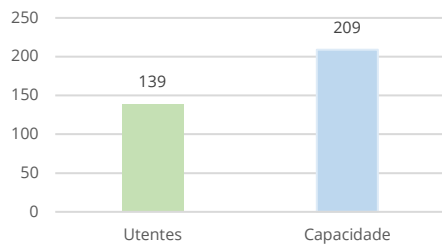
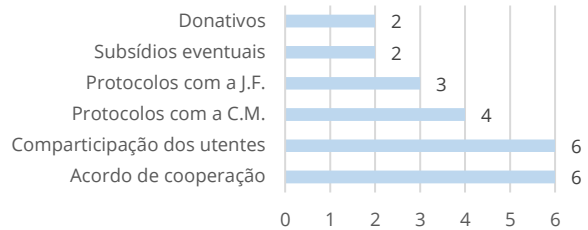


Figura 36. Fontes de financiamento específicas para a resposta social SAD (N.º), em 2022



Centro de Dia

Figura 37. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em Centro de Dia (N.º), em 2022

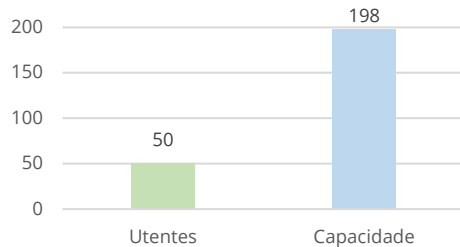
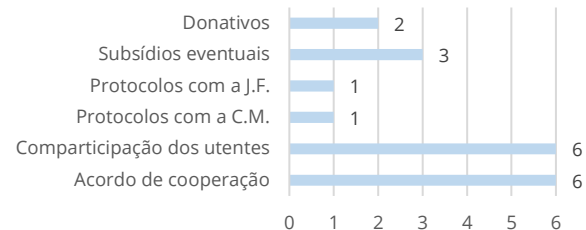
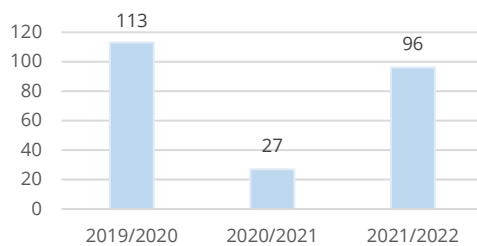


Figura 38. Fontes de financiamento específicas para a resposta social Centro de Dia (N.º), em 2022



Universidade Sénior

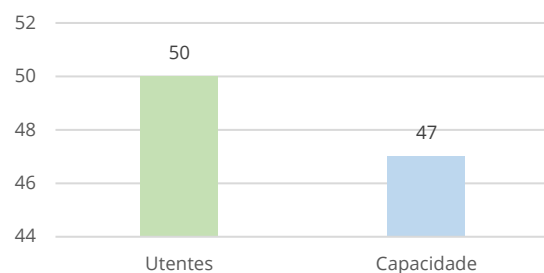
Figura 39. Evolução do número de utentes em Universidade Sénior (N.º)



*2020/2021 apenas são contabilizados os utentes da US do Torrão

Centro de Atendimento

Figura 40. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em Centro de Atendimento (N.º), em 2022



Pessoas Idosas

Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

Em 2023, existiam 8 Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas (ERPI) no concelho de Alcácer do Sal, com uma distribuição espacial indicativa de uma **maior concentração na UF de Alcácer do Sal e Santa Susana (5 respostas)**. Na freguesia de Torrão situavam-se 2 respostas e em São Martinho apenas uma, estando assim a freguesia da Comporta desprovida desta resposta.

A capacidade instalada no conjunto das ERPI do concelho era de 273 lugares, verificando-se que o número de utentes se situava nos 244, o que perfazia uma **taxa de ocupação de 89%**, segundo os dados do inquérito RUR. Assinala-se, portanto, uma capacidade instalada no limiar das suas possibilidades, ao ter dificuldade em continuar a responder adequadamente à procura, especialmente considerando a trajetória ascendente do quantitativo de população-alvo e de utentes em ERPI registado nos anos mais recentes no concelho e pela existência de listas de espera. Tal é comprovado ao considerar o triénio entre os anos 2019 A 2022, pois houve um **aumento da procura em 10,3%** nas ERPI do concelho, ou seja, mais 27 utentes do que em 2019/2020, demonstrativo de um agravamento das condições físicas e mentais das pessoas idosas e da menor disponibilidade dos cuidadores informais e da família, levando à maior procura desta resposta. A Pandemia pelo COVID-19 foi também um dos fatores do agravamento do estado de saúde das pessoas idosas. Atualmente, no final de 2023, as estruturas existentes encontram-se com a sua capacidade totalmente ocupada (100%), não existindo capacidade de responder às múltiplas solicitações para novas vagas.

A estrutura etária dos utentes evidencia a **prevalência de faixas etárias mais idosas**, uma vez que 32% dos utentes tem mais de 90 anos, seguindo-se a faixa etária dos 85 aos 89 anos, com cerca de 27% e, por fim, a faixa etária dos 80 aos 84 anos, com 20%. Nesta resposta social, observa-se um aumento dos utentes à medida que a idade aumenta, explicado pelo gradual enfraquecimento das capacidades. Assim, apenas 10% dos utentes tem menos de 74 anos. Acrescentar que, do total de utentes, 66,8% são constituídos por utentes do sexo feminino.

O perfil dos recursos humanos alocados às ERPI de Alcácer do Sal caracterizava-se **pela predominância das faixas etárias entre os 40-49 e os 50-59 anos**, correspondendo a 59% do total, sendo que a faixa dos 50-59 anos representava 37%. Ainda assim, 26% dos trabalhadores tem menos de 39 anos. No que concerne às habilitações escolares, destaca-se o 3º CEB e o ensino secundário, ambos os ciclos com 29% dos trabalhadores com estas habilitações. Por fim, apenas 8% dos recursos humanos em ERPI possuía ensino superior, demonstrativo de uma falta de recursos humanos qualificados no exercício dos cuidados às pessoas idosas. Do total dos 206 recursos humanos, 96% **correspondia a trabalhadores do sexo feminino**, 83% tinha vínculo contratual sem termo e 98% exercia funções a tempo inteiro.

As principais fontes de financiamento para as respostas de ERPI são os **acordos de cooperação e a participação dos utentes, pelo que todas as respostas de ERPI beneficiam destas**. Os protocolos com a Administração Local desempenham igualmente uma importância significativa, com 3 ERPI a disporem de protocolos com a Junta de Freguesia e 2 ERPI com a autarquia. Existe ainda uma ERPI que beneficia de subsídios e de donativos para cada uma destas fontes de financiamento.

De acordo com a avaliação/perceção dos responsáveis das ERPI, **63% (5 respostas) indicam um bom estado de conservação das instalações e 38% (3) indicam razoável**. Por conseguinte, todas as respostas reúnem as condições adequadas para a prestação do serviço. Ainda assim, **6 respostas indicam investimentos programados a curto prazo**, no âmbito da renovação e remodelação (4 equipamentos), aquisição de equipamento (1) e ampliação das instalações (1). Apesar da incerteza do contexto atual e forte subida dos preços, as ERPI assumem investimentos

que contribuem para a melhoria das suas condições, desempenhando uma função nevrálgica para assegurar a contínua qualidade do serviço prestado.

Caixa 10. Síntese da Resposta Social Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

- Oferta concelhia constituída por 8 ERPI com maior concentração na UF de Alcácer do Sal e Santa Susana (5 respostas).
- Taxa de ocupação das ERPI no limiar das suas possibilidades (89%), o que dificulta a resposta a potenciais acréscimos da procura, no horizonte temporal de curto e médio prazo.
- Perfil dos recursos humanos alocados às ERPI pautado pela exclusividade de trabalhadoras femininas e em faixas etárias entre os 40-49 e os 50-59 anos.
- Resposta social com diversificação das fontes de financiamento e transversalidade dos acordos de cooperação à totalidade das ERPI.
- Instalações com um bom estado de conservação geral e com condições adequadas para a prestação do serviço, de acordo com a perceção das entidades gestoras.
- Maioria das ERPI indicam investimentos programados a curto prazo (renovação e remodelação, aquisição de equipamento e ampliação das instalações).

Serviço de Apoio Domiciliário

Em 2023, existiam 6 respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) no concelho de Alcácer do Sal, com uma distribuição espacial indicativa de uma ligeira **maior concentração na UF de Alcácer do Sal e Santa Susana** (3 respostas). as restantes três freguesias dispunham cada uma delas de um SAD.

A capacidade instalada no conjunto dos SAD do concelho era de 209 lugares, verificando-se que o número de utentes se situava nos 139, o que perfazia uma **taxa de ocupação de 67%**. Assinala-se, portanto, uma capacidade instalada suficiente para continuar a responder adequadamente à procura, embora a trajetória ascendente do quantitativo de população idosa registado nos anos mais recentes possa constituir-se uma limitação à ocupação dos próximos anos. Considerando o período 2019/2022, houve uma **quebra da procura de 17,4%** nos SAD do concelho, ou seja, menos 34 utentes do que em 2019. Esta tendência é demonstrativa do impacte da pandemia do COVID-19.

Todas as respostas de SAD em Alcácer do Sal apoiam a população idosa e 5 respostas apoiam ainda população em situação de dependência. A população com deficiência é a menos abrangida por esta resposta, pois apenas 2 respostas atendem este grupo-alvo.

A estrutura etária dos utentes evidencia a **prevalência de faixas etárias mais idosas, uma vez que 74% dos utentes tinha mais de 75 anos**, observando-se uma prevalência muito diminuta nas faixas etárias mais jovens (apenas 13% dos utentes tinha menos de 64 anos). Tal é explicado pelo facto destes serviços proporcionarem os cuidados necessários desde higiene e alimentação até acompanhamento a compromissos para pessoas que já não tenham capacidades físicas ou psicológicas, características que tendem a afetar faixas etárias mais idosas.

O perfil dos recursos humanos alocados ao Serviço de Apoio Domiciliário de Alcácer do Sal caracterizava-se pela **transversalidade etária**, uma vez que são identificados trabalhadores no grupo dos 29 ou menos de idade até aos 60 ou mais anos. Ainda assim, predominam os trabalhadores entre 40 e 49 anos pois representam 35% dos recursos humanos. No que concerne às habilitações escolares, **quase 1/3 dos trabalhadores possui o ensino secundário**. Não obstante, **o ensino básico continua a ser o predominante**, uma vez que 57% dos trabalhadores possui o ensino básico (entre o 1º e o 3º ciclo), verificando-se uma coexistência de trabalhadores com habilitações escolares distintas. Do total dos 63 recursos humanos em SAD, **95% correspondia a trabalhadores do sexo feminino**, 86% tinha vínculo contratual sem termo e 79% exercia funções a tempo inteiro.

As principais fontes de financiamento para as respostas de SAD são os **acordos de cooperação e a participação dos utentes, pelo que todas as respostas de SAD beneficiam destas**. Os protocolos com a Administração Local desempenham igualmente uma importância significativa, com 4 SAD a disporem de protocolos com a autarquia e 3 SAD com a Junta de Freguesia. Existem ainda duas respostas que beneficiam de subsídios e de donativos.

De acordo com a avaliação/perceção dos responsáveis dos SAD, **67% (4) indicam um bom estado de conservação das instalações e 33% (2) indicam razoável**. Por conseguinte, todas as respostas reúnem as condições adequadas para a prestação do serviço e apenas uma resposta tem investimentos programados a curto prazo no âmbito da aquisição de equipamento. A incerteza do contexto atual e forte subida dos preços justificam a retração do investimento, no entanto, estes desempenham uma função nevrálgica para assegurar a contínua qualidade do serviço prestado.

Caixa 11. Síntese da Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário

- Oferta concelhia constituída por 6 SAD com um padrão de distribuição territorial tendencialmente simétrico à escala das freguesias, estando situado em todas.
- Taxa de ocupação dos SAD satisfatório (67%) sintomático de uma disponibilidade da capacidade instalada para responder a potenciais acréscimos da procura, no horizonte temporal de curto e médio prazo.
- Perfil dos recursos humanos alocados aos SAD pautado pela exclusividade de trabalhadoras femininas, primazia de níveis de escolaridade de ensino básico e de vínculos contratuais sem termo.
- Instalações com um bom estado de conservação geral e com condições adequadas para a prestação do serviço, de acordo com a perceção das entidades gestoras.
- Respostas sociais beneficiárias de financiamento primado por acordos de cooperação e comparticipação dos utentes na totalidade dos SAD.

Centro de Dia

Em 2023, **existiam 6 centros de dia** no concelho de Alcácer do Sal, com uma distribuição simétrica à escala das freguesias – 2 em UF de Alcácer do Sal e Santa Susana, 2 em Torrão, um em Comporta e um em São Martinho.

A capacidade instalada no conjunto dos Centros de Dia do concelho era de 198 lugares, verificando-se que o número de utentes se situava nos 50, o que perfazia uma **taxa de ocupação de 25%**. Assinala-se, portanto, uma capacidade instalada suficiente para continuar a responder adequadamente à procura, especialmente considerando a trajetória descendente do quantitativo de utentes registado nos anos mais recentes. Considerando o período 2019/2022, houve uma **quebra da procura de 41,7%**, ou seja, menos 43 utentes do que em 2019. Esta tendência é consequência da Pandemia da COVID-19 e dos sucessivos confinamentos obrigatórios, que acentuaram o isolamento social e agravaram as condições de saúde da população idosa.

Todas as respostas de CD em Alcácer do Sal apoiam a população idosa e 4 respostas apoiam ainda população em situação de dependência. A população com deficiência é a menos abrangida por esta resposta, pois apenas 2 respostas atendem este grupo-alvo.

A estrutura etária dos utentes evidencia a prevalência de faixas etárias mais idosas, uma vez que 38% dos utentes tem entre 80 aos 84 anos, seguindo-se a faixa etária dos 85 aos 89 anos, com cerca de 25% dos utentes. Por outro lado, as faixas etárias mais jovens têm um peso de apenas 9% (dos 50 aos 64 anos.). A maior discrepância nos utentes situa-se no sexo, uma vez que **69% dos utentes são do sexo feminino**, em contraste com os 31% do sexo masculino. Todos os utentes dos Centros de Dia são servidos por pequeno-almoço, almoço e jantar, o que permite lhes proporcionar maior alívio no que toca à sua alimentação, mas também às famílias.

O perfil dos recursos humanos alocados aos centros de dia de Alcácer do Sal caracteriza-se pela **transversalidade etária**, uma vez que são identificados trabalhadores no grupo dos 29 ou menos de idade até aos 60 ou mais anos. Ainda assim, predominam os trabalhadores em idades ativas mais avançadas, entre os 50-59 anos (33%). Os grupos etários entre os 30 e os 39 anos e entre os 40 e os 49 representam também parte significativa, 21% e 23% respetivamente. No que concerne às habilitações escolares, há uma primazia dos trabalhadores com o 1.º CEB (35%). Contudo, é nesta resposta que existe a **maior percentagem de recursos humanos com o ensino superior, situando-se nos 23%** (em contraste com os 14% em SAD e os 8% em ERPI). Relativamente às relações laborais, salienta-se a **elevada prevalência de vínculos contratuais sem termo** que abrangem 92% dos trabalhadores dos CD. Ainda a destacar que, dos 52 recursos humanos, 92% são do sexo feminino e 83% exerce funções a tempo inteiro.

As principais fontes de financiamento para as respostas de CD são os **acordos de cooperação e a comparticipação dos utentes, pelo que todas as respostas beneficiam destas**. Os protocolos com a Administração Local desempenham uma importância menos significativa em comparação às outras respostas, com um CD dispor de protocolos com a Junta de Freguesia e com a autarquia. Em Alcácer do Sal, 3 CD beneficiam de subsídios eventuais e 2 beneficiam de donativos, embora com um peso menos significativo no seu financiamento, em comparação aos acordos de cooperação.

Por último, quanto ao **estado de conservação das instalações, as entidades gestoras dos centros de dia no concelho indicam, de modo geral, que as instalações estão com um bom estado** (4) e apenas 2 são classificadas como razoável. Como resultado, indicam que 2 instalações não reúnem as condições adequadas para a prestação do serviço, segundo a perceção da entidade gestora que respondeu ao inquérito do RUR. Todavia, apesar da necessidade de intervenção, **nenhuma entidade indica investimentos programados a curto prazo (2 anos)**. A incerteza do contexto atual e forte subida dos preços justificam a retração do investimento, no entanto, estes desempenham uma função nevrálgica para assegurar a contínua qualidade do serviço prestado.

Caixa 12. Síntese da Resposta Social Centro de Dia

- Oferta concelhia constituída por 6 Centros de Dia com um padrão de distribuição territorial simétrico à escala das freguesias.
- Taxa de ocupação dos CD satisfatória (25%) é sintomática de uma disponibilidade da capacidade instalada para responder a potenciais acréscimos da procura, no horizonte temporal de curto e médio prazo.
- Centros de dia com a maior percentagem de recursos humanos com o ensino superior, situando-se nos 23%.
- Perfil dos recursos humanos alocados aos CD pautado pela exclusividade de trabalhadoras femininas e de vínculos contratuais sem termo.
- Instalações em bom estado de conservação geral, de acordo com a perceção das entidades gestoras.
- Nenhuma entidade indica investimentos programados a curto prazo, apesar da necessidade de intervenção em duas instalações.
- Resposta social com diversificação das fontes de financiamento e transversalidade dos acordos de cooperação à totalidade dos CD.

Universidade Sénior

Em 2023 existiam **2 Universidades Sêniores** no concelho de Alcácer do Sal, localizadas na freguesia do Torrão e na UF de Alcácer do Sal e Santa Susana - a Universidade Sénior (JF Torrão) e a Universidade Sénior de Alcácer do Sal (CM de Alcácer do Sal). Assim, as freguesias de Comporta e de São Martinho encontram-se desprovidas desta resposta social.

O número de utentes no conjunto das Universidades Sêniores do concelho era de 96 lugares. A capacidade máxima instalada não foi disponibilizada, contudo, é possível averiguar que **esta resposta tem sofrido uma evolução retrativa**. Considerando o triénio entre os anos letivos 2019/2020 e 2021/2022, houve uma **quebra da procura de 15%** nas US do concelho, ou seja, menos 17 utentes do que em 2019/2020. Esta resposta foi particularmente afetada pela Pandemia da COVID-19 devido aos sucessivos confinamentos obrigatórios, que obrigaram ao encerramento das respostas.

Os utentes das Universidades Sêniores em Alcácer do Sal, distribuíam-se por vários grupos etários, sendo o grupo dos 70 aos 74 com maior predomínio (35%). É de destacar que **o número de utentes com mais de 75 anos corresponde a 41%**. Por outro lado, as faixas etárias mais jovens têm um peso de apenas 10% (dos 50 aos 64 anos.). A maior discrepância nos utentes centra-se no sexo, uma vez que **86% dos utentes são do sexo feminino**, em contraste com os 13,6% do sexo masculino.

A oferta das universidades são muito variadas, ao lecionar disciplinas como Expressão Plástica, Geografia, Inglês, História, Teatro, Informática, Desenvolvimento Língua e da Escrita, Coro, Botânica e Ginástica, entre outros.

Quanto às fontes de financiamento desta resposta social, constata-se realidades diferentes. No caso da Universidade Sénior de Alcácer do Sal, de gestão autárquica, os alunos/participantes apenas pagam uma quantia simbólica, sendo os recursos financeiros necessários ao seu financiamento assegurados pela autarquia. No caso da outra Universidade, depende da Participação dos utentes para o seu funcionamento.

Relativamente aos recursos humanos, a Universidade Sénior na freguesia do Torrão tinha 13 professores voluntários. Já na Universidade em Alcácer do Sal os professores, em regime de voluntariado, são apoiados por uma equipa autárquica multidisciplinar.

O estado de conservação das instalações, segundo a perceção das entidades, é distinto nas duas respostas – em Alcácer do Sal é deficiente e conseqüentemente não reúne as condições adequadas para a prestação do serviço. Já na freguesia do Torrão, é indicado que está em bom estado de conservação e que reúne as condições. Embora tenha condições, este equipamento tem programados investimentos a curto prazo, nomeadamente a aquisição de equipamento.

Caixa 13. Síntese da Resposta Social Universidade Sénior

- Oferta concelhia constituída por 2 universidades sêniores com um padrão de distribuição territorial nas 2 freguesias mais populosas do concelho.
- Resposta social tem sofrido uma evolução retrativa - entre 2019/2020 e 2021/2022, houve uma quebra da procura de 15%.
- O número de utentes com mais de 75 anos corresponde a 41% do total e há primazia de utentes do sexo feminino (86%).
- Na Universidade Sénior, de gestão autárquica (Alcácer do Sal), os participantes apenas pagam uma quantia simbólica para participar nas atividades desenvolvidas.
- Estão programados investimentos a curto prazo numa das respostas sociais, nomeadamente a aquisição de equipamento.

Centro de Convívio

Há 3 edifícios (em Arez; na Rua do Polidesportivo, Palma; na Rua da Escola, N.º 1, Montevil) que são utilizados como centros de convívio pelos seniores destas localidades. Todas as semanas são realizadas atividades naqueles equipamentos. Os participantes vão variando, sendo que a entidade não dispõe de informação que permita preencher os inquéritos.

Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

Centro de Atendimento “Passo a Passo”

Alcácer do Sal dispõe de um centro de atendimento orientado para a promoção de saúde mental comunitária, através de uma intervenção terapêutica que pode ajudar a prevenir o agravamento de problemas de saúde mental e sociais minimizando o impacto destes problemas no agregado familiar e na comunidade. O Centro para a Promoção de Saúde Mental “Passo a Passo” é assegurado pela ADT- Associação para o Desenvolvimento do Torrão, com **sede na freguesia do Torrão**.

O centro de atendimento tem uma **lotação de 47 utentes**, distribuídos pelos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola, sendo estas as duas áreas geográficas de atuação. No período entre o início de 2021 e final de 2022, o Passo a Passo deu resposta a 59 utentes residentes no concelho de Alcácer do Sal (27 processos aberto em 2021, que corresponde a 36 utentes e 23 abertos em 2022 que corresponde a 23 utentes). É de salientar que, até ao terceiro trimestre de 2023, o Centro atendeu mais 21 pessoas, contabilizando um total de 80 utentes acompanhados desde a sua abertura.

A análise do grupo etário dos utentes do centro de atendimento permite concluir que este **responde apenas à população adulta, estendendo-se os atendimentos também à população idosa. A maioria dos utentes encontra-se entre os 30 e os 49 anos de idade (52%)**, sendo que 21% apresenta entre 30 e 39 anos e 31% entre os 40 e os 49 anos de idade. A partir do grupo etário seguinte (dos 50 aos 59 anos) observa-se um decréscimo gradual da proporção de utentes atendidos. Ainda assim a faixa etária de maiores de 60 anos (26%) é superior à faixa entre os 18 e os 30 anos (23%).

Por fim, importa notar que à semelhança de outras respostas sociais no concelho, também no centro de atendimento os **recursos humanos alocados são todos do sexo feminino e apresentam exclusividade na afetação**, uma vez que não se observa a acumulação de funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

Caixa 14. Síntese da Resposta Social Centro de Atendimento

- Concelho dispõe de um centro de atendimento em Alcácer do Sal, com sede na freguesia do Torrão.
- Resposta direcionada para a população adulta, encontrando-se a maioria dos utentes entre os 31 e os 50 anos de idade.
- A totalidade dos recursos humanos são do sexo feminino e apresentam exclusividade na afetação à resposta.

4.3.3. Família e Comunidade

Figura 41. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da família e comunidade, em Alcácer do Sal, em 2023



Centro Comunitário

Figura 42. Utentes e Capacidade Máxima Instalada em Centro Comunitário (N.º), em 2022

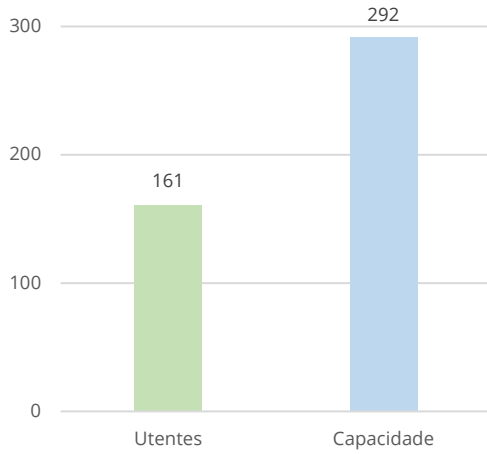
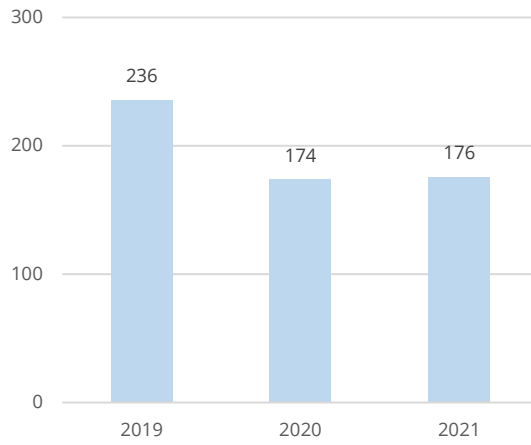


Figura 43. Evolução do número de utentes em Centro Comunitário (N.º)



Ajuda Alimentar

Figura 44. Utentes e Capacidade Máxima Instalada para Ajuda Alimentar (N.º), em 2022

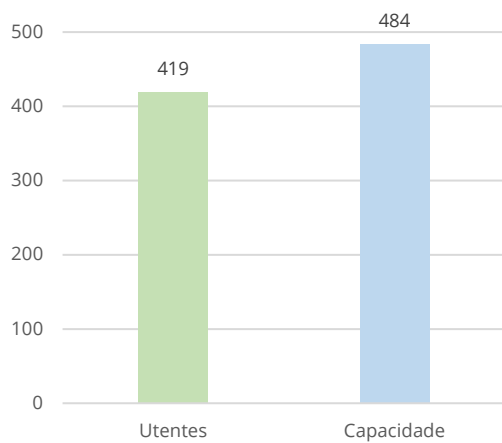
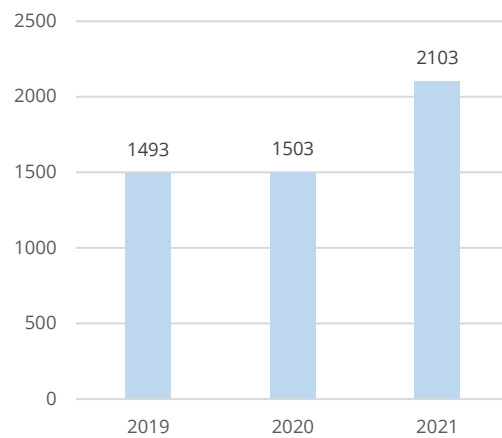


Figura 45. Cabazes distribuídos nos últimos 3 anos: pela resposta social Ajuda Alimentar (N.º), em 2022



Centro Comunitário

Em 2023, existia um Centro Comunitário em Alcácer do Sal, localizado na freguesia sede do concelho - o Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado.

A capacidade instalada nesta resposta era de 292 lugares, verificando-se que o número de utentes se situava nos 150, o que perfazia uma **taxa de ocupação de 51,4%**. Assinala-se, portanto, uma capacidade instalada suficiente para continuar a responder adequadamente à procura, especialmente considerando a trajetória descendente do quantitativo de utentes registado nos anos mais recentes. Considerando o triénio entre 2019/2020 e 2021/2022, houve uma **quebra da procura de 25,4%** nesta resposta, ou seja, menos 60 utentes do que em 2019/2020.

A frequência a 31/12/2022 (n.º total de utilizadores) situava-se nos 181. Sendo de 150 o número de utentes abrangidos em acordo de Cooperação, a taxa de ocupação é superior ao acordado. No entanto, pode-se considerar que se verifica uma capacidade instalada suficiente para continuar a responder adequadamente à procura, até porque a frequência na resposta social é variável e diversificada, em função dos destinatários, da modalidade das atividades ou apoios e da regularidade com que se realizam.

O perfil dos recursos humanos alocados ao centro comunitário de Alcácer do Sal caracteriza-se por uma predominância de **trabalhadores do sexo feminino, situando-se nos 86%**. Do total dos 7 recursos humanos, 3 acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

Caixa 15. Síntese da Resposta Social Centro Comunitário

- Oferta concelhia constituída por um centro comunitário situado na freguesia sede do concelho.
- Taxa de ocupação satisfatória (55%) sintomático de uma disponibilidade da capacidade instalada para responder a potenciais acréscimos da procura, no horizonte temporal de curto e médio prazo.
- Entre 2019 e 2021 houve uma quebra da procura de 25,4% nesta resposta.
- Perfil dos recursos humanos alocados ao centro comunitário pautado pela predominância de trabalhadoras femininas.

Ajuda Alimentar

Em 2023, existia apenas uma instalação com a resposta de ajuda alimentar em Alcácer do Sal - o Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado, localizado na freguesia sede do concelho.

A entidade responsável possui duas modalidades na sua resposta, abrangendo ambas os territórios de Alcácer do Sal e Grândola: o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) e o Banco Alimentar Contra a Fome. O primeiro apoia mais de 340 destinatários ao responder a situações de insegurança alimentar moderada ou grave (a partir de agosto de 2021 verificou-se um alargamento de 100% dos destinatários abrangidos em candidatura, passando de 158 para 316 destinatários, com capacidade para responder até 347 destinatários); e o segundo distribui mensalmente cabazes alimentares para mais de 230 pessoas em situação de carência económica devidamente comprovada.

A capacidade instalada nesta resposta era de 484 lugares, verificando-se que o número de utentes se situava nos 419, o que perfazia uma **taxa de ocupação de 87%**. Assinala-se, portanto, uma capacidade instalada no limiar das suas possibilidades, podendo ter dificuldade em continuar a responder adequadamente à procura, especialmente considerando a trajetória acentuada do quantitativo de utentes registado nos anos mais recentes. Considerando o período 2019/2022, houve um **aumento da procura em 49%**, ou seja, mais 141 utentes do que em 2019.

O aumento dos utentes é sintomático do contexto socioeconómico mais fragilizado durante e depois da Pandemia do COVID-19, agravado pela forte subida dos preços, que colocam muitas famílias em situação de vulnerabilidade. Tal é comprovado ainda pelo **aumento acentuado do número de cabazes distribuídos entre 2019 e 2021, ao registar uma subida de 40,9%**, ou seja, de mais 610 cabazes em relação a 2019.

A ajuda alimentar concentra cerca de 8 recursos humanos, dos quais 88% são do sexo feminino e todos acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

Caixa 16. Síntese da Resposta Social Ajuda Alimentar

- Oferta concelhia constituída por uma instalação de ajuda alimentar situada na freguesia sede do concelho.
- Taxa de ocupação da ajuda alimentar no limiar das suas possibilidades (87%), o que dificulta a resposta a potenciais acréscimos da procura, no horizonte temporal de curto e médio prazo.
- Aumento acentuado da procura desta resposta social desde 2019, sintomático do contexto socioeconómico mais fragilizado durante e depois da Pandemia do COVID-19 e agravado pela forte subida dos preços.
- Perfil dos recursos humanos alocados à ajuda alimentar pautado por uma grande maioria de trabalhadoras femininas.

4.3.4. Família e Comunidade

Serviços de Apoio à Vítima

A oferta concelhia, cinge-se ao “**(des)Igualdades - Serviço de Apoio à Vítima**”, estrutura de atendimento a **vítimas de crime de violência doméstica** da Intervir.Com Associação. É uma resposta integrada na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, com intervenção, desde 2012, nos municípios e freguesias de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines.

O funcionamento da estrutura de atendimento decorre, desde 2019, através do Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas Domésticas, o qual foi celebrado entre a Intervir.Com Associação, a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade (atualmente Secretária de Estado para a Igualdade e Migração), os quatro municípios aderentes e um conjunto de entidades estratégicas com intervenção no domínio da violência doméstica.

O serviço tem como objetivos: a) Assegurar o **acompanhamento nas vertentes de atendimento psicossocial** e/ou informação/encaminhamento jurídico a vítimas adultas; b) **Prestar apoio psicológico** a crianças e jovens vítimas de violência doméstica; c) Dinamizar ações de **informação e de sensibilização** nas temáticas da prevenção e intervenção na violência contra as mulheres e no crime de violência doméstica; da igualdade entre mulheres e homens; e, do combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais; realizadas com públicos estratégicos, públicos específicos, crianças e jovens e comunidade em geral.

Os atendimentos são realizados em itinerância no município e freguesias de Alcácer do Sal, de forma presencial e/ou à distância. A intervenção é assegurada por uma equipa técnica com constituição multidisciplinar, habilitada com formação específica. O serviço **funciona durante todo o ano**, nos dias úteis, exceto feriados, durante 7 horas por dia, procurando **adequar e flexibilizar o seu horário** de forma a possibilitar às vítimas a efetiva conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.

Em 2020, no Município de Alcácer do Sal, ao nível das vítimas adultas, foram referenciados para o serviço 20 casos novos (18 mulheres e 2 homens), sendo 16 vítimas provenientes da União das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana e 4 da freguesia do Torrão. Foram acompanhados, no total, 28 casos ativos (27 mulheres e 1 homem). Nesse ano, foram realizadas 9 ações de informação/sensibilização, abrangendo 163 participantes (81 mulheres e 82 homens).

Em 2023, observam-se algumas alterações. Ao nível das **vítimas adultas, foram referenciados para o serviço 21 casos novos** (17 mulheres e 4 homens), enquanto no que respeita a **crianças e jovens foram referenciados 6 casos novos para a Resposta de Apoio Psicológico** para crianças e jovens. Nesse ano, foram acompanhados, no total, 10 casos ativos nesta resposta de apoio psicológico para crianças e jovens. Finalmente, foram realizadas 10 ações de informação/sensibilização, abrangendo 217 participantes (98 mulheres e 119 homens).

4.3.5. Outras

Gabinete de Inserção Profissional

Na oferta social concelhia de Alcácer do Sal identifica-se ainda a existência de um **Gabinete de Inserção Profissional (GIP) promovido pela Associação para o Desenvolvimento do Torrão**. O GIP foi **criado em maio de 2009 resultando da extinção do Gabinete UNIVA** (Unidade de Inserção na Vida Ativa) promovido pela mesma entidade.

O GIP é um serviço **orientado para um público-alvo jovem e adultos em situação de desemprego** e visa a sua inserção/reinserção no mercado de emprego. Este constitui-se um serviço da maior relevância, uma vez que a exclusão da população ativa do mercado de emprego acomete múltiplos efeitos negativos na economia local/regional e nacional, mas também em termos sociais, e especialmente para o sentimento de bem-estar individual e desenvolvimento harmonioso das relações familiares. Por conseguinte, muito embora esta oferta social não constitua uma resposta social considerada na Carta Social de referência à escala nacional, do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), a sua relevância e estruturação à escala concelhia (serviço credenciado pelo IEFP e que trabalha em cooperação com o Serviço de Emprego de Alcácer do Sal, ainda que em tempo parcial desde 1 de junho de 2019) justificam a sua integração no presente documento.

O volume de atendimentos nos últimos três anos revela-se muito significativo, tendo sido registados **1.528 atendimentos**.

Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

Em Alcácer do Sal encontra-se ainda o CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes) que tem o apoio do Alto Comissariado para as Migrações e da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, **serviço prestado pela ADT na freguesia do Torrão, mas também funciona em itinerância em Alcácer do Sal e Grândola**.

O CLAIM é um projeto que resultou de uma candidatura ao FAMI – Fundo para o Asilo, Migração e Integração, em parceria com os Municípios de Alcácer do Sal e de Grândola. O primeiro projeto decorreu entre 2018 e 2020, houve depois nova candidatura para um segundo projeto (que decorreu entre 2021 e 2023) e aguarda-se atualmente resposta a uma nova candidatura no âmbito do Balcão 2030. A ser aprovado, o projeto terá a duração de 3 anos (2024-2026).

O **CLAIM visa apoiar na integração dos imigrantes nos concelhos de Alcácer do Sal em termos de apoio na sua regularização junto à AIMA** (antigo SEF). Faz ainda a ponte entre os imigrantes e as entidades públicas (no acesso a serviços como a saúde, educação, finanças, segurança social), e realiza a sinalização e denúncia de situações de irregularidade, tráfico humano e exploração laboral, articulando para isso com as autoridades responsáveis (GNR, PSP, Polícia Judiciária) e a ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho.

Em 2023, registaram-se 749 atendimentos, em Alcácer do Sal (num total de 2.896 realizados), tendo sido abertos 85 processos neste Município (27% do total contabilizado neste CLAIM). Em termos de atendimentos por nacionalidade, a brasileira assume especial destaque com 73% dos atendimentos no concelho de Alcácer do Sal, seguida pela nacionalidade romena (com uma expressão muito menor; 6,7%), Colombiana (4,3%) e timorense (3,2%). Registaram-se também atendimentos a cidadãos dos PALOP (para além de Timor), sendo que a nacionalidade angolana tem um registo de 2,9%, a moçambicana 2,5%, a guineense 1,8% e a cabo-verdiana 1,5%.

Em termos de processos abertos, a evolução tem sido importante nos últimos anos, passando de 16, em 2021, para 85, em 2023.

Quando comparado com o município de Grândola, **o concelho de Alcácer apresenta um fenómeno migratório diferente como resultado da própria estrutura económica do concelho. Com mais oferta ao nível do trabalho agrícola e trabalho sazonal, atrai imigrantes asiáticos** que, por um lado, não são tão visíveis no concelho de Grândola (onde a comunidade brasileira, dominante, trabalha essencialmente nos serviços e na construção) e, por outro lado, estes imigrantes asiáticos têm maior dificuldade de integração, dada a não permanência prolongada no concelho, resultado do trabalho sazonal na agricultura. Será essa, aliás, a causa principal para a não existência de uma maior referenciação/sinalização por parte do nosso CLAIM.

5. Diagnóstico social prospetivo

Quadro 4. Análise SWOT

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Localização privilegiada no contexto de transição entre a AML e o Alentejo Litoral e proximidade a eixos rodoviários estruturantes como a A2 e o IC1. Concentração da população de Alcácer do Sal nos aglomerados de maior dimensão, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica. Convergência dos níveis de ensino secundário e superior com a média nacional. Aumento da população estrangeira residente no concelho. Baixa taxa de desemprego no concelho. A totalidade da natureza jurídica das entidades é sem fins lucrativos. A maioria dos equipamentos apresenta um bom estado de conservação e condições adequadas para a prestação do serviço. Disponibilidade de oferta de respostas sociais como o Centro de Atendimento e Gabinete de Inserção Profissional, com cobertura de problemáticas sociais relevantes, ainda que não tipificadas como respostas sociais pela Carta Social de referência à escala nacional. Resposta social Centro de Dia com a maior percentagem de recursos humanos qualificados uma vez que 23% dos seus trabalhadores possui o ensino superior. Padrão locativo da oferta de equipamentos sociais que decalca primordialmente o sistema urbano concelhio, ainda que carecendo de monitorização e acompanhamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Decréscimo populacional acentuado e saldo natural negativo nas últimas décadas. Pirâmide etária em envelhecimento (diminuição da população jovem e aumento da população idosa). Grande peso da população com baixos níveis de escolaridade. Decréscimo da importância da população ativa face à população total residente. Ganho médio mensal da população ao serviço em Alcácer do Sal abaixo da média nacional e sub-regional. Oferta de equipamentos e respostas sociais cobrem os principais domínios de intervenção social (crianças e jovens, pessoas adultas e família e comunidade), embora outros pudessem ser considerados (por exemplo, população imigrante) de modo a acompanhar as mudanças na matriz de problemáticas e desafios sociais. Respostas sociais para a infância e juventude e para a população idosa com taxas de ocupação elevadas na sua generalidade, impossibilitando responder adequadamente a potenciais incrementos da procura, nos próximos anos. Apenas 41,6% das entidades têm investimentos programados a curto prazo, sintomático dos constrangimentos financeiros das entidades e da dificuldade em garantir financiamento externo. As condições de mobilidade e acesso aos edifícios apresentam constrangimentos tanto no acesso aos edifícios como no estacionamento. Evolução retrativa da procura nas Universidades Sêniores e na resposta social Centro Comunitário entre 2019 e 2021, indicativo dos impactos negativos da Pandemia COVID-19. Aumento acentuado da procura da resposta social ajuda alimentar desde 2019, sintomático de um contexto socioeconómico mais fragilizado, agravado pelo facto de se encontrar no limite da sua capacidade. Forte feminização do mercado de emprego, o que embora constituindo uma realidade à escala nacional, comporta constrangimentos e desafios não negligenciáveis. Necessidade de recursos humanos qualificados, sintomático do fraco investimento e atratividade do setor social, dado que maioria destes possui o ensino básico e encontra-se na faixa etária acima dos 40 anos. Necessidade de diversificar as fontes de financiamento que garantam a sustentabilidade financeira dos atores sociais e reduzam a dependência face aos apoios da Administração Pública.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Implementação do processo de descentralização de competências no domínio da ação social, através do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais. Contexto pós-pandémico marcado por uma maior consciencialização política e social sobre a importância do reforço do investimento na oferta social e crescente valorização das problemáticas ao nível da saúde mental. Criação da “Creche Feliz: Rede de Creches Gratuitas”, com a Segurança Social a assegurar o pagamento de creches, creches familiares e amas em situações específicas favorável a um aumento da procura, nos próximos anos. Aprovação recente do “Estatuto do Cuidador Informal” (pela Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro) que define os direitos e deveres do cuidador e da pessoa cuidada e estabelece as respetivas medidas de apoio. 	<ul style="list-style-type: none"> Crescente complexidade dos fenómenos sociais, económicos e demográficos reforça a premência de modelos de planeamento dinâmicos, pró-ativos e com abordagens interdisciplinares. Poli-crisis representam fator de risco acrescido à sustentabilidade das entidades e dos equipamentos sociais, como por exemplo o aparecimento de pandemias e vírus, que expõem as fragilidades e vulnerabilidades da oferta. Incipiente apoio público às famílias com crianças e jovens a nível nacional, transversal aos vários ciclos políticos e económicos, o que compromete a redução da pobreza infantil. Envelhecimento demográfico e as consequências sociais e económicas que daí resultam, que requerem medidas de apoio e uma diversificação e reforço da oferta no domínio da população idosa. Persistência de um forte estigma e exclusão social relativamente às pessoas com doença mental, o que exige maior concertação

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Coexistência de novas formas de trabalho (presencial, híbrido e remoto) representam uma desmaterialização das pendularidades convencionais e uma oportunidade de crescimento de cidades/concelhos de média e menor dimensão.• Mobilização concertada de várias fontes de financiamento, europeias e nacionais, nomeadamente, o novo período comunitário de apoio (PT2030) e do mecanismo de recuperação e resiliência (PRR), favorável ao reforço da eficácia e resiliência da rede e apoio a uma nova geração de equipamentos e respostas sociais.• Disseminação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, dotado de uma visão mais abrangente e inclusiva das problemáticas sociais.• Maior sensibilização da população sénior para a importância de manterem uma vida ativa.	<p>das respostas sociais e de saúde, assim como um maior esforço por parte dos atores envolvidos.</p>

Fonte: Equipa Técnica (2023)

6. Cenários demográficos

6.1. Enquadramento

Na elaboração de instrumentos de planeamento setorial, a cenarização da componente demográfica assume um papel relevante, dado que permite prospetivar os quantitativos populacionais futuros e identificar, atempadamente, as necessidades que daí resultam na oferta de equipamentos e respostas sociais.

Assim, o presente exercício pretende apoiar a proposta de programação, permitindo antever vários cenários de evolução global do concelho, e de cada uma das freguesias, facultando informação sobre a evolução dos diversos grupos etários que procuram os diferentes equipamentos, respostas e serviços, para o ano horizonte de 2030.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização regional e local, é possível desenvolver cenários sobre o quadro evolutivo e de impactes da demografia no concelho de Alcácer do Sal nos próximos anos.

Neste processo, foram realizadas projeções demográficas tendo como horizonte os anos de 2025 e 2030, utilizando o modelo *cohort survival* aberto. Este, corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Ou seja, a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância em que a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período).

6.2. Cenarização demográfica (2025 e 2031)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo *cohort survival*. Nesta projeção, especialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2025 e para 2021-2031. Dadas as características do concelho, o impacto previsível gerado pela crise pandémica, e o tempo de realização (com a publicação dos resultados do Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, com base na evolução demográfica patenteada durante a segunda década de 2000, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- população residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2011 e em 2021;
- nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2011 e 2020;
- óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2011 e 2020;
- óbitos com menos de 1 anos entre 2011 e 2020;

- taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, o Alentejo Litoral e o Continente, em 2011 e 2020;
- taxa de crescimento migratório para o Continente e o Alentejo Litoral, entre 2010 e 2020.

Com a população residente em 2011, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2011-2020 e com a população recenseada em 2021, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2021 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário) *Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da década de 2010. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2020, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2021, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que na década seguinte - 2021 / 2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2021).

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2021. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2021, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

Quadro 5. Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B - cenário alternativo voluntarista)

Grupo etário	2021	CENÁRIO TENDENCIAL		CENÁRIO ALTERNATIVO (VOLUNTARISTA)	
		2025	2031	2025	2031
0-9	723	663	603	698	751
10-19	1.034	990	945	1.011	1.059
20-29	889	724	559	598	626
30-39	1.068	876	684	732	766
40-49	1.536	1.535	1.533	1.640	1.717
50-59	1.453	1.277	1.100	1.177	1.232
60-69	1.839	1.888	1.937	2.073	2.169
+70	2.570	2.606	2.642	2.827	2.959
Total	11.112	10.557	10.003	10.756	11.279
Var. face a 2021	-	-4,9	-10,0	-3,2	1,5

Fonte: INE (2021) e elaboração própria (2025 e 2031)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, **a população tenderá, no cenário tendencial (Cenário A), a manter uma evolução negativa muito acentuada, contabilizando-se um decréscimo, em 2025, em torno dos**

4,9% (menos 550 residentes, aproximadamente). Este cenário é possível que se possa concretizar, tendo em atenção à evolução recente das principais variáveis demográficas, e alguns indicadores do Recenseamento Geral da População de 2021. Não obstante, o Cenário B (voluntarista), num contexto de reforço da capacidade de atração de população migrante e o impacte dos grandes projetos de Sines, na atração e fixação de novos residentes pelos diversos concelhos do Alentejo Litoral deverá refletir uma maior aproximação à realidade demográfica perspetivada para os próximos anos.

Com base neste cenário B, em 2025, **a população residente no concelho será 10.756 e, em 2031, de 11.279 habitantes, traduzindo neste último um acréscimo de 1,5% relativamente ao valor contabilizado em 2021.**

6.3. Cenarização por domínio específico

Domínio Infância e Juventude

Numa leitura por grupos etários decenais, verifica-se que a população infantil (0-9 anos) tenderá a aumentar ligeiramente no concelho, num cenário voluntarista (uma variação de 3,9%, entre 2021 e 2030). Uma análise de maior detalhe, permite relevar que a população alvo das creches se situará em torno das 171 crianças, em 2031, e concentrar-se-á, sobretudo, na União das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana (115 crianças).

Quadro 6. Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação)

Cenário Tendencial	2021			2025			2031		
	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos
Concelho de Alcácer do Sal	205	262	723	188	240	663	171	219	603
Comporta	24	28	83	22	26	76	20	23	69
São Martinho	4	5	14	4	5	13	3	4	12
Torrão	39	51	124	36	47	114	33	43	103
União das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana	138	178	502	127	163	460	115	148	419

Cenário Voluntarista	2021			2025			2031		
	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos
Concelho de Alcácer do Sal	205	262	723	198	253	698	213	272	751
Comporta	24	28	83	23	27	80	25	29	86
São Martinho	4	5	14	4	5	14	4	5	15
Torrão	39	51	124	38	49	120	41	53	129
União das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana	138	178	502	133	172	485	143	185	521

Fonte: INE (2021) e elaboração própria (2025 e 2031)

Domínio Pessoas idosas

A população com idade superior a 65 anos, registará um aumento, quer no cenário tendencial (2,1%), quer no cenário voluntarista (11,2%), atingindo, em 2031, os 3.529 residentes (cenário tendencial). A maioria desta população estará concentrada na União das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa

Susana (2.367). A população com mais de 70 anos, em 2031, rondará os 2.642 residentes no concelho (cenário tendencial).

Quadro 7. Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação)

Cenário Tendencial	2021		2025		2031	
	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos
Concelho de Alcácer do Sal	3.457	2.570	3.493	2.606	3.529	2.642
Comporta	298	217	301	220	304	223
São Martinho	174	139	176	141	178	143
Torrão	666	494	673	501	680	508
União das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana	2.319	1.720	2.343	1.744	2.367	1.768

Cenário Voluntarista	2021		2025		2031	
	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos
Concelho de Alcácer do Sal	3.457	2.570	3.714	2.827	3.846	2.959
Comporta	298	217	320	239	331	250
São Martinho	174	139	188	153	195	160
Torrão	666	494	715	543	741	569
União das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana	2.319	1.720	2.491	1.892	2.579	1.980

Fonte: INE (2021) e elaboração própria (2025 e 2031)

7. Estratégia e programa de ação

A Carta Social de Alcácer do Sal visa orientar a oferta de equipamentos e respostas sociais no concelho até 2030, identificando as prioridades de investimento no alargamento e qualificação da oferta.

Sem prejuízo do seu dinamismo demográfico, o concelho de Alcácer do Sal apresenta múltiplos desafios, de escala diversa, impactantes na capacidade e nas condições de resposta da oferta de equipamentos e serviços sociais. A convergência destes fatores, que se potenciam mutuamente, limita a capacidade da oferta se adequar à procura, em determinados domínios, podendo comprometer os níveis de esforço e de investimentos realizados pelos atores sociais concelhios, regionais e nacionais.

A estratégia definida e o programa de ação delineado, sendo ambiciosos, procuram adaptar-se o mais possível à capacidade de investimento existente, e à sustentabilidade das entidades, por forma de garantir a exequibilidade das propostas e melhor informar os órgãos de decisão pela sua operacionalização.

7.1. Visão estratégica

O modelo estratégico foi desenhado para responder aos desafios, necessidades e problemáticas que atualmente se identificam no concelho de Alcácer do Sal, sendo por isso fundamental acautelar e mitigar atempadamente os potenciais impactes negativos que podem gerar. A visão estratégica deste modelo radica na concertação da trilogia: objetivos, princípios e critérios.

São 3 os **objetivos** da visão estratégica desenhada para a Carta Social, encontrando-se estritamente articulados entre si e visando, em última análise, robustecer o setor social em matéria de oferta.

O primeiro e primordial objetivo consiste necessariamente em garantir a maior adequação da oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais às necessidades atuais e futuras do processo de desenvolvimento social e de crescimento económico e populacional no concelho. Esta adequação, que deve ser permanentemente equacionada e assegurada, é determinante para garantir que o município de Alcácer do Sal se constitui como um território qualificado e uma centralidade relevante no sistema urbano regional.

O segundo objetivo consiste em reforçar o carácter multi e intersectorial que o domínio social deve assumir na generalidade das políticas municipais e sub-regionais, essencial para assegurar a transversalidade da esfera social nas demais opções de investimento, uma vez que apenas esta concertação poderá conduzir a uma maior eficácia e eficiência dos resultados a gerar.

O terceiro objetivo centra-se no reforço da concertação entre os atores do ecossistema social, porque apesar destes disporem de um amplo histórico de trabalho conjunto, colaborativo, importa garantir a sua continuidade e robustecimento, bem como a existência de espaços e canais de comunicação regulares.

Quadro 8. Objetivos da Visão Estratégica da Carta Social de Alcácer do Sal

GARANTIR a adequação da oferta e da procura	REFORÇAR o caráter multi e intersectorial do domínio social	ROBUSTECER a concertação entre atores sociais
Ajustar a oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais à evolução da procura, de modo que garanta a melhor qualidade de vida aos munícipes, nas diversas fases de vida.	Reforçar o papel central do domínio social na tomada de decisões no concelho, assim como na sub-região, bem como assegurar a sua transversalidade nas demais políticas públicas.	Assegurar a continuidade e o robustecimento do trabalho de concertação entre os vários atores do ecossistema social, beneficiando do histórico de trabalho, essencial para assegurar a continuidade das respostas.

Fonte: RUR, 2023

A estruturação da visão estratégica pressupõe igualmente a definição dos **princípios** basilares que a orientam. Estes emanam dos principais referenciais políticos e sociais de desenvolvimento consensualmente aceites entre as sociedades mais avançadas, encontrando-se assim em linha com as principais diretrizes internacionais, europeias e nacionais.

O planeamento da rede de equipamentos sociais em Alcácer do Sal nos próximos anos, de forma que se constitua como um processo dinâmico e assente numa visão holística do território, das suas populações e do seu tecido empresarial deve assentar em nove princípios centrais.

Quadro 9. Princípios da Visão Estratégica da Carta Social de Alcácer do Sal

Equidade	O planeamento da rede de equipamentos deve maximizar a possibilidade de a oferta social permitir que cidadãos em iguais condições possam ter iguais oportunidades de acesso aos equipamentos, respostas e serviços sociais. Este princípio insere-se na esfera da justiça social e procura consolidar Alcácer do Sal como um território de iguais oportunidades para todos os cidadãos
Racionalidade	Num contexto de escassez de recursos técnicos, humanos e financeiros não é viável promover uma igual distribuição dos equipamentos, respostas e serviços sociais pelo território, sendo por isso determinante identificar e selecionar os melhores territórios para a localização da oferta social, sem comprometer os demais princípios
Policentrismo	O planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve contribuir para a promoção de um sistema urbano municipal e sub-regional policêntrico, visando assim o desenvolvimento de centralidades a múltiplas escalas
Sustentabilidade	A estruturação da rede deve acautelar a tomada de decisões financeiramente sustentáveis, de médio e longo prazo, de forma que salvguarde os investimentos realizados, de natureza, pública, privada ou outra, sejam canalizados para as melhores opções de investimento

<p>Cooperação</p>	<p>O exercício de planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve assentar num amplo processo de cooperação entre os principais atores do ecossistema social e territorial, na medida em que são conhecedores das especificidades territoriais e setoriais, assim como dos desafios existentes e emergentes. Estes devem ser atores ativos no processo, beneficiando as decisões tomadas de consenso e reconhecimento, mitigando potenciais constrangimentos futuros</p>
<p>Transição Climática</p>	<p>Os municípios dispõem hoje de um aprofundado conhecimento do seu território e das suas vulnerabilidades, pelo que as decisões tomadas devem procurar mitigar ao máximo eventuais impactes negativos. Num tempo amplamente marcado pela emergência climática, importa centrar as preocupações e as respostas nos cidadãos mais vulneráveis (crianças, idosos, ...), no território, nos recursos naturais, no património natural e na biodiversidade, considerando ainda que Alcácer do Sal se insere na NUT II Alentejo, uma região com uma elevada vulnerabilidade às mudanças climáticas, nomeadamente ao aumento da temperatura e à frequência e amplitude das ondas de calor e das secas meteorológicas</p>
<p>Resiliência</p>	<p>Os últimos anos, ficaram marcados por múltiplas e sequenciais crises de natureza diversa (económicas e financeiras, sociais, ambientais, de saúde, conflitos bélicos de larga escala, etc...), que têm demonstrado as dificuldades de responder de forma célere e adequada a essas ocorrências, muitas das quais de forma substancialmente imprevisível. O planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve procurar viabilizar os investimentos que demonstrem maior resiliência a estas poli-crisis, detendo uma forte capacidade adaptativa</p>
<p>Digitalização</p>	<p>Na Era da digitalização, é determinante que os equipamentos, respostas e serviços sociais efetuem os respetivos processos de transição digital, essencial para que consigam acompanhar as mais recentes e emergentes necessidades e aspirações da sociedade. Aplicando-se este princípio amplamente à oferta atual, que deve procurar efetuar esta transição, adequa-se, no entanto, de forma ainda mais incisiva ao planeamento de novos equipamentos, respostas e serviços sociais, que devem basear-se em sistemas integrados, abertos à comunidade e altamente personalizados às necessidades específicas dos cidadãos</p>
<p>Transparência</p>	<p>O processo de reflexão, concertação e construção da futura rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve ser amplamente transparente, salvaguardando o superior interesse da população e dos atores setoriais locais e sub-regionais</p>

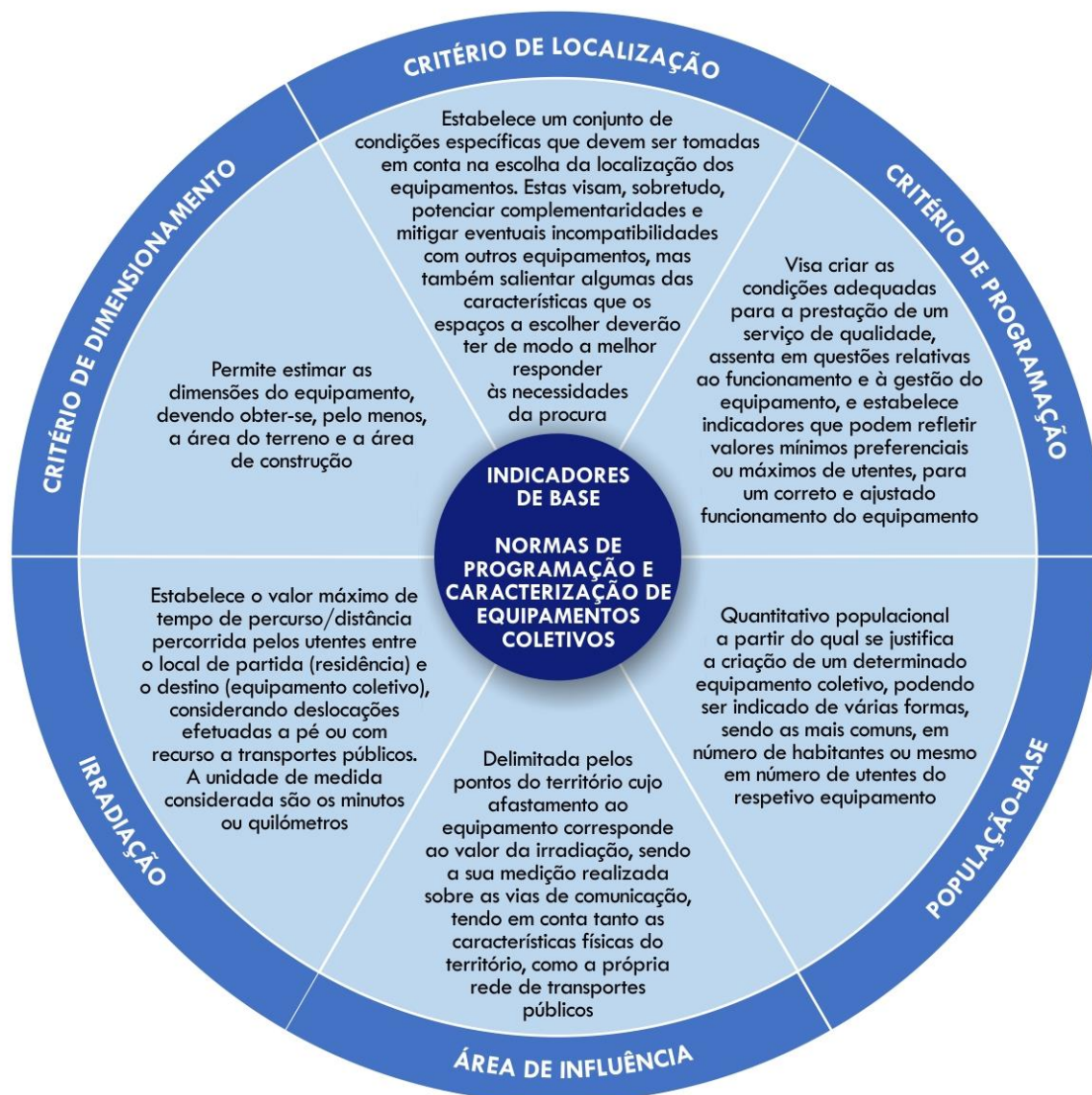
Fonte: RUR, 2023

A operacionalização destes princípios obedece a um círculo virtuoso em que todos são fulcrais e indispensáveis para a promoção de uma rede de equipamentos, respostas e serviços sociais moderna e qualificada.

7.2. Critérios de programação

A programação de equipamentos coletivos deve obedecer a um conjunto de critérios e normas de programação. As Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), constituem o referencial de base ao presente exercício, estabelecendo seis indicadores principais: (i) critério de localização; (ii) critério de dimensionamento; (iii) critério de programação; (iv) irradiação; (v) área de influência; (vi) população-base.

Figura 46. Indicadores de base definidos nas Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos



Fonte: Adaptado por RUR das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.

Não obstante a contemporaneidade que as Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da DGOTDU continuam a apresentar, estas circunscrevem-se a apenas algumas tipologias de respostas e serviços sociais.

Estas Normas encontram-se sistematizadas nos anexos, ainda que considerando algumas tipologias e domínios de intervenção atualmente não disponíveis na oferta existente no concelho de Alcácer do Sal. Nestes quadros foram ainda considerados os documentos e instrumentos legais elaborados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, essenciais para sustentarem o presente exercício de programação de equipamentos.

7.3. Modelo territorial de provisão

A rede de equipamentos coletivos tem um papel nevrálgico na organização do território e na construção de um sistema urbano concelhio (e sub-regional) policêntrico que assegura equidade no acesso aos equipamentos e serviços sociais. Neste contexto a Carta Social, além de ser um instrumento de desenvolvimento social, constitui-se também como um instrumento de ordenamento do território, contribuindo para o reforço do sistema urbano concelhio, através da (i) consolidação das centralidades urbanas, com a afetação de equipamentos sociais de nível concelhio de localização central; (ii) dotação das áreas residenciais com os equipamentos de proximidade necessários, de modo a assegurar respostas promotoras de pendularizações de curta distância (preferencialmente efetuadas a pé); (iii) revitalização sócio urbanísticos dos espaços urbanos periféricos e das áreas rurais.

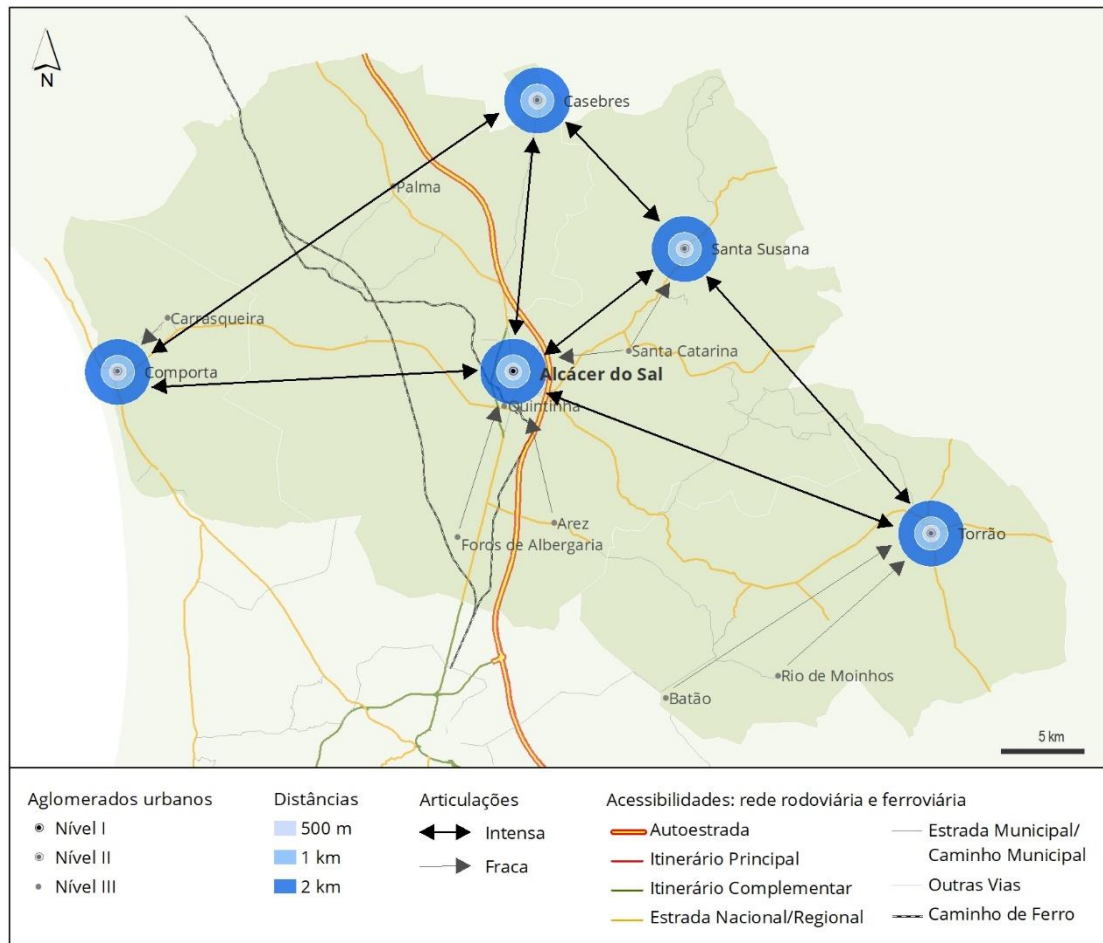
Muito embora Alcácer do Sal constitua um território com uma densidade demográfica relativamente reduzida, no contexto do Alentejo Litoral, a cidade de Alcácer do Sal é um centro urbano que concentra funções centrais com um espectro territorial limitado, com uma incidência especialmente circunscrita ao seu território municipal, adquirindo a sua população bens e serviços especializados, fundamentalmente, no município de Setúbal. Com uma oferta de funções urbanas pouco desenvolvida, no que diz respeito à densificação, diversificação e qualificação, fica dificultada a consolidação deste aglomerado enquanto âncora do sistema urbano sub-regional.

A organização do território de Alcácer do Sal conta ainda com aglomerados urbanos relevantes, sedes de freguesia (Comporta, Torrão, ...) e diversos outros aglomerados (Casebres, Santa Susana, ...). A densidade de articulações entre os vários aglomerados urbanos são a evidência de um sistema urbano hierarquizado, mas com relevantes articulações intra-concelhias, desempenhando os equipamentos coletivos uma importância central para o alcançar uma maior polinucleação e protagonismo funcional de alguns aglomerados.

Os fatores potenciadores de uma qualificação territorial proporcionados pela execução da estratégia desenhada na presente Carta Social traduzem-se numa oportunidade de reforçar a urbanidade desta multiplicidade de centros urbanos de menor dimensão, enquanto reforça a principal aglomeração urbana concelhia (Cidade de Alcácer do Sal). Ainda que as propostas apresentadas considerem esta hierarquização de aglomerados urbanos, estas procuram a um tempo mitigar algumas das limitações atualmente existentes no que concerne à oferta de equipamentos e respostas sociais e, a outro tempo, ao procurar densificar e diversificar a oferta de respostas sociais, têm a ambição de induzir nestes aglomerados crescentes níveis de mobilidade e de conectividade que contribuam para um policentrismo urbano e subseqüentemente para a coesão social, urbana e territorial.

Na aplicação da estratégia proposta, a questão crítica consistirá na capacidade de a concretizar, garantindo a dimensão e o custo necessário, a par com uma forte articulação com o ecossistema de atores sociais envolvido e com os enormes desafios que a sociedade atual enfrenta (poli-crisis, Guerra na Ucrânia e efeitos multifacetados subseqüentes, alterações climáticas, transição digital, forte envelhecimento da sociedade ...) e que nem sempre são fáceis de sincronizar.

Figura 47. Contributo da Rede de Equipamentos Coletivos Sociais para o Sistema Urbano Policêntrico do Concelho de Alcácer do Sal



Fonte: RUR, 2023

7.4. Eixos de intervenção e tipologias de ações

A operacionalização da estratégia concretiza-se numa matriz de eixos de intervenção, que constituem as grandes áreas de intervenção da Carta Social do município de Alcácer do Sal, que se detalham no quadro seguinte.

Quadro 10. Estruturação do Programa de Intervenção da Carta Social de Alcácer do Sal

Eixo	Foco estratégico	Tipologias de ações
Eixo 1 - aumentar a capacidade de resposta	É fundamental reforçar a capacidade de resposta municipal no domínio de intervenção das crianças e jovens, da população idosa, das pessoas em situação de dependência e para as pessoas com deficiência e considerando a tipologia de respostas já existentes no concelho.	<ul style="list-style-type: none"> Reforço da capacidade da resposta “CAFAP”: disponibilização na Cidade de Alcácer do Sal; Reforço da capacidade da resposta “creche”: disponibilização na Cidade de Alcácer do Sal; Reforço da capacidade da resposta “intervenção precoce”: disponibilização na Cidade de Alcácer do Sal;

Eixo	Foco estratégico	Tipologias de ações
		<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da capacidade da resposta ERPI: disponibilização na Comporta; • Reforço da capacidade da resposta SAD para pessoas com deficiência; • Reforço da capacidade da resposta Centro de Atendimento orientado para doenças do foro mental e psiquiátrico: disponibilização na Cidade de Alcácer do Sal; • Reforço da capacidade das Respostas de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica (RAP).
Eixo 2 - diversificar a oferta	É determinante suprimir lacunas em matéria de respostas e serviços sociais no plano concelhio	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de uma nova geração de apoio domiciliário – SAD Inovador; • Construção de uma ERPI (Comporta) com espaços individualizados para população autónoma e grandes dependentes (projeto piloto).
Eixo 3 - promover a acessibilidade territorial	É fundamental fomentar uma maior acessibilidade territorial, uma vez que a existência de barreiras à acessibilidade geográfica aos equipamentos coletivos representa um constrangimento da maior relevância ao acesso da população, espoletando iniquidades territoriais e fraturas sociais, tanto mais significativas quanto mais vulneráveis os públicos-alvo em questão	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da capacidade da resposta Universidade Sénior: disponibilização na Comporta e em São Martinho.
Eixo 4 - qualificar a oferta existente	É fundamental promover a melhoria das condições físicas dos equipamentos (melhorar o conforto térmico, promover a transição digital, eliminar fragilidades físicas, etc....), mas também das condições humanas (valorizar a formação, a qualificação e capacitação contínua dos trabalhadores).	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação e capacitação dos recursos humanos; • Qualificação das condições de operacionalidade geral dos equipamentos no âmbito da eficiência energética e do conforto térmico; • Reabilitação do edificado com constrangimentos físicos; • Melhoria da articulação do serviço prestado nas diversas respostas sociais com os utentes, respetivas famílias e recursos humanos; • Diversificação da oferta de serviços em Centros de Dia; • Diversificação da oferta de SAD atualmente existente (assente num modelo de apoio domiciliário inovador, apostando em valências de autonomia funcional e cognitiva).

7.5. Programa de Ação

Para os Eixos e Ações Prioritárias de Intervenção identificadas foi construída uma matriz que corresponde ao programa de ação da presente Carta Social, para o horizonte temporal de 2030. Nesta matriz é identificada, para cada uma das Ações Prioritárias de Intervenção, a respetiva localização geográfica, considerando, sempre que possível, o aglomerado urbano (incluindo as intervenções de expressão territorial concelhia). Optou-se por não apresentar estimativas de investimento, em resultado da atual conjuntura macroeconómica pautada por uma forte variação de preços dos bens e serviços, com tendência de aumento generalizado (inflação), sobretudo, considerando que se assume um horizonte temporal alargado, que se estende de 2024 a 2030. Acresce que para a indicação do investimento seria necessário um estudo pormenorizado das especificidades técnicas, que carece de outro tipo de abordagem, subsequente.

O programa de ação sustenta-se em quinze ações prioritárias de intervenção apresentando diferentes horizontes de concretização. Temporalmente, estas ações podem dividir-se em dois conjuntos, em que um primeiro, que engloba a totalidade das ações dos Eixos 1, 2 e 3, repartidas pelos 3 períodos considerados, enquanto o segundo conjunto abrange as ações do Eixo 4, cuja operacionalização é transversal aos vários períodos, configurando ações continuadas no tempo (investimento contínuo).

Quadro 1 – Programa de Ação da Carta Social de Alcácer do Sal

EIXOS	AÇÕES PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	CRONOGRAMA		
			2024-2025	2026-2028	2029-2030
EIXO 1	Reforço da resposta CAFAP, na Cidade de Alcácer do Sal	Cidade de Alcácer do Sal	X	X	
	Reforço da resposta Creche, na Cidade de Alcácer do Sal	Cidade de Alcácer do Sal	X	X	
	Reforço da resposta Intervenção precoce, na Cidade de Alcácer do Sal	Cidade de Alcácer do Sal	X	X	
	Criação de uma ERPI	Comporta		X	
	Reforço da resposta SAD para pessoas com deficiência	Concelho		X	
	Criação de centro de Atendimento orientado para doenças do foro mental e psiquiátrico	Cidade de Alcácer do Sal		X	
	Reforço da resposta Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica	Cidade de Alcácer do Sal	X	X	
EIXO 2	Criação de SAD Inovador	Cidade de Alcácer do Sal	X	X	
	Construção de ERPI com espaços individualizados para população autónoma e grandes dependentes (projeto piloto)	Comporta		X	
EIXO 3	Reforço da resposta Universidade Sénior, na Comporta e em São Martinho	Comporta		X	
	Reforço da resposta Universidade Sénior, em São Martinho	São Martinho		X	
EIXO 4	Qualificação e capacitação dos recursos humanos	Concelho	X	X	X
	Qualificação das condições de operacionalidade (eficiência energética e conforto térmico)	Concelho	X	X	X
	Reabilitação do edificado com constrangimentos físicos	Concelho	X	X	X
	Melhoria da articulação do serviço prestado nas diversas respostas sociais com os utentes, respetivas famílias e recursos humanos	Concelho	X	X	X
	Diversificação e qualificação da oferta de serviços em Centros de Dia	Concelho	X	X	X

Fonte: RUR, 2023

O atual quadro de financiamento comunitário, Portugal 2030, que materializa o Acordo de Parceria, envolve 23 mil milhões de euros dos fundos europeus, constituindo uma importante fonte de financiamento. Quer os programas temáticos, nomeadamente o PESSOAS 2030 e o SUSTENTÁVEL 2030, quer o Programa Regional Alentejo 2030, poderão ser potencialmente mobilizados para a execução das intervenções propostas. Estes apoios têm um papel fulcral para assegurar a operacionalização de diversas medidas de combate à pobreza, ao desemprego e à exclusão social.

A estes instrumentos de apoio acresce o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que até 2026, poderá também financiar diversas das intervenções a delinear no âmbito da Carta Social de Alcácer do Sal. Na dimensão de Resiliência, consideram-se 9 componentes com vista a reforçar a resiliência social, económica e territorial de Portugal. Especificamente, na Componente 3 “Respostas Sociais”, procura-se apoiar intervenções que concorram para “reforçar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidade e famílias”.

(página propositadamente deixada em branco)

8. Referências bibliográficas

- Europa, C. d. (2005). *Concerted development of social cohesion indicators - Methodological guide*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Europeia, C. (2017). *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*. Gotemburgo. Obtido de https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union/european-pillar-social-rights_pt
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2013). *Rede Local de Intervenção Social (RLIS)*. Lisboa.
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2017). *Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP)*. Lisboa.
- Ministros, P. d. (2020). *Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto*.
- Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, S. e. (2021). *Portaria n.º 66/2021 de 17 de março*.
- Portuguesa, R. (2021). *Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro*. Lisboa: Ministério do Planeamento.
- República, A. d. (2018). *Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais*.
- Saúde, M. d. (2006). *Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados*.
- Social, I. d. (2003). *Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais*.
- Social, M. d. (2006). *Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho*.
- Social, M. d. (2006). *Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)*.
- Social, M. d. (2006). *Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES)*.
- Social, M. d. (2007). *Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)*.

(página propositadamente deixada em branco)

Anexos

A.1. Entidades da Rede Social

Anexo 1. Entidades que integram o Núcleo Executivo, 2023

Núcleo Executivo
Câmara Municipal de Alcácer do Sal
Instituto da Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Setúbal
Centro Cultural dos Bairros de S. João e Olival Queimado
Associação para o Desenvolvimento do Torrão (ADT)
Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Serviço de Emprego de Alcácer do Sal
Centro de Saúde de Alcácer do Sal
Direção Geral de Educação do Alentejo

Anexo 2. Entidades que integram o Conselho Local de Ação Social (CLAS), 2023

CLAS
ACM/YMCA
Associação de Desenvolvimento do Litoral ADL – Alentejano
Associação para o Desenvolvimento do Torrão (ADT)
Direção Geral de Educação do Alentejo
Associação de Apoio Social de Casebres
Associação de Pais e Encarregados de Educação de Alcácer do Sal
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas do Torrão
Associação Humanitária de Bombeiros Mistos de Alcácer do Sal
Associação Humanitária de Bombeiros Mistos do Torrão
Atlético Clube Alcacereense
Associação Unitária de Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer de Sal (AURPICAS)
Câmara Municipal de Alcácer do Sal
Centro Cultural dos Bairros de S. João e Olival Queimado
Centro Social de Rio de Moinhos do Sado
Centro Social de Santa Susana
Centro Social e Paroquial S. Pedro da Comporta
Centro Social e Paroquial do Torrão
Serviço de Emprego de Alcácer do Sal
Centro de Saúde de Alcácer do Sal
Cooperativa de Reabilitação de Crianças Inadaptadas (CERCIGRANDOLA)
Centro de Educação e Reabilitação de Deficientes de Todo o País, CRL (CERCITOP)
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcácer do Sal (CPCJ)
Destacamento Territorial da GNR de Grândola
Direção Geral de Reinserção Social
EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza
Equipa Local de Intervenção Precoce de Alcácer do Sal (ELIPAS)
Fábrica da Igreja Paroquial de Santiago
Freguesia da Comporta
Freguesia de S. Martinho

CLAS
Freguesia do Torrão
Fundação Herdade da Comporta
Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento (IDSET)
Instituto de Segurança Social, I. P (ISS)
Núcleo Local de Inserção de Alcácer
Núcleo de Alcácer do Sal da Liga dos Combatentes
Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal (SCMAL)
Santa Casa da Misericórdia do Torrão (SCMT)
União das Freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana
União das Instituições de Solidariedade Social do Distrito de Setúbal

A.2. Entidades gestoras dos equipamentos sociais

Anexo 3. Designação das entidades gestoras dos equipamentos sociais

Entidades Gestoras dos Equipamentos Sociais
ADT - Associação para o Desenvolvimento do Torrão
Associação de Apoio Social de Casebres
AURPICAS - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer do Sal
Câmara Municipal de Alcácer do Sal
Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado
Centro Social de Rio de Moinhos do Sado
Centro Social de Santa Susana
Centro Social Paroquial do Torrão
Centro Social Paroquial S. Pedro da Comporta
Junta de Freguesia do Torrão
Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal
Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Anexo 4. Equipamentos por entidade gestora e natureza jurídica da entidade (N.º)

Entidades Gestoras	Sem fins lucrativos					Com fins lucrativos	Total
	Privadas				Públicas		
	Ass. de Solidariedade Social	Centro Social Paroquial	Irmandade da Misericórdia	IPSS	Autarquia		
ADT - Associação para o Desenvolvimento do Torrão	-	-	-	3	-	-	3
Associação de Apoio Social de Casebres	1	-	-	-	-	-	1
AURPICAS - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer do Sal	3	-	-	-	-	-	3
Câmara Municipal de Alcácer do Sal	-	-	-	-	1	-	1
Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado	1	-	-	-	-	-	1
Centro Social de Rio de Moinhos do Sado	1	-	-	-	-	-	1
Centro Social de Santa Susana	1	-	-	-	-	-	1
Centro Social Paroquial do Torrão	-	1	-	-	-	-	1
Centro Social Paroquial S. Pedro da Comporta	-	1	-	-	-	-	1
Junta de Freguesia do Torrão	-	-	-	-	1	-	1
Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal	-	-	3	-	-	-	3
Santa Casa da Misericórdia do Torrão	-	-	1	-	-	-	1
Total	7	2	4	3	2	0	18

Anexo 5. Entidades gestoras segundo o âmbito geográfico de atuação

Unidade	Nacional	Regional	Concelho/Local	Total
N.º	1	1	10	12
%	8	8	83	100

Anexo 6. Entidades gestoras segundo o domínio de intervenção

Domínio/Subdomínio de atuação	N.º
I. Infância e juventude	
Crianças e Jovens	4
Crianças e Jovens em situação de perigo	-
Crianças e jovens com deficiência	1*
II. População adulta	
Pessoas idosas	9
Pessoas adultas com deficiência	-
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	1
III. Família e comunidade	
Família e comunidade em geral	1
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	-
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	-
IV. Pessoas vítimas de violência	
Pessoas vítima Centro de atendimento	1
V. Pessoas imigrantes	
Centro de atendimento	1

*Intervenção Precoce – Resposta social desenvolvida pela ADT – Associação para o Desenvolvimento do Torrão, embora centralizada no Centro de Saúde de Alcácer do Sal.

Anexo 7. Investimentos programados a curto prazo (2 anos), segundo a freguesia onde estão localizados os equipamentos sociais das entidades gestoras/proprietárias

Freguesia	N.º de entidades	N. de equipamentos	N. de equipamentos			
			Ampliação das instalações	Renovação e remodelação	Aquisição de equipamento	Outras
UF de Alcácer do Sal e Santa Susana	3	4	-	4	-	-
Torrão	2	2	1	1	-	-
Total	5	6	1	5	-	-

A.3. Caracterização dos equipamentos sociais

Anexo 8. Equipamentos segundo o domínio de intervenção

Domínio/Subdomínio de atuação	N.º
I. Infância e juventude	
Crianças e Jovens	5
Crianças e Jovens em situação de perigo	-
Crianças e jovens com deficiência	1*
II. População adulta	
Pessoas idosas	13
Pessoas adultas com deficiência	-
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	2
III. Família e comunidade	
Família e comunidade em geral	1
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	-
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	-
IV. Pessoas vítimas de violência	
Pessoas vítima Centro de atendimento	1
V. Pessoas imigrantes	
Centro de atendimento	1

*Intervenção Precoce – Resposta social desenvolvida pela ADT – Associação para o Desenvolvimento do Torrão, embora centralizada no Centro de Saúde de Alcácer do Sal.

Anexo 9. Equipamentos por freguesia, segundo a natureza jurídica da entidade, em 2021 (N.º)

Freguesia	Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos	Total
Comporta	1	-	1
São Martinho	1	-	1
Torrão	5	-	5
UF de Alcácer do Sal e Santa Susana	11	-	11
Total	18	0	18

Anexo 10. Equipamentos sociais, segundo o ano de entrada em funcionamento

Ano de entrada em funcionamento	N.º	%
1950-1959	1	6
1960-1969	0	0
1970-1979	1	6
1980-1989	6	33
1990-1999	1	6
2000-2009	2	11
2010-2019	4	22
2020-	2	11
S/ inform.	1	6
Total	18	100

Anexo 11. Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, tipo de construção e regime de ocupação

Tipo de instalações	N.º	%
Sala	0	0
Andar	0	0
Moradia/Vivenda	2	11
Edifício	15	83
Outro (complexo)	1	6
Total	18	100
Tipo de construção	N.º	%
Adaptada	10	55,6
Mista	3	16,7
Raiz	5	27,8
Total	18	100,0
Regime de ocupação	N.º	%
Propriedade	12	66,7
Arrendamento	0	0
Cedência	6	33,3
Total	18	100,0

Anexo 12. Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento

	N.º		%	
	Sim	Não	Sim	Não
Avaliação do nível de conforto				
Iluminação natural	17	1	94	6
Ventilação natural	17	1	94	6
Climatização artificial	17	1	94	6
Gás de rede	5	13	28	72
Água quente	15	3	83	17
Telefone	17	1	94	6
Internet	17	1	94	6
Avaliação do nível ambiental				
Esgotos de rede	18	0	100	0
Fossa	6	12	33	67
Separação de resíduos sólidos	14	4	78	22
Recolha de resíduos hospitalares	8	10	44	56
Avaliação do nível de autonomia				
Reservatório de água	2	16	11	89
Gerador de energia	5	13	28	72
Painéis solares	9	9	50	50
Avaliação do nível de segurança				
Simbologia de evacuação	17	1	94	6
Saídas de emergência	17	1	94	6
Proteção contra roubo e intrusão	4	14	22	78
Sistema de deteção de incêndios	15	3	83	17
Extintores	16	2	89	11
Plano de evacuação	14	4	78	22

Anexo 13. Condições de mobilidade e acesso ao edifício, pessoas com mobilidade condicionada

	N.º			%		
	Sim	Não	NR	Sim	Não	NR
Acesso ao edifício						
Por rampa	8	9	1	44,4	50,0	5,6
Por dispositivo mecânico para pessoas c/ mobilidade condicionada	2	13	3	11,1	72,2	16,7
Vão livre da porta principal > ou = a 0,87m	13	2	3	72,2	11,1	16,7
Mobilidade no edifício						
Ascensores (largura útil do vão da porta > ou = a 0,80 m)	7	10	1	38,9	55,6	5,6
Portas interiores (larg. livre de passagem 0,77 m)	13	4	1	72,2	22,2	5,6
Balcões ou guichets (altura entre 0,75 e 0,85 m)	8	9	1	44,4	50,0	5,6
Instalações sanitárias adaptadas a pop. portadora de deficiência	14	3	1	77,8	16,7	5,6
Parqueamento						
Parque de estacionamento privativo para visitantes	5	13	0	27,8	72,2	0,0
Lugares privativos para tomada e largada de passageiros	5	13	0	27,8	72,2	0,0
Lugar privativo para ambulâncias	2	16	0	11,1	88,9	0,0
Lugar privativo para cargas e descargas	9	9	0	50,0	50,0	0,0

Anexo 14. Funcionalidades dos equipamentos

Nível de funcionalidades	Sim	%
Cozinha	16	88,9
Lavandaria	12	66,7
Biblioteca	1	5,6
Bar	2	11,1
Salão Polivalente	13	72,2
Piscina interior	0	0,0
Piscina exterior	0	0,0
Parque infantil	4	22,2
Sala de informática	3	16,7
Sala de enfermagem	10	55,6
Logradouro	12	66,7
Jardim	12	66,7
Outra (sala de isolamento)	1	5,6

Anexo 15. Estado de conservação dos equipamentos

Estado de conservação dos equipamentos	N.º	%
Bom	11	61,1
Razoável	6	33,3
Deficiente	1	5,6
Total	18	100,0

Anexo 16. Fontes de financiamento para a criação/aquisição das instalações

	≤25%	26 a 50%	51 a 75%	≥ 76%	Não se aplica
Administração central	0	1	1	2	14
Administração local	4	2	0	1	11
Privados (Mecenato)	3	0	0	0	15
Fundos Comunitários	1	0	2	0	15
Capitais próprios	2	2	0	3	10

Anexo 17. Fontes de financiamento para funcionamento

	≤25%	26 a 50%	51 a 75%	≥ 76%	Não se aplica
Comparticipação dos associados	9	0	0	0	9
Comparticipação dos utentes	3	7	4	0	4
Acordo de cooperação	3	10	1	2	2
Subsídios eventuais	7	0	0	0	11
Donativos/mecenato	8	0	0	0	10
Programas	2	1	2	0	13
Protocolos com a Autarquia	9	0	0	2	7
Protocolos com a J.F.	5	0	0	1	12

Anexo 18. Recursos humanos afetos aos equipamentos

	N.º	%
Total	338	100
Do sexo feminino	326	96,4
De nacionalidade estrangeira	28	8,3
Com deficiência	6	1,8

A.4. Caracterização das respostas sociais

Infância e juventude

Creche

Designação	Freguesia
Centro Infantil de Alcácer do Sal "Universo da Brincadeira"	União das freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana
Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado	União das freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana
Centro Social e Paroquial do Torrão	Torrão
Centro Social Paroquial São Pedro Da Comporte	Comporta

Anexo 19. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	117
Capacidade	n.º	152
Taxa de ocupação	%	77,0

Anexo 20. Caracterização dos recursos humanos afetos às creches

	N.º	%
Total	45	-
Do sexo feminino	45	100
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	15	33
Intervalo de idades		
≤29anos	3	7
30-39	13	29
40-49	15	33
50-59	7	16
≥60	7	16
Habilitações literárias		
Ensino superior	8	18
Ensino secundário	26	58
3º CEB	4	9
2º CEB	2	4
1ºCEB	2	4
S/nível de escol. completo	0	0
Outro	2	4
NR	1	2
Vínculo contratual		
Sem termo	34	76
Outro	8	18
NR	3	7
Afetação horária		
Tempo inteiro	36	80
Tempo parcial	9	20
Função		
Dirigente	3	-
Técnico/a	8	-
Cozinheiro/a	9	-
Auxiliar	21	-
Motorista	0	-
Outra - Ajudante de cozinha	1	-
Outra -Auxiliar de Ação Educativa	7	-
Outra - Escriturária	1	-

Anexo 21. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	127
2020/2021	118
2021/2022	119

Anexo 22. Uteses, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Com menos de 1 ano	13	9	22	19
Com 1 ano	28	14	42	36
Com 2 anos	20	33	53	45
Total	61	56	117	100

Anexo 23. Fontes de financiamento específicas para a valência Creche

	N.º	%
Acordo de cooperação	4	100
Comparticipação dos utentes	4	100
Protocolos com a C.M.	2	50
Protocolos com a J.F.	1	25
Subsídios eventuais	0	0
Programas	0	0
Donativos	0	0
Outros	0	0

Anexo 24. Estado de conservação das instalações

Estado de conservação das instalações	N.º	%
Bom	4	100
Razoável	0	0
Deficiente	0	0

Anexo 25. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	4	100
Não	0	0

Anexo 26. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	2	50
Não	2	50

Anexo 27. Áreas de investimento

	N.º	%
Ampliação das instalações	1	50
Renovação e remodelação	1	50
Aquisição de equipamento	1	50
Outra	0	0

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

Designação	Freguesia
Associação para o Desenvolvimento do Torrão	Torrão
Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana
Centro Social e Paroquial do Torrão	Torrão
Oficina da Criança	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana

Anexo 28. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	243
Capacidade	n.º	270
Taxa de ocupação	%	80,0

Anexo 29. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	25	-
Do sexo feminino	21	84
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	9	36
Intervalo de idades		
≤29anos	1	4%
30-39	4	16%
40-49	10	40%
50-59	6	24%
≥60	4	16%
Habilitações literárias		
Ensino superior	9	36%
Ensino secundário	10	40%
3º CEB	5	20%
2º CEB	0	0%
1ºCEB	1	4%
S/nível de escol. completo	0	0%
Outro	0	0%
Vínculo contratual		
Sem termo	23	92%
Outro	1	4%
Afetação horária		
Tempo inteiro	20	80%
Tempo parcial	5	20%
Função		
Dirigente	2	-
Técnico/a	8	-
Cozinheiro/a	0	-
Auxiliar	9	-
Assistente técnico/a	3	-
Motorista	0	-
Outra – Administrativa	2	-
Outra – Animadora	2	-
Outra –Auxiliar de Ação Educativa	2	-
Outra - Coordenadora	1	-

Anexo 30. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	233
2020/2021	237
2021/2022	239

Anexo 31. Uteses, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até 5 anos	0	0	0	0
Com 6 anos	20	23	43	18%
Com 7 anos	19	29	48	20%
Com 8 anos	29	20	49	20%
Com 9 anos	21	31	52	21%
Com 10 anos ou mais	27	24	51	21%
Total	116	127	243	100%

Anexo 32. Fontes de financiamento específicas para a valência CATL

	N.º	%
Acordo de cooperação	3	75
Comparticipação dos utentes	3	75
Protocolos com a C.M.	3	75
Protocolos com a J.F.	2	50
Subsídios eventuais	0	0
Programas	1	25
Donativos	0	0
Outros	0	0

Anexo 33. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	3	75
Razoável	1	25
Deficiente	0	0

Anexo 34. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	3	75
Não	1	25

Anexo 35. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	3	75
Não	1	25

Anexo 36. Áreas de investimento

	N.º	%
Ampliação das instalações	1	25
Renovação e remodelação	2	50
Aquisição de equipamento	2	50
Outra – abertura de nova resposta*	0	0

*Centro de Juventude de Desenvolvimento de Competências, dirigido a jovens a partir dos 12 anos

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental¹

Designação	Freguesia
Associação para o Desenvolvimento do Torrão	Torrão

Anexo 37. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	63
Capacidade	n.º	63
Taxa de ocupação	%	100

Anexo 38. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Do sexo feminino	3	100
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0
Total	3	-

Anexo 39. Evolução do número de utentes*

Ano	N, °
2019/2020	219
2020/2021	107
2021/2022	193

*Números total de famílias que em cada ano civil beneficiaram de alguma atividade ou serviço do CAFAP.
Em 31 de dezembro de 2021, o número total de utentes eram 120 pessoas, o equivalente a 63 famílias (o estipulado no acordo de cooperação).

Anexo 40. Utentes, segundo grupo etário e sexo*

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até 4 anos	2	0	2	2
Com 5 anos	4	2	6	5
Com 6 anos	1	3	4	4
Com 7 anos	1	1	2	2
Com 8 anos	0	1	1	1
Com 9 anos	1	0	1	1
Dos 10 aos 14 anis	6	4	10	9
Dos 15 aos 19 anos	16	4	20	18
Com 20 anos ou mais anos	7	59	66	59
Total	38	74	112	100

*A caracterização por faixa etária e sexo tem como referência os utentes a 31 de dezembro de 2021 e não o universo geral de utentes que utilizaram os serviços do CAFAP no ano 2021.

¹ O CAFAP intervém nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal

Intervenção precoce

Designação	Freguesia
Associação para o Desenvolvimento do Torrão (entidade promotora)	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana

Anexo 41. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	8	-
Do sexo feminino	8	100
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0

Anexo 42. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	69
2020/2021	71
2021/2022	75

Anexo 43. Uteses, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até 1 ano	0	0	0	0
Com 2 anos	1	1	2	3
Com 3 anos	2	3	5	7
Com 4 anos	15	6	21	28
Com 5 anos	13	11	24	32
Com 6 anos	11	9	20	27
Maiores de 6 anos	1	2	3	4
	43	32	75	100

População adulta

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Designação	Freguesia
AURPICAS- Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer do Sal (Residência Jorge Marques)	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana
AURPICAS- Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer do Sal (Centro de alojamento de Idosos)	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana
Centro Social de Rio de Moinhos do Sado	Torrão
Associação de Apoio Social de Casebres	São Martinho
Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal - Residência José Godinho Jacob	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana
Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal - Residência Emília Santos	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana
Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal (Residência Rainha D. Isabel)	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana
Santa Casa da Misericórdia do Torrão (Residência João Paulo II)	Torrão

Anexo 44. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	244
Capacidade	n.º	273
Taxa de ocupação	%	89

Anexo 45. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	206	
Do sexo feminino	197	96
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	48	23
Intervalo de idades		
≤29anos	20	10
30-39	33	16
40-49	44	22
50-59	76	37
≥60	31	15
Habilitações literárias		
Ensino superior	16	8
Ensino secundário	60	29
3º CEB	60	29
2º CEB	37	18
1ºCEB	31	15
S/nível de escol. completo	0	0
Outro	0	0
Vínculo contratual		
Sem termo	146	83
Outro	30	17
Afetação horária		
Tempo inteiro	203	98
Tempo parcial	4	2
Função		
Dirigente	1	0
Técnico/a	14	7
Cozinheiro/a	18	9
Auxiliar	101	49
Motorista	0	0
Outra - Administração	5	2
Outra - Administrativos	1	0
Outra - Ajudantes (cozinha, familiar, ação direta 3º) /Auxiliares de serviços gerais	53	26
Outra - Chefes e Encarregados	8	4
Outra - Enfermagem	4	2

Anexo 46. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019/2020	263
2020/2021	261
2021/2022	290

Anexo 47. Utes, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	0	0	0	0
Dos 55 aos 59 anos	3	1	4	2
Dos 60 aos 64 anos	0	3	3	1
Dos 65 aos 69 anos	3	1	4	2
Dos 70 aos 74 anos	7	4	11	5
Dos 75 aos 79 anos	10	18	28	11
Dos 80 aos 84 anos	14	36	50	20
Dos 85 aos 89 anos	20	47	67	27
≥ 90 anos	24	53	77	32
Total	81	163	244	100

Anexo 48. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	8	100
Comparticipação dos utentes	8	100
Protocolos com a C.M.	2	25
Protocolos com a J.F.	3	38
Subsídios eventuais	1	13
Programas	0	0
Donativos	1	13
Outros	3	38

Anexo 49. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	5	63
Razoável	3	38
Deficiente	0	0

Anexo 50. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	8	100
Não	0	0

Anexo 51. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	6	75
Não	2	25

Anexo 52. Áreas de investimento

	N.º	%
Ampliação das instalações	1	17
Renovação e remodelação	4	67
Aquisição de equipamento	1	17
Outra	0	0

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

Designação	Freguesia
Centro Social de Santa Susana	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana
AURPICAS- Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer do Sal (Residência Jorge Marques)	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana
Centro Social Paroquial S. Pedro da Comporta	Comporta
Associação de Apoio Social de Casebres	São Martinho
Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana
Santa Casa da Misericórdia do Torrão	Torrão

Anexo 53. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	139
Capacidade	n.º	209
Taxa de ocupação	%	67

Anexo 54. Número médio de refeições diárias servidas*

	N.º
Pequeno-almoço	61
Almoço	79
Lanche	13
Jantar	46

*Com base na resposta de 5 entidades

Anexo 55. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	63	
Do sexo feminino	60	95
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	34	54
Intervalo de idades		
≤29anos	4	6
30-39	10	16
40-49	23	37
50-59	19	30
≥60	7	11
Habilitações literárias		
Ensino superior	9	14
Ensino secundário	18	29
3º CEB	10	16
2º CEB	12	19
1ºCEB	14	22
S/nível de escol. completo	0	0
Outro	0	0
Vínculo contratual		
Sem termo	54	86
Outro	9	14
Afetação horária		
Tempo inteiro	34	79
Tempo parcial	9	21
Função		
Dirigente	1	2
Técnico/a	9	14
Cozinheiro/a	10	16
Auxiliar	29	45
Motorista	0	0
Outra - Administração	1	2
Outra - Ajudantes familiares	8	13
Outra - Chefes escritório/chefes de serviço	2	3
Outra - Encarregados de serviço	1	2
Outra - Lavandaria	1	2
Outra - Administrativos	2	3

Anexo 56. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019/2020	195
2020/2021	172
2021/2022	161

Anexo 57. Utes, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	4	1	5	4
Dos 55 aos 59 anos	7	1	8	6
Dos 60 aos 64 anos	4	0	4	3
Dos 65 aos 69 anos	3	5	8	6
Dos 70 aos 74 anos	5	5	10	7
Dos 75 aos 79 anos	14	16	30	21
Dos 80 aos 84 anos	11	16	27	19
Dos 85 aos 89 anos	12	18	30	21
≥ 90 anos	6	13	19	13
Total	66	75	141	100

Anexo 58. Grupos-alvo apoiados

	N.º	%
População idosa	6	100
População com deficiência	2	33
População em situação de dependência	5	83

Anexo 59. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	6	100
Comparticipação dos utentes	6	100
Protocolos com a C.M.	4	67
Protocolos com a J.F.	3	50
Subsídios eventuais	2	33
Programas	0	0
Donativos	2	33
Outros	0	0

Anexo 60. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	4	67
Razoável	2	33
Deficiente	0	0

Anexo 61. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	6	100
Não	0	0

Anexo 62. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	1	17
Não	5	83

Anexo 63. Áreas de investimento

	N.º	%
Ampliação das instalações	0	0
Renovação e remodelação	0	0
Aquisição de equipamento	1	100
Outra	0	0

Centro de Dia

Designação	Freguesia
Centro Social de Santa Susana	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana
AURPICAS- Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer do Sal (Residência Jorge Marques)	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana
Centro Social Paroquial S. Pedro da Comporta	Comporta
Centro Social de Rio de Moinhos do Sado	Torrão
Associação de Apoio Social de Casebres	São Martinho
Santa Casa da Misericórdia do Torrão	Torrão

Anexo 64. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	50
Capacidade	n.º	198
Taxa de ocupação	%	25

Anexo 65. Número médio de refeições diárias servidas*

	N.º
Pequeno-almoço	50
Almoço	50
Lanche	43
Jantar	50

Anexo 66. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	52	
Do sexo feminino	48	92
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	49	102
Intervalo de idades		
≤29anos	3	6
30-39	11	21
40-49	12	23
50-59	17	33
≥60	9	17
Habilitações literárias		
Ensino superior	12	23
Ensino secundário	9	17
3º CEB	7	13
2º CEB	5	10
1ºCEB	18	35
S/nível de escol. completo	0	0
Outro	0	0
NR	1	2
Vínculo contratual		
Sem termo	48	92
Outro	4	8
Afetação horária		
Tempo inteiro	43	83
Tempo parcial	9	17
Função		
Dirigente	2	4
Técnico/a	10	19
Cozinheiro/a	10	19
Auxiliar	24	45
Motorista	2	4
Outra - Administrativos	1	2
Outra - Ajudantes familiares	1	2
Outra - Chefes escritório/chefes de serviço	2	4
Outra - Encarregados de serviço	1	2

Anexo 67. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	103
2020/2021	72
2021/2022	60

Anexo 68. Utes, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	1	2	3	5
Dos 55 aos 59 anos	0	0	0	0
Dos 60 aos 64 anos	2	0	2	4
Dos 65 aos 69 anos	1	1	2	4
Dos 70 aos 74 anos	1	1	2	4
Dos 75 aos 79 anos	3	2	5	9
Dos 80 aos 84 anos	5	16	21	38
Dos 85 aos 89 anos	2	12	14	25
≥ 90 anos	2	4	6	11
Total	17	38	55	100

Anexo 69. Grupos-alvo apoiados

	N.º	%
População idosa	6	100
População com deficiência	2	33
População em situação de dependência	4	67

Anexo 70. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	6	100
Comparticipação dos utentes	6	100
Protocolos com a C.M.	1	17
Protocolos com a J.F.	1	17
Subsídios eventuais	3	50
Programas	0	0
Donativos	2	33
Outros	0	0

Anexo 71. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	4	67
Razoável	2	33
Deficiente	0	0

Anexo 72. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	4	67
Não	2	33

Anexo 73. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	0	0
Não	6	100

Anexo 74. Áreas de investimento

	N.º	%
Ampliação das instalações	0	0
Renovação e remodelação	0	0
Aquisição de equipamento	0	0
Outra	0	0

Universidade Sénior

Designação	Freguesia
Universidade Sénior (JF Torrão)	Torrão
Universidade Sénior de Alcácer do Sal (CM de Alcácer do Sal) *	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana

Sede da Coordenação da Universidade Sénior (Praça Pedro Nunes); Instalações Físicas em que decorrem as atividades (Antiga Escola Primária dos Açougues, Rua do Poço).

Anexo 75. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	96
Capacidade	n.º	NR
Taxa de ocupação	%	-

Anexo 76. Disciplinas lecionadas

Freguesia	Disciplinas
US Torrão	Artes decorativas, Coro, Manualidades, Português, Saúde, Ginástica, Geografia, História, yoga, Teatro, Informática, Expressão Plástica, Seminários, Cidadania e Globalização.
US Alcácer do Sal	Informática, Expressão Plástica, Desenvolvimento Língua e da Escrita, Inglês, História Contemporânea, História Medieval, Botânica, Desenvolvimento Pessoal: Viver é uma Arte, Teatro e Lavoros.

Anexo 77. Caracterização dos recursos humanos*

	Univ. Sénior de Alcácer do Sal
Total	3
Do sexo feminino	2
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	3
Total de professores voluntários	13
Intervalo de idades	
≤29anos	0
30-39	1
40-49	1
50-59	0
≥60	1
Habilitações literárias	
Ensino superior	2
Ensino secundário	0
3º CEB	0
2º CEB	0
1ºCEB	0
S/nível de escol. completo	0
Outro – Curso profissional	1
Vínculo contratual	
Sem termo	3
Outro	0
Afetação horária	
Tempo inteiro	0
Tempo parcial	3
Função	
Dirigente	0
Técnico/a	2
Cozinheiro/a	0
Auxiliar	0
Motorista	0
Outra – Assistentes técnicos	1

*A universidade sénior do Torrão trabalha com 13 professores voluntários

Anexo 78. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	113
2020/2021	27*
2021/2022	96

*contabilizado apenas os utentes da US do Torrão

Anexo 79. Utesntes, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	1	3	4	5
Dos 55 aos 59 anos	0	2	2	2
Dos 60 aos 64 anos	1	2	3	3
Dos 65 aos 69 anos	0	12	12	14
Dos 70 aos 74 anos	6	25	31	35
Dos 75 aos 79 anos	3	19	22	25
≥ 80 anos	1	13	14	16
Total	12	76	88	100

Anexo 80. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	-	-
Comparticipação dos utentes	1	50
Protocolos com a C.M.	-	-
Protocolos com a J.F.	-	-
Subsídios eventuais	-	-
Programas	-	-
Donativos	-	-
Outros	1	50

Anexo 81. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	1	50
Razoável	0	0
Deficiente	1	50

Anexo 82. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	1	50
Não	1	50

Anexo 83. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	1	50
Não	1	50

Anexo 84. Áreas de investimento

	N.º	%
Ampliação das instalações	0	0
Renovação e remodelação	0	0
Aquisição de equipamento	1	100
Outra	0	0

Centro de Convívio

Há 3 edifícios (em Arez; na Rua do Polidesportivo, Palma; na Rua da Escola, N.º 1, Montevil) que são utilizados como centros de convívio pelos seniores destas localidades. Todas as semanas são realizadas atividades naqueles equipamentos. Os participantes vão variando, sendo que a entidade não dispõe de informação que permita preencher os inquéritos.

Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico

Centro de Atendimento*

Designação	Freguesia
ADT - Associação para o Desenvolvimento do Torrão (Centro para a Promoção da Saúde Mental - Passo a Passo)	Torrão

*Abrange os concelhos de Alcácer e Grândola (delegações em Grândola e Alcácer do Sal)

Anexo 85. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	50
Capacidade	n.º	47
Taxa de ocupação	%	106

Anexo 86. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	3	
Do sexo feminino	3	100
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0

Anexo 87. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019	-
2020	-
2021	77

Anexo 88. Utentes, segundo grupo etário e sexo

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até aos 17 anos	0	0	0	0
Dos 18 aos 29	1	1	2	3
Dos 30 aos 39	0	16	16	21
Dos 40 aos 49	6	18	24	31
Dos 50 aos 59	3	12	15	19
Dos 60 aos 69	2	9	11	14
≥ 70 anos	2	7	9	12
Total	14	63	77	100

Família e comunidade

Ajuda alimentar

Designação	Freguesia
Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana

Anexo 89. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	419
Capacidade	n.º	484
Taxa de ocupação	%	87

Anexo 90. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Do sexo feminino	7	88
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	8	100
Total	8	-

Anexo 91. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019	287
2020	312
2021	428

Anexo 92. Cabazes distribuídos nos últimos 3 anos

Ano	N, °
2019	1493
2020	1503
2021	2103

Centro Comunitário

Designação	Freguesia
Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado	UF de Alcácer do Sal e Santa Susana

Anexo 93. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidade	Valor
Utentes	n.º	161
Capacidade	n.º	292
Taxa de ocupação	%	55

Anexo 94. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Do sexo feminino	6	86
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	3	43
Total	7	-

Anexo 95. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019	236
2020	174
2021	176

Pessoas Imigrantes

Centro de Atendimento*

Designação	Freguesia
Associação para o Desenvolvimento do Torrão (promotora do CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes)	Torrão

Anexo 96. Capacidade de resposta do serviço

Indicador	Unidades	Valor
Utentes	n.º	349
Capacidade	n.º	500
Taxa de ocupação	%	70

Anexo 97. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Do sexo feminino	2	100
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0
Total	2	-

Anexo 98. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019	117
2020	119
2021	101

Anexo 99. Utentes, segundo grupo etário e sexo, em 2021

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até aos 19 anos	13	12	25	7
Dos 20 aos 29	48	37	85	25
Dos 30 aos 39	61	44	105	31
Dos 40 aos 49	49	36	85	25
Dos 50 aos 59	14	11	25	7
Dos 60 aos 69	4	7	11	3
Dos 70 aos 79	1	0	1	0
Total	190	147	337	100

Anexo 100. Utentes/atendimentos, por tipologia de atendimento, em 2021

	n.º
Regularização da documentação	240
Pedido de nacionalidade	3
Reagrupamento Familiar	81
Habituação	0
Retorno voluntário	0
Emprego	34
Saúde	96
Educação/formação	13
Apoio social	20
Segurança Social	4
Empreendimento	2
Outra (s)	28

*O CLAIM tem delegações em Alcácer do Sal e Grândola em espaços cedidos por outras entidades

NOTA: Número de clientes/utentes (imigrantes) e o número de atendimentos não corresponde à totalidade. em termos de utentes, apenas foram contabilizados aqueles que têm processo aberto, havendo muitos imigrantes que contactam a associação, que são apoiados/informados nas mais diversas áreas, sem que se abra um processo (preenchimento de Ficha de Cliente, Declaração de Consentimento de Dados e solicitação de documentos de identificação).

O CLAIM, ao contrário das outras valências desta Associação, presta também um serviço de atendimento ao público, de informação, encaminhamento para outras entidades, sem que haja necessariamente um acompanhamento contínuo daquela pessoa ou família. Paralelamente também desenvolvem um atendimento de carácter mais prolongado, quer em termos de apoio à regularização, saúde, quer ao nível do apoio social, e aí sim existe a formalização da abertura do processo.

Em termos de atendimentos, foram também contabilizados aqueles que são elegíveis para o Programa (FAMI) e que estão contabilizados em plataforma própria (PLIM). De qualquer forma também será importante referir que a maioria dos atendimentos não entra nesta contabilização por regras do próprio programa que não aceita contabilizar imigrantes irregulares. Os únicos clientes e atendimentos elegíveis são os correspondentes a imigrantes que já estão regulares ou em processo de regularização.

Quer o número de clientes, quer o número de atendimentos realizados por esta valência é superior aos números oficiais que apresentámos.

Anexo 101. Proveniência dos utentes (% aproximada), em 2021

	% do total de atendimentos em 2021
Brasil	67,5
China	0,0
França	0,0
Índia	1,7
Nepal	0,0
PALOP	20,0
Reino Unido	0,0
Ucrânia	2,8
Venezuela	1,7
Marrocos	1,7
Outras nacionalidades	4,6

B. Normas de Programação

Anexo 102. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Local

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
INFÂNCIA E JUVENTUDE	Creche/ Creche Familiar	5.000 Habitantes	Freguesia com: 1. Elevada Taxa de Atividade Feminina 2. Elevada taxa de natalidade	Unidade Mínima: 5 crianças Unidade Máxima: 35 crianças	1. Espaço com assinalável proximidade às áreas residenciais, de modo a evitar pendularizações diárias significativas 2. Espaço central, com boas acessibilidades, incluindo abastecimento a bombeiros
	CATL/CAF	2.000 Habitantes		Unidade Mínima: 5 crianças ou jovens Unidade Máxima: 60 crianças ou jovens divididos por 2 turnos	
	Ludoteca- Ludobiblioteca				
PESSOAS IDOSAS	Academia/Universidade Sênior	Variável consoante o número de idosos	Freguesias com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	Unidade para 40 a 50 pessoas Área Média das Instalações: Área útil – 3 m ² /pessoa Área de construção – 4 m ² /pessoa Área do Espaço Exterior – a definir	3. Espaço central, de modo a evitar que os utentes fiquem sujeitas a extensos trajetos diários 4. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 5. Zona segura a peões e veículos, incluindo abastecimento a bombeiros 6. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
	Centro de Convívio/Espaços Sênior e Respostas Sociais Similares			Unidade para 40 a 50 pessoas Área Média das Instalações: Área útil – 5,5 m ² /pessoa Área de construção – 7 m ² /pessoa Área do Espaço Exterior – a definir	
	Centro de Dia				

Fonte: Adaptado por RUR das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.
Só estão presentes na tabela as Respostas e Serviços Sociais para as quais existem Normas de Programação.

Anexo 103. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS IDOSAS	Estrutura Residencial para Idosos (Lar de Idosos e Residência)	Variável consoante o número de idosos	Território com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	1. Unidade para 30 a 40 pessoas 2. Área média das instalações: Área Útil – 24 m ² /pessoa Área de construção – 32 m ² /pessoa Área de espaço exterior – a definir	1. Em zonas habitacionais, para que a oferta esteja inserida nos quotidianos de vivência dos utentes, mitigando os efeitos disruptivos que acometem a respetiva institucionalização 2. Preferencialmente localizado na proximidade de jardins públicos, lugares de culto, zonas comerciais e serviços estratégicos 3. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 4. Em territórios com boa acessibilidade às estruturas de saúde 5. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
COMUNIDADE EM GERAL	Centro Comunitário / Centro de Recursos	Variável consoante as necessidades	Existência de problemáticas sociais que justifiquem a implantação do equipamento.	Unidades para 50 pessoas em simultâneo Área Média das Instalações: Área Útil - 7,5 m ² /pessoas Área de construção - 10 m ² /pessoa Área do espaço exterior – a definir	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido por transportes públicos 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
	Refeitório/Cantina Social			Varia de acordo com as necessidades e o número de pessoas abrangidas	
PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	Centro de Atividades Ocupacionais	Variável de acordo com as necessidades	Incidência de jovens e adultos com deficiência grave e/ou profunda	1. Unidades para 30 jovens ou adultos, em edifício próprio ou adaptado 2. Área média das instalações – 300 m ²	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes para pessoas com deficiência 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	Serviço de Apoio Domiciliário	Variável consoante as necessidades	-	1. A Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro, estabelece as condições de instalação e funcionamento do SAD e procede ao ajustamento desta resposta social às exigências de uma gestão eficaz e eficiente face ao estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 62/99, no Anexo Áreas Funcionais estabeleceu vários dimensionamentos a ter em conta, para áreas distintas do SAD.	<p>1. O SAD pode ser desenvolvido partir de uma estrutura a criar para o efeito ou, a partir de uma estrutura já existente, desde que reúna as condições de instalação previstas</p> <p>2. O SAD, independentemente do modelo de instalação, deve encontrar-se inserido na comunidade, de modo a garantir-se a acessibilidade dos serviços junto da população</p> <p>3. O local de implantação do SAD deverá ter fácil acesso a viaturas.</p>
PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL/ PSIQUIÁTRICO/ DEMÊNCIAS	Fórum Sócio Ocupacional	Variável consoante as necessidades	Existência de condições por parte dos serviços de saúde e da solidariedade e segurança sociais locais	1. Unidades de 30 utentes	<p>1. Ter boa inserção no tecido urbano preferencialmente num local central, permitindo a utilização dos diversos equipamentos coletivos e serviços locais</p> <p>2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos</p> <p>3. Ser servido pela rede pública de transportes.</p>

Anexo 104. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Central

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
FAMÍLIA E COMUNIDADE	Centro de Acolhimento de Emergência Social	Variável de acordo com as necessidades	-	Unidade de pequenas dimensões	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar-se em zonas habitacionais e aglomerados urbanos 2. Em territórios com boa acessibilidade aos equipamentos de saúde, educação, formação profissional, desportivos, culturais e recreativos 3. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 4. Ser servido por rede de transportes públicos
	Residência	Variável de acordo com as necessidades	O relatório “Infeção VIH/SIDA: a situação em Portugal a 31 de dezembro de 2015” publicado pelo Instituto de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P. indicava que 73,2% dos 54.297 casos cumulativamente notificados de infeção por VIH se concentram nas zonas urbanas/periurbanas de três distritos, em que por esta razão importa concentrar o investimento, designadamente: - Lisboa - Porto - Setúbal	Unidade mínima – 5 utentes Unidade máxima – 12 utentes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em territórios com boa acessibilidade aos equipamentos de saúde, educação, formação profissional, desportivos, culturais e recreativos 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido por rede de transportes públicos
PESSOAS COM VIH/SIDA E SUAS FAMÍLIAS	Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (CAAP)	Variável de acordo com as necessidades	-	Unidade mínima – 20 utentes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar-se em zonas habitacionais

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E SUAS FAMÍLIAS				Unidade máxima – 60 utentes	<ul style="list-style-type: none"> e aglomerados urbanos 2. Em territórios com boa acessibilidade às estruturas de saúde 3. Ser servido por rede de transportes públicos
	Apartamento de Transição	Variável de acordo com as necessidades	Existência de Toxicodependentes que não consolidaram a sua autonomia na fase de tratamento	Unidade mínima – 6 utentes Unidade máxima – 12 utentes	<ul style="list-style-type: none"> 1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes para pessoas com deficiência 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

Fonte: Adaptado por RUR das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.
Só estão presentes na tabela as Respostas e Serviços Sociais para as quais existem Normas de Programação.



Estudo:

Carta Social de Alcácer do Sal

Documento:

Relatório Final

Data:

11 de janeiro de 2024